

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL
– PPGDS

ARNALDO OLIVEIRA RODRIGUES

**RELAÇÕES SOCIAIS DE ESPAÇO E SUAS FACETAS DE
DESIGUALDADE E ESTIGMATIZAÇÃO: UM ESTUDO DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO “FEIJÃO
SEMEADO”, MONTES CLAROS – MG**

Montes Claros/MG
Março de 2014

Arnaldo Oliveira Rodrigues

**RELAÇÕES SOCIAIS DE ESPAÇO E SUAS FACETAS DE
DESIGUALDADE E ESTIGMATIZAÇÃO: UM ESTUDO DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO “FEIJÃO
SEMEADO”, MONTES CLAROS – MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Luciene Rodrigues.
Coorientador: Prof. Dr. Casimiro Balsa.

Montes Claros/MG
Março de 2014

R696r Rodrigues, Arnaldo Oliveira.
Relações sociais de espaço e suas facetas de desigualdade e estigmatização [manuscrito] : um estudo das representações sociais de moradores do “Feijão semeado”, Montes Claros - MG / Arnaldo Oliveira Rodrigues. – Montes Claros, 2014. 135 f. : il.

Bibliografia: f. 127-135.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2014.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues.
Coorientador: Prof. Dr. Casimiro Balsa.

1. Relações sociais de espaço – Montes Claros (MG). 2. Desigualdades sociais. 3. Estigmatização territorial – Bairro. 4. Representações sociais. I. Rodrigues, Luciene. II. Balsa, Casimiro. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Um estudo das representações sociais de moradores do “Feijão semeado”, Montes Claros - MG.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

Dissertação intitulada “**Relações sociais de espaço e suas facetas de desigualdade e estigmatização: um estudo das representações sociais de moradores do ‘Feijão Semeado’, Montes Claros - MG**”, de autoria de Arnaldo Oliveira Rodrigues, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Luciene Rodrigues (orientadora - UNIMONTES)

Prof^o. Dr. Casimiro Manuel Marques Balsa (coorientador – UNL)

Prof^o. Dr. Geraldo Marcio Timoteo (UENF)

Prof^a. Dr^a. Anete Marília Pereira (UNIMONTES)

Prof^a. Dr^a. Hellen Ulhoa Pimentel (UNIMONTES)

AGRADECIMENTOS

No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho

Nunca me esquecerei desse acontecimento
Na vida de minhas retinas tão fatigadas
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
Tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
No meio do caminho tinha uma pedra
(Carlos Drummond de Andrade)

Em meio a tantas pedras que aparecem em nosso caminho, é mister parar e agradecer àqueles que se dedicaram a fazer o caminho mais leve, plantando grama e flores. Assim é que agradeço:

A Deus Pai, Criador de todas as coisas, por me fornecer os instrumentos para a luta diária; inteligência e coragem para prosseguir;

À Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;

À Prof^a. Dr^a. Luciene Rodrigues, minha orienta

dora, e ao Prof. Dr. Casimiro Manuel Marques Balsa, meu coorientador, por me acompanharem atentamente durante este processo; por acreditarem em minha competência e, sobretudo, por me incentivarem a sempre seguir em frente;

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, pela grande bagagem de conhecimentos compartilhados. Em especial à Prof^a. Dr^a. Maria Da Luz Alves Ferreira e ao Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso, ambos por serem referências e exemplos de dedicação;

Às professoras Anete Marília Pereira e Helen Ulhôa Pimentel, pelas contribuições riquíssimas ofertadas na qualificação/defesa e por acreditarem na proposta impulsionadora deste trabalho;

Ao professor Geraldo Timóteo, pelas contribuições na banca de defesa;

Às funcionárias do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS pela constante disponibilidade;

A todos os meus colegas de mestrado, em especial Ana Cristina e Ana Paula, pela amizade, pelos risos, vivências, pelo conforto nos momentos de angústias; enfim, pelo companheirismo;

À minha família por ser minha grande motivadora para todas as ocasiões, meu suporte e minha força constante. Aqueles em quem verdadeiramente sei que posso sempre contar. Aos meus sobrinhos e sobrinhas por serem minha luz, minha alegria;

Aos meus amigos, companheiros de sempre, que moram em meu coração e aos quais sou eternamente grato pelo carinho, pela companhia, pelo incentivo, em especial a Angélica de Santana Rocha, uma das primeiras leitoras do meu trabalho. Não poderia citar o nome de todos, mas os faço representar por Sara Fraga, Laura Luci e Cida Correia, presenças afetuosas e efetivas;

Aos moradores do Conferência Cidade Cristo Rei, que acolheram esta pesquisa, aceitaram prontamente participar da mesma e dividir comigo seu saber cotidiano, suas imagens de si e de seu lugar.

A todos o meu muito obrigado!

“Eu atravesso as coisas — e no meio da travessia não vejo! — só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou (...) o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...” (João Guimarães Rosa, 1986).

*“Futuca a tuia, pega o catadô
Vamo planta feijão no pó
Futuca a tuia, pega o catadô
Vamo planta feijão no pó
Mãe purdença inda num cuiêu o ai
O ai roxo dessa lavora tardã
Diligença pega panicum balai
Vai cum tua irmã, vai num pulo só
Vai cuiê o ai, o ai da tua avó”
(Arrumação, compositor: Elomar)*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar as representações sociais que os moradores de um bairro estigmatizado têm com relação ao seu lugar de residência e às suas relações interpessoais neste contexto. A pesquisa empírica foi feita na cidade de Montes Claros e esta se caracteriza por ser uma cidade de porte médio, marcada por problemas próprios da industrialização-desindustrialização, êxodo rural, intenso crescimento urbano, sendo a cidade polo, lugar central de uma região que passa por um processo de desenvolvimento e de mudanças estruturais. A metodologia utilizada foi a pesquisa quanti-qualitativa mediante aplicação de entrevistas com moradores do bairro e que posteriormente foram estudadas com a Análise de Conteúdo. Neste estudo, as categorias identificadas apresentam núcleos representativos que assinalam as visões de seu bairro, suas relações interpessoais e espaciais (vizinhança e cidade). Constatou-se que os moradores apresentam uma visão positiva do seu local de residência, apresentam afeto positivo com relação aos vínculos sociais e grupais que lá estabelecem. No entanto, reconhecem os aspectos negativos e os problemas existentes, sobretudo no que se refere ao tráfico de drogas, às intervenções policiais e às condições sociais, tais como ausência de opções de lazer e saúde. O estigma foi verificado na fala da maioria dos entrevistados, que já se sentiram ou foram discriminados tendo em vista seu local de residência.

Palavras-chave: relações sociais de espaço, desigualdades sociais, estigmatização territorial, representações sociais.

ABSTRACT

This study aimed to identify the social representations that the residents of a stigmatized neighborhood have relative to their place of residence and their interpersonal relationships in this context. The empirical research was done in a stigmatized neighborhood in the city of Montes Claros. This is characterized as a medium-sized city, marked by its own problems of industrialization, de-industrialization, rural exodus, intense urban growth... The city is a central place in a region that undergoes a process of development and structural changes. The methodology was based on quantitative and qualitative research by applying interviews with neighborhood residents and were subsequently studied using content analysis. The categories identified in this study show representative nucleus that indicate the views of their neighborhood, their interpersonal relationships and spatial (neighborhood and city). It was found that the residents have a positive view of their place of residence, have positive affect in relation to social and group ties that establish there. However, they recognize the negative aspects and existing problems, especially with regard to drug trafficking, law enforcement interventions and social conditions, such as lack of health and leisure options. Stigma was found in the speech of the majority of respondents who have ever felt discriminated against from his place of residence.

Keywords: social relations of space, social inequalities, territorial stigmatization, social representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<i>Aspectos metodológicos</i>	16
1 - Estigmatização, (des)envolvimentos e simbólico urbano	21
1.1 <i>Teoria do estigma e a leitura goffmaniana</i>	21
1.2 <i>Os estabelecidos e os outsiders: estigma e sua relação com o poder..</i>	32
1.3 <i>Estigmatização territorial – Wacquant e a marginalidade avançada .</i>	37
1.4 <i>Território, espaço e poder e as desigualdades como substrato para a</i> <i>estigmatização</i>	44
1.5 <i>(Des)envolvimento socioespacial e estigmas</i>	50
2 - Teoria das Representações Sociais e aplicação ao espaço urbano	55
2.1 <i>Linguagem, comunicação e representações</i>	55
2.2 <i>Contribuições das Ciências Sociais, da Psicologia e da Psicanálise</i> <i>para a teoria das representações sociais</i>	59
2.3 <i>Síntese moscoviana e questões metodológicas para pesquisas em</i> <i>representações sociais</i>	68
2.3.1. <i>Questões teórico-epistemológicas</i>	68
2.3.2 <i>Aspectos metodológicos da pesquisa em representações</i> <i>sociais</i>	73
2.4 <i>Espaço urbano e representações sociais</i>	77
2.5 <i>Estigma, representações sociais e a questão do poder</i>	80
3 - Estigmatização e representação social no espaço urbano montesclareense	85
3.1 <i>Estigmatização territorial em Montes Claros</i>	85
3.2 <i>Cidade Conferência Cristo Rei: delimitação do território</i>	100
3.3 <i>As representações no interior do bairro</i>	105
3.3.1 <i>Avaliação das condições do bairro e o sentimento de</i> <i>pertença</i>	106
3.3.2 <i>O negativo do bairro</i>	107
3.3.3 <i>O tráfico de drogas</i>	109
3.3.4 <i>Desejo de mudança e melhores condições de vida e do bairro</i>	110
3.3.5 <i>As relações interpessoais</i>	111
3.3.6 <i>O estigma</i>	113
3.3.7 <i>O “Feijão” X Outros bairros</i>	115
3.3.8 <i>A cidade</i>	116
3.4 <i>Síntese analítica</i>	116
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

A estigmatização territorial é um fenômeno que ocorre em grande parcela das cidades e se constitui a partir de relações sociais de poder, de divergências entre classes sociais e da apropriação desigual do espaço urbano. Além disso, é demarcada pelo aspecto simbólico¹, que, somado aos aspectos materiais e objetivos, contribui para a configuração de espaços de segregação e para a complexificação das assimetrias e desigualdades sociais. Neste contexto, este trabalho teve como objetivo geral identificar e analisar as representações sociais que os moradores de um território estigmatizado têm com relação ao seu lugar de residência e às suas relações interpessoais. O estigma territorial é definido por Wacquant (2006), partindo das discussões de estigma propostas por Goffman (1988). Este autor assinala a existência de três tipos de estigmas, dentre eles os relacionados à tribo, raça e nação ao qual Wacquant (2006) relaciona o estigma territorial, que se faz nas sociedades de marginalidade avançada e marcadas pela separação dos territórios com depreciação de alguns e valorização de outros.

Para fazer essa discussão, fez-se uma pesquisa empírica num bairro estigmatizado do município de Montes Claros, situado no estado de Minas Gerais, Brasil. Montes Claros se caracteriza como cidade de porte médio, com uma população estimada em 385,9 mil habitantes em 2013, segundo IBGE, marcada por problemas próprios da industrialização-desindustrialização, êxodo rural, intenso crescimento urbano, sendo a cidade pólo, lugar central de uma região que passa por um processo de desenvolvimento e de mudanças estruturais. A pesquisa buscou conhecer uma determinada realidade e aprofundar-se tanto teórica quanto empiricamente e, para isso, foi escolhido o estudo de caso, por permitir maior aprofundamento dos temas em tela, haja vista os mesmos serem complexos: estigmatização territorial, desigualdades sociais, relações sociais de espaço e representações sociais são temas que cada qual exige um grande esforço empírico e teórico para serem esclarecidos. A proposta

¹ Simbólico, em sentido dicionarizado, significa “relativo a símbolo; que tem o caráter alegórico; relativo aos formulários da fé” (VIANA, 2001, p.509). Simbólica, por sua vez é apresentada como “conjunto de símbolos de uma religião, de uma época, de um povo; ciência que explica os símbolos; simbologia” (VIANA, 2011, p.509). Brescini (2001) apresenta uma versão do simbólico marcada pela construção de sentidos e significados, pelas nomeações e classificações, englobando desde situações corriqueiras tais como o nome de uma rua até as mais complexas como, por exemplo, a formação de representações acerca de um determinado espaço ou os discursos que se tem sobre determinada realidade. Por sua vez, Castells (1983) fala do simbólico urbano, em que o espaço urbano é o significante do significado estrutura social. Envolve aspectos tais como a linguagem, os sentidos construídos sobre o espaço, as relações sociais e sistemas de comunicação, as imagens do urbano,... Assim, no presente texto, a expressão simbólico será doravante utilizada em concordância com estas vertentes aqui apresentadas, haja vista tanto a complexidade do termo quanto o fato de que os significados aqui apresentados se mostram mais complementares do que mutuamente excludentes.

que se apresenta ao mesmo tempo em que se mostra ousada por reunir tais conceitos traz, por outro lado, a marca da humildade de saber que os mesmos não se esgotam aqui e que muitos são os desdobramentos possíveis.

A estigmatização territorial e a problemática das representações sociais no espaço urbano são fatores que interferem na qualidade de vida das pessoas e na própria noção de desenvolvimento e suas práticas de implementação, sendo que tais temas serão amplamente explorados nos capítulos que se seguem. Destarte, é possível correlacionarem-se os três aspectos: estigmas territoriais, sua representação e os conceitos e práticas de desenvolvimento. O conceito de estigma é derivado diretamente da obra de Goffman (1988), passando pelos estudos de Elias e Scotson (2000) e formalizado por Wacquant (2005, 2006, 2008) ao acrescentar a adjetivação '*territorial*'. Goffman (1988), um dos membros da Escola de Chicago, foi quem compilou os estudos acerca dos estigmas presentes até a década de 50 e 60 do século XX, e juntamente com suas próprias pesquisas, identificou a existência de três categorias de estigmatizados, dentre elas os estigmas de tribo, raça e nação ao qual Wacquant (2006) relaciona o estigma territorial. Este conceito é amplo e abrangente, pois se relaciona diretamente com as transformações no capitalismo, às metamorfoses da sociedade salarial, conforme apontadas por Castel (2009), às relações de poder estabelecidas no espaço urbano e às regulações simbólicas, operadas para a nomeação e divisão do espaço urbano. Mais ainda, a estigmatização territorial tem efeitos de descrédito sobre locais e também sobre seus moradores, os quais passam a se depreciarem mutuamente, resultando em efeitos de exclusão por vezes redobrados. Na obra de Elias e Scotson (2000), embora não apareça o conceito de estigmatização territorial, as situações que eles descrevem para Winston Parva são muito semelhantes ao que é proposto pelos teóricos que se dedicam ao estudo do estigma territorial.

Ao se discutir o conceito de estigma e os processos dele decorrentes, estamos frente a outros processos concomitantes, por vezes, tomados como sinônimos de estigmatização, dentre eles desigualdade, exclusão e segregação sociais. Cada um destes conceitos, com suas peculiaridades, aproxima-se e distancia-se da estigmatização, ainda que possam ocorrer simultaneamente num determinado território. A escolha pelo conceito de estigma se deve ao fato que o mesmo melhor se aplica ao estudo da realidade em questão. Os próprios moradores se referem à sua situação de vida sob a ótica do estigma, conseguem localizá-lo em suas trajetórias de vida e circunscrever suas experiências. Ademais, a teoria foi operacionalizada

de modo a investigar a existência deste estigma por outras vias para além das falas dos sujeitos participantes, conforme se verá ao longo deste trabalho. Por vezes serão retomados os conceitos concorrentes e comparados/articulados ao conceito de estigma.

Outra discussão que se assinala diante da estigmatização é a questão da divisão de classes sociais. Esta discussão presente na Sociologia Clássica que predominou nos debates acadêmicos até a década de 1970 (CASTEL, 2006) ganha nova roupagem e nuances no contexto capitalista global contemporâneo, com o surgimento das desigualdades multiplicadas (DUBET, 2001), vindo a agregar mais informações e bases para compreender o fenômeno da estigmatização territorial em curso.

Ao inserir a problemática das representações sociais no âmbito destes espaços territorialmente estigmatizados, estamos diante de uma realidade que não é apenas espacial e física, mas também simbólica, valorativa, afetiva e, sobretudo, social. Aos elementos objetivos, material e visualmente verificáveis, mediante o uso de indicadores e estatísticas, por exemplo, acrescentam-se outros elementos, de ordem imagética e simbólica, perceptíveis não tão facilmente, devendo ser encontrados nas experiências particulares, nas vivências e falas destes sujeitos e coletividades. Representar é uma forma, inclusive, de incidir sobre as condições materiais de vida e buscar permanências e mudanças. É também forma de dizer de si, de seu lugar e de sua identidade, e podem ser buscadas nas mais diversas obras da produção humana: músicas, textos, história oral, documentos, produções artísticas, dentre outros.

No espaço urbano, cada sujeito e coletividades têm suas construções, suas histórias e imagens acerca de seu espaço e de sua cidade bem como das situações que vivenciam, passando estas a influenciar na forma que estes moradores constroem suas identidades sociais e se engajam (ou não) na participação social. Tais fatores como se percebe serão de fundamental importância para a implementação de ações favorecedoras do desenvolvimento, pensado juntamente com suas diversas adjetivações: local, global, social, urbano, territorial, socioespacial, humano, integrado, entre outros.

Diante deste panorama teórico, que se desdobra nos núcleos estigmatização, representação social e desenvolvimento, a presente pesquisa busca responder a algumas indagações, visando conhecer as representações sociais que os moradores de bairros estigmatizados fazem acerca

de seu próprio espaço: como moradores de bairros estigmatizados pela criminalidade/tráfico de drogas representam a si mesmos? Qual a percepção que eles têm quanto ao seu local de residência? Como percebem a distinção entre seu lugar e os demais espaços da cidade de Montes Claros? Quais usos fazem deles?

Especificamente, o presente estudo buscou: *(i)* Identificar e analisar a representação que os moradores de um bairro² estigmatizado, o Cidade Conferência Cristo Rei, popularmente conhecido como “Feijão Semeado”, têm com relação ao seu lugar de residência e às suas relações interpessoais neste contexto; *(ii)* Identificar as representações que os moradores fazem de seu lugar, de seu bairro no que se refere aos aspectos positivos e negativos; *(iii)* Problematizar a questão do estigma junto aos entrevistados de modo a identificar suas percepções acerca do mesmo, e *(iv)* Compreender as relações interpessoais dentro do bairro e com os demais espaços da cidade.

As premissas norteadoras inicialmente levantadas foram que: *i)* Apesar do reconhecimento social do bairro Cidade Conferência Cristo Rei ocorrer mediante a estigmatização territorial num processo de reconhecimento negativo, os moradores percebem aspectos positivos no seu local de residência e sentem-se desvalorizados devido ao estigma e *ii)* Em consonância com o estigma atribuído, os moradores do bairro também percebem o seu local de residência de forma negativa.

O interesse em estudar estigma e representações sociais no referido bairro partiu das percepções pessoais obtidas durante a trajetória profissional de atendimentos clínicos e acompanhamento de famílias do mesmo, efetuados enquanto estagiário do Fica Vivo! durante o período de agosto de 2008 a junho de 2009 e como estagiário do Centro Socioeducativo Nossa Senhora Aparecida – CSENSA, no período de janeiro de 2010 a julho de 2011. O Fica Vivo surgiu enquanto um programa de controle de homicídios na região metropolitana de Belo Horizonte – MG, no ano de 2003, e posteriormente institucionalizado mediante o

² Em Montes Claros não há uma delimitação dos bairros existentes. Não há uma territorialização legalizada e implementada pela Prefeitura Municipal; tampouco há fiscalização. O que há são uma série de loteamentos cadastrados, mas que não condizem com o crescimento urbano real observado, haja vista o surgimento frequente de novos loteamentos e também ocupações ilegais. Apesar disso, a nomenclatura bairro se firma na cidade mediante o reconhecimento dos moradores que passam a delimitá-lo, a reconhecer seus limites territoriais e assim construir seu espaço. Neste trabalho, opta-se por falar bairro tendo em vista, sobretudo, este reconhecimento que os próprios moradores já trazem em sua fala.

Decreto 43334/03, concretizando a formação de uma política pública de segurança voltada para jovens de 12 a 24 anos, a ser implementada em localidades com altos índices de criminalidade (SEDS, 2009). Já o CSENSA, é uma unidade de acautelamento institucional voltada para o atendimento a adolescentes autores de atos infracionais com o objetivo de trabalhar a responsabilização pelo ato cometido e com a função de ressocialização mediante a realização de atividades artísticas, culturais, de lazer, esportivas e profissionalizantes.

Em ambas as ocasiões descritas acima, pode-se localizar pelas falas dos sujeitos a presença de estigma, a dificuldade em encontrar emprego e a questão do tráfico enquanto fator característico forte do bairro. Outro fator é o conhecimento de que o “Feijão Semeado” é um lugar historicamente identificado como em situação de vulnerabilidade social (SANTOS, 2011), conceito ligado à pobreza, desemprego, precariedade do trabalho e falta de proteção social. Tais dados foram corroborados também pelo estudo de Rocha e Martins (2006) e por dados obtidos na etapa exploratória da pesquisa (Conferir a seguir o item *Aspectos metodológicos*).

O Cidade Conferência Cristo Rei está localizado na região leste da cidade de Montes Claros, tendo como bairros adjacentes o Alto São João, Vila Tupã, São José e o Vera Cruz, dentre outros, sendo que, até recentemente, o bairro era considerado como parte do Alto São João. Sobre este assunto, vale conferir os trabalhos de Rocha e Martins (2006) e Santos (2011) que, em suas pesquisas sobre o bairro, caracterizam-no como parte do Alto São João. Também os dados obtidos junto à 11ª RISP, apresentam os dois bairros como um só. Atualmente é considerado como aglomerado subnormal segundo a nomenclatura oficial do IBGE (2011b) para as localidades urbanas antes nomeadas como favelas. Muda-se o nome embora tais locais continuem sendo áreas de favelização presentes no espaço urbano. Uma das situações que caracteriza o bairro, além das precárias condições sociais, é o histórico estigmatizante atribuído à localidade e aos seus moradores, sendo eles estigmatizados devido à formação do bairro (à margem da constituição dos demais bairros da cidade), pelas suas condições de precariedade e vulnerabilidade social e pelo histórico de violência e criminalidade.

O presente trabalho se encontra organizado em 3 capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Estigmatização, (des)envolvimentos e simbólico urbano* trata da questão conceitual que configurou a base teórica para o início da pesquisa. Neste capítulo busca-se conceituar o

estigma territorial e articulá-lo ao conceito de desenvolvimento, identificando as inter-relações entre os mesmos. Além disso, fez-se necessário inserir na discussão, as definições de espaço e território e a questão da estratificação social, ou das divisões de classes sociais. Inicialmente toma-se a obra de Erving Goffman: *Estigmas e a manipulação da identidade deteriorada*, que constitui o principal estudo acerca do estigma, se impondo como uma obra de referência para se compreender as informações sociais e a formação da identidade social de indivíduos e coletividades. Apresentam-se as principais características do estigma, suas subdivisões e os recursos encontrados pelas pessoas estigmatizadas para lidarem com tal situação nos momentos de sua interação com as demais pessoas no espaço público. Também neste item apresentam-se alguns dos estudos posteriores à obra de Goffman que agregaram conhecimentos ao conceito e propuseram mudanças à ideia inicial. As contribuições de Elias e Scotson nos estudos de estigma também são apresentadas, com base na pesquisa por eles realizada em Winston Parva, nome fictício duma cidade da Inglaterra, dividida entre dois grupos: os estabelecidos e os outsiders. Em seguida, passa-se para outra delimitação do conceito de estigma, com base em Loïc Wacquant, que propõe a adjetivação do conceito, utilizado então para compreender a realidade de guetos, favelas, áreas de periferia, marcadas pela precarização social. Assim, temos em Wacquant, a estigmatização territorial, demarcando semelhanças e diferenças com a proposta goffmaniana. No tópico seguinte, buscamos apresentar algumas das definições de espaço, território e lugar, na tentativa de delimitar o(s) plano(s) onde ocorrem a estigmatização territorial, uma vez que a mesma ocorre em um espaço geográfico, mas ocorre com base nas relações que se estabelecem entre indivíduos e grupos sociais, deixando então de ser questão puramente geográfica. Na penúltima parte, discute-se a relação do estigma territorial com as questões do desenvolvimento e do des-envolvimento, e, na última parte do capítulo, apresenta-se a estigmatização territorial em Montes Claros e contextualiza-se o bairro escolhido para o estudo de caso.

No capítulo 2, intitulado *Teoria das representações sociais e aplicação ao espaço urbano*, busca-se apresentar as considerações de diversos teóricos sobre as representações e, particularmente, sobre as representações sociais e, em seguida, investigar as aplicações desta teoria ao estudo do espaço urbano. Inicialmente, apresenta-se breve revisão de literatura com base na Psicologia e nas Ciências Sociais, buscando estabelecer o trajeto que vai das representações individuais às representações sociais, bem como as relações entre indivíduo e

sociedade. Na Psicologia, principalmente em Freud e Piaget, encontramos referências que mostram esta interação refletindo, sobretudo, a participação subjetiva, individual ao passo que, nos clássicos da Sociologia (Durkheim, Marx, Simmel e Weber), encontramos a referência direta ao social. As duas primeiras partes deste capítulo focam na visão psicológica e sociológica e as contribuições de cada uma para o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais. Na terceira parte do capítulo, apresenta-se a visão contemporânea de representações sociais, com base nas considerações de Serge Moscovici e seus posteriores leitores. A quarta parte do capítulo consiste na apresentação de breve estado da arte acerca dos estudos de espaços urbanos com base nas representações sociais, e a quinta parte apresenta uma breve reflexão sobre poder, tomando como parâmetros os conceitos de estigma e representações sociais.

O terceiro capítulo, intitulado *Estigmatização e representação social no espaço urbano montesclareense*, consiste na apresentação dos dados coletados nesta pesquisa junto aos moradores do bairro, sendo então organizado de acordo com as categorias de análise. O capítulo se inicia com a apresentação da estigmatização territorial em Montes Claros e com a delimitação do território da pesquisa. Em seguida, apresentam-se os aspectos metodológicos. Os itens seguintes deste capítulo referem-se às categorias identificadas na Análise de Conteúdo, ocasião em que se apresentam os resultados, análise e discussão das entrevistas realizadas com os moradores. Por fim, na última parte deste trabalho, apresentam-se as conclusões verificadas a partir do estudo realizado.

Aspectos metodológicos

A pesquisa se desenvolveu com base em um estudo de caso, uma vez que esta é a técnica preferentemente utilizada quando a questão a ser investigada pode ser expressa na forma *como e por quê*; quando o controle do pesquisador sobre os eventos é reduzido, ou quando o foco temporal é o mesmo dos fenômenos contemporâneos que ocorrem inseridos no contexto de vida real. No estudo de caso não há generalização estatística, buscando por outro lado a generalização analítica; busca-se generalizar as proposições teóricas ou modelos e sua escolha de utilização deve se embasar no desejo de entender um fenômeno social complexo. Faz uso de informações oriundas de fontes diversificadas: documentos, registros em arquivos,

observação participante, dentre outros, podendo inclusive ser construída uma base de dados no decorrer da pesquisa (YIN, 1994).

A coleta de dados associou a análise de fontes secundárias com dados quanti-qualitativos. A orientação pela associação da abordagem quantitativa e qualitativa se deve ao fato de que, segundo Demo (1986) a realidade social ter dimensões tanto qualitativas quanto quantitativas e ambas se mostrarem necessárias para compreender a realidade. Com relação às fontes secundárias, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) e na 11ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP (2012), com a consequente elaboração de gráficos e tabelas que permitem uma visão descritiva tanto da cidade de Montes Claros quanto do próprio bairro estudado. Além destes, há também outras informações obtidas junto ao Banco de Dados da pesquisa realizada por Rodrigues *et al* (2011) que se constitui em uma das maiores pesquisas de análise territorial realizadas na cidade de Montes Claros.

Na etapa inicial da Pesquisa, foram aplicados questionários no centro da cidade e posteriormente, para a discussão da estigmatização territorial, desigualdades sociais, relações sociais de espaço e representações sociais, foram realizadas 16 entrevistas em profundidade com moradores do Cidade Conferência Cristo Rei, tendo sido percorridas as seguintes etapas:

i) Aplicação de questionários na área central da cidade; *ii)* Visita a Unidade de Saúde do bairro; *iii)* Entrevistas com professores da Escola Estadual Professor Alcides Carvalho, localizada no bairro Vera Cruz, adjacente ao bairro Cidade Conferência Cristo Rei, e que recebe estudantes oriundos deste; *iv)* Realização de entrevista com três alunos desta escola e entrevista individual com uma aluna, todos residentes no Cidade Conferência Cristo Rei; *v)* Entrevista com técnico do Fica Vivo Cidade Conferência Cristo Rei; *vi)* Entrevista com um oficinheiro do Fica Vivo; *vii)* Entrevista com um morador do bairro, sendo que as entrevistas seguiram um roteiro norteador no qual buscou-se coletar dados que mostrassem a percepção/presença de estigma com relação ao bairro; *viii)* identificação das variáveis a serem consideradas na construção do instrumento de pesquisa a ser aplicado e elaboração do mesmo; *ix)* aplicação de entrevistas em profundidade a moradores do bairro.

Um dos motivos de escolha pelo bairro Cidade Conferência Cristo Rei para o estudo de caso se deve à realização de inquérito na etapa inicial da pesquisa, feito a uma amostra aleatória acerca da subjetivação, isto é, de atributos positivos/negativos (melhor/pior) bairro da cidade de Montes Claros (os resultados desta pesquisa exploratória serão apresentados no item 3.2 *Estigmatização territorial em Montes Claros*).

Para a escolha da amostra a ser utilizada nas entrevistas em profundidade utilizou-se a técnica de construção de quotas, sendo que cada quota é construída com base em critérios específicos. Esta técnica justifica-se apenas pela necessidade de diversificar os critérios de escolha dos informadores. O primeiro critério foi o da divisão territorial do bairro entre duas facções criminosas ligadas ao tráfico e apresentadas nos trabalhos de Rocha e Martins (2006) e Santos (2011). Tal informação foi corroborada pelos entrevistados na etapa anterior que relataram que a linha divisória do bairro é chamada “Faixa de Gaza”, local onde ocorrem os tiroteios. De um lado da faixa está a Rua Santo Inácio e do outro a Rua Juiz de Fora.

Outro critério escolhido foi o de gênero devido à criminalidade ser predominante entre os homens e o fator criminalidade ter sido eleito como um dos que caracterizam o bairro. Kim *et al* (2010) apresentam que, embora os índices de criminalidade entre as mulheres tenham aumentado na última década, os índices permanecem menores entre elas do que entre os homens. Ridão *et al* (2010) incluem esta divisão nas questões de gênero e afirma que a mesma ocorre devido à separação dos papéis sociais com base no gênero, em que os homens são tidos como mais ativos, fortes e viris e as mulheres, sensíveis, imperfeitas, passivas. Para os autores, esta divisão se reflete inclusive no cometimento dos crimes e atos infracionais.

Por fim, o último critério para a escolha dos entrevistados foi o critério de geração: jovens X adultos/idosos, principalmente pelo fato de que os jovens apontam a existência de estigma sobretudo no contexto escolar, ao passo que com os adultos e idosos é possível verificar a existência de mais experiências de preconceito e estigmatização em outros contextos. O quadro a seguir mostra a divisão de entrevistas e frequência absoluta das mesmas:

Quadro 3: Espacialização das entrevistas no Bairro Cidade Conferência Cristo Rei

Qtde de entrevistas	Lado I: Rua Juiz de Fora				Lado II: Rua Santo Inácio			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Jovem	Adulto/Idoso	Jovem	Adulta/Idosa	Jovem	Adulto/Idoso	Jovem	Adulta/Idosa
	2	2	2	2	2	2	2	2

Assim, há um total de 16 entrevistas realizadas e em cada subgrupo há 8 entrevistados: 8 com moradores do lado I e 8 com moradores do lado II; 8 com homens e 8 com mulheres; 8 com jovens e 8 com adultos/idosos. Esta amostra foi delimitada partindo destes critérios elencados e não consiste numa amostragem estatística. As pessoas foram abordadas em suas casas ou na rua e solicitadas a participarem da entrevista, onde se propôs que a mesma seria gravada. Os entrevistados em sua maioria demonstraram resistência ao uso do gravador, sendo que alguns solicitaram não ter suas falas gravadas. Inclusive, após a abordagem inicial e explicação da pesquisa e seus objetivos, muitos moradores não aceitaram participar da mesma.

Para o estudo das informações coletadas nas entrevistas e questionários, privilegiou-se a técnica da Análise de Conteúdo, mediante a qual estamos seguindo as orientações atribuídas pela maioria dos autores que a consideram como sendo

uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Na análise de conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.682).

Segundo Appolinário (2006), a análise de conteúdo tem como objetivo buscar significados de materiais textuais, no caso, das transcrições das entrevistas, cujo produto final

consiste na interpretação teórica das categorias que emergem do material pesquisado – muito embora essas categorias possam já ter sido definidas *a priori*, segundo alguma teoria da preferência do pesquisador. Para que essa interpretação seja feita, entretanto, é necessário conduzir um processo de redução do material original, até o

ponto em que as categorias estejam claramente visíveis (APPOLINÁRIO, 2006, p.161).

Como é sabido, na Análise de Conteúdo é possível delimitar *a priori* quais serão as categorias a serem identificadas na fala dos entrevistados. No entanto, optou-se por escolher as categorias após as entrevistas, sendo então identificadas aquelas mais significativas da situação dos moradores e que formaram de fato o núcleo das representações sociais que estes moradores fazem de seu local de residência. Tal escolha de categorias pode ser realizada de duas formas, segundo Codato e Nakama (2006): uma abordagem quantitativa, na qual se busca a frequência de certas características no conteúdo do texto e a abordagem qualitativa, na qual se considera a presença ou ausência de determinadas características no conteúdo do texto. No caso desta pesquisa, é seguida uma abordagem qualitativa, em que após a transcrição das entrevistas e da realização de diversas leituras é que foi possível perceber quais são as palavras e os conteúdos que se destacavam e que configuravam as categorias de análise.

1 – ESTIGMATIZAÇÃO, (DES)ENVOLVIMENTOS E SIMBÓLICO URBANO

“Se um homem define uma situação como real, ela se torna real em suas consequências” (William I. Thomas, citado por Howard Becker, 1996, p.179)

Neste capítulo articular-se-á o conceito de estigma territorial com o conceito de desenvolvimento, buscando verificar se estes se correlacionam e de que modo. Além disso, discutem-se ainda as definições de espaço, território e lugar, donde se evidencia a relevância que tem o simbólico, tanto para a produção de estigmas quanto para a viabilização das mudanças sociais.

1.1 Teoria do estigma e a leitura goffmaniana

A teoria do estigma tem como um de seus maiores representantes o cientista social Erving Goffman (1922-1982), cujo maior mérito no referido assunto foi o de sistematizar as discussões até então existentes e empreender pesquisas acerca da temática, que culminaram na publicação do livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, cuja primeira edição data de 1963. Tais pesquisas se desenvolveram em torno de determinadas categorias de pessoas estigmatizadas àquela época: homossexuais, negros, deficientes, idosos, dentre outros, públicos-alvo de trabalhos anteriores à década de 1960 e início desta.

Goffman é um dos principais representantes da Escola de Chicago, uma escola de atividades, tributária da escola americana de sociologia, que buscou estudar a cidade, sobretudo e inicialmente, a cidade de Chicago e os grandes centros urbanos estadunidenses, sob seus diversos aspectos, por intermédio de trabalho de campo sistemático, vindo as cidades a se constituírem num palco das pesquisas sociológicas. Estudiosos dos problemas sociais, temas tais como reforma social, pobreza, imigração, eugenia, delinquência juvenil, violência, desemprego, minorias, relações sociais, eram os que interessavam às pesquisas e estudos desenvolvidos sob a égide da Escola de Chicago (BECKER, 1996). Esta escola tem como ponto bem peculiar o fato de que se constituiu em um marco na história da teoria social contemporânea, ao romper com os paradigmas funcionalista e estruturalista europeus e com o

culturalismo norte-americano, propondo uma crítica radical à fenomenologia sociológica (o objetivismo da ciência racional-funcionalista) e contribuindo para o desenvolvimento da formulação do interacionismo simbólico e da etnometodologia, bases para a sociologia compreensiva pós década de 1960. Contribuiu de forma significativa em termos teórico-metodológicos, ao procurar estudar as relações do indivíduo com os grupos sociais e na formação de sua identidade social e ao desenvolver pesquisas mistas, valorizando tanto o aspecto qualitativo quanto o quantitativo e fazendo uso de um ecletismo metodológico, inclusive na coleta de dados: confecção de mapas e espacializações dos grupos sociais, coletas junto a setores responsáveis pelos censos, observação, dados de entrevistas, de documentos, etc. (VALENTIN; PINEZI, 2012).

Estudioso do comportamento humano e das questões sociais, Goffman (1988) se encarregou justamente de mostrar a vertente social que atua nos estigmas e construir uma visão sociológica acerca do mesmo. Assim, com base na análise de trabalhos diversificados e focados nesta temática, o autor faz uso de conceitos específicos relacionados à informação social, aquela que indivíduos transmitem diretamente acerca de si em sua relação com o estigma. Logo de início, este é definido como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (p.7) se constituindo em uma forma da sociedade categorizar as pessoas em seu conjunto total de atributos, permitindo-lhes se inserirem num ou noutro grupo, mas, ao mesmo tempo, também inviabilizando sua participação em outros: “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (p.12/13).

Historicamente, os estigmas existem desde a era grega, se constituindo inicialmente em um recurso visual, uma marca, um símbolo ou sinal corporal utilizado para evidenciar algo mau ou extraordinário presente no comportamento de algum indivíduo. O indivíduo com tal impressão passava a carregar a degenerescência no próprio corpo, algo de mau sobre seu *status* moral, pessoa ritualmente poluída e a ser evitada, principalmente nos lugares públicos: o criminoso, o escravo, o traidor. Na era cristã, especificamente na Idade Média, outras duas metáforas se acrescentaram: por um lado, os sinais corporais da graça divina, mediante as erupções que aconteciam no corpo, e por outro lado, em alusão a esta situação religiosa, os estigmas referentes a sinais corporais de distúrbio físico. Já à época dos estudos de Goffman, o estigma retornou à sua conotação de degradação, ao sentido condenatório. Falar de

estigmatizados é, pois, falar então de banido social, de indivíduos banidos por sua própria culpa; é falar de marginais ou de uma esfera de pessoas engajadas numa condição comum de negação social e coletiva (GOFFMAN, 1988).

Melo (2000, 2005) afirma que, historicamente, o estigma teve o significado de algo maléfico para a convivência social (gregos) e também o de ser um sinal da graça divina, mas hodiernamente representa algo de mal, se constituindo até mesmo numa ameaça à sociedade, devendo ser evitado. Representa uma “identidade deteriorada por uma ação social” (2005, p.1). Todavia, apesar de comumente ser visto como uma condição naturalizada, o estigma é cultural e socialmente construído e mantido através da eficácia do simbólico, do estabelecimento de categorias às quais os sujeitos devem pertencer, o que lhes determinam padrões para a construção e afirmação de sua identidade social bem como para as relações deste indivíduo com o meio. Tal ponto, o da participação do social e do simbólico para a manutenção do estigma, se verifica em Melo (2005, p.2) quando esta autora sinaliza que

O social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos os que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de ‘nocivo’, ‘incapaz’, fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social.

Aquele sujeito que é incomum, diferente do grupo tido como *normal*, é estigmatizado socialmente e tem anulada sua produção técnica, científica e humana, sendo que tal sujeito tem limitada sua capacidade de ação, reduzidas suas oportunidades, esforços e movimentos, não lhes sendo atribuído valor. Tais pessoas são envoltas numa condição sub-humana, sem direitos e sequer considerados como cidadãos. Esta identidade social estigmatizada destrói suas qualidades e atributos, controla suas ações e reforça a deterioração da imagem. “O estigma é um atributo que produz um amplo descrédito na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como ‘defeito’, ‘falha’ ou desvantagem em relação ao outro” (MELO, 2005, p.2), o que faz com que, em diversas situações, o estigmatizado venha a optar por mentir ou dizer a verdade para tentar controlar a situação.

Para melhor caracterizar o estigma, Goffman (1988) apresenta o conceito de identidade social³ e sinaliza que este é maior que o conceito de status social, pois engloba atributos tais como honestidade e atributos estruturais como, por exemplo, a ocupação, podendo ser dividido em identidade social virtual e identidade social real. A primeira se caracteriza pelo nosso modo de pensar acerca do estranho, do nosso modo de conhecê-lo, quando fazemos exigências ou demandas efetivas sobre seu comportamento, e, além disso, também quando lhe imputamos um caráter. A identidade social real consiste na categoria e nos atributos que ele prova realmente possuir. Em suas próprias palavras:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerando um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1988, p.12).

Assim, o estigma se engendra com base numa linguagem de relações na qual o atributo em si não é nem honroso e nem desonroso, mas na medida em que a relação se desenvolve é que se observará se o mesmo se constituirá em fato indesejável ou não. Fato é que os atributos indesejáveis a uma determinada categoria social favorecem a criação de estereótipos e imagens sobre os indivíduos e que, conseqüentemente, se cristalizarão na forma de estigmas. A presença ou ausência de determinados atributos é que permitirá a formação de grupos ou categorias, por intermédio das quais algumas delas serão relegadas ao descrédito e à depreciação. Especificamente com relação aos agrupamentos sociais e à relação entre normais e estigmatizados, Melo (2005, p.2) aponta que “o sujeito passa a ser o diferente, dentro de uma sociedade que exige semelhança e não reconhece, na semelhança, as diferenças. Sem espaço, sem voz, sem papéis e sem função, não pode ser nomeado e passa a ser um ‘ninguém’, um ‘nada’, nas relações com o outro. Não pode ser sujeito da ação”.

Os estigmas são divididos por Goffman (1988) em três tipos: (i) as abominações do corpo, dentre as quais se inserem as deformidades físicas ou as deficiências desta espécie, sejam elas congênitas ou adquiridas; (ii) as culpas de caráter individual, tidas como paixões, vontade

³ O conceito de identidade social em Goffman (1988) reflete a ideia do sujeito sociológico, que se faz no social, na interação Eu – Outro. No entanto, não é o sujeito fixo, imutável, mas permeável à mudança e que considera a tensão individual X social.

fraca, crenças, desonestidade, dentre outros. São exemplos deste tipo a homossexualidade, o alcoolismo, a doença mental e as tentativas de suicídio; (iii) por último, os estigmas tribais de raça, nação e religião, transmitidos por linhagem familiar, afetando todos seus membros. Apesar de serem grupos distintos, os mesmos partilham a mesma característica sociológica: os indivíduos possuidores do estigma, ao invés de serem recebidos na relação social cotidiana, são tidos como “não completamente humanos”, impedidos de participar das relações e sendo olhados apenas através deste atributo, tendo todos os demais negligenciados. Assim, todos aqueles que possuírem uma determinada característica serão estigmatizados, depreciados, desacreditados, ao passo que aqueles que não possuírem tal característica e quanto mais se assemelharem aos demais participantes do grupo serão os *normais*. O critério de normalidade, portanto, será o de possuir ou não o atributo gerador do estigma.

Além disso, os ditos normais (os demais membros da sociedade não possuidores deste atributo) constroem uma *teoria do estigma*, uma ideologia, para explicar racionalmente o perigo e a inferioridade dos estigmatizados. Duas categorias se apresentam: a dos desacreditados e a dos desacreditáveis. Se o “defeito” da pessoa estigmatizada é visível e percebido ao lhe dirigir a atenção, então esta é uma pessoa desacreditada ao passo que, se o “defeito” apenas é uma condição, a ser verificada na relação *a posteriori*, então esta é uma pessoa desacreditável, uma vez que possui um atributo que tão logo seja conhecido fará dela uma pessoa desacreditada.

Nas relações estabelecidas entre os normais e os estigmatizados há certa programação na medida em que ambos buscam evitar o desconforto dos encontros face a face. Tal programação é o que Goffman (1988) chama de manipulação da identidade deteriorada e controle de informação e identidade social. Os indivíduos desacreditados “manipulam” a tensão gerada nos encontros com os normais e os desacreditáveis controlam as informações sociais e símbolos mais relevantes acerca de sua personalidade justamente para evitar a tensão que passam aqueles membros do grupo anterior.

Nas ocasiões quando ocorre o encontro há uma série de posicionamentos indicativos do mal-estar dos interlocutores e também uma série de estratégias adotadas para aliviar a tensão. Os desacreditados podem desenvolver capas defensivas (abaixar os olhos, trocar de lado na rua para evitar um encontro), retraírem-se e esquivarem do convívio social, por outro lado podem

se tornar agressivas, ou tentar corrigir seu atributo para escapar do estigma (principalmente se o mesmo for advindo de uma deformidade física passível de ser corrigida ou melhorada). Quando o contato é inevitável, os normais tendem a tratar os estigmatizados como não sendo pessoas dignas da atenção ritual dispensada às demais, e em seu tratamento aparecem os sinais de embaraço e constrangimento (linguagem modificada mediante o uso de referências cuidadosas, conversas interrompidas rapidamente, seriedade, etc.). Os desacreditáveis, por outra via, controlam as informações sociais sobre o seu defeito: “exibi-lo ou ocultá-lo, contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e em cada caso, para quem, como, quando e onde” (GOFFMAN, 1988, p.51). Destarte as estratégias encontradas por desacreditados e desacreditáveis, há uma manipulação objetivando uma aceitação e reconhecimento sociais, um pedido de minorar as desigualdades existentes nas relações.

Para mensurar a possibilidade de exclusão e segregação impostas pelo processo de estigmatização, vale retomar as ideias de Melo (2005, p.3), estudiosa das obras de Goffman, quando esta apresenta que

A identidade social estigmatizada destrói atributos e qualidades do sujeito, exerce o poder de controle das suas ações e reforça a deterioração da sua identidade social, enfatizando os desvios e ocultando o caráter ideológico dos estigmas. A sociedade impõe a rejeição, leva à perda da confiança em si e reforça o caráter simbólico da representação social segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais à interação sadia na comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do ‘irrecuperável’, no intuito de manter a eficácia do simbólico.

Ou seja, o estigma produz marcas simbólicas que regularão as interações dos indivíduos no meio social, tanto para reforçar a segregação de um grupo quanto para manter o poder de outro.

Conforme Siqueira e Cardoso Jr (2011a; 2011b) Goffman foi o primeiro a se dedicar a fazer uma leitura do tema sob um viés social, mostrando que as relações sociais estabelecidas cotidianamente é que configuram o estigma, ou seja, são as interações as responsáveis pela construção dos significados. Assim, pessoas “normais” preveem características e atributos de estranhos a partir de um primeiro contato, vindo a ocorrer um julgamento sobre estes. Com base nisso, constroem-se estereótipos, rótulos fixos, que serão o cerne do estigma. O que é estigmatizante não é o atributo em si, mas o julgamento de que o outro o tenha.

Os autores afirmam que, no Brasil, muito se tem produzido em pesquisas com base na aplicação do conceito de estigma, mas pouco se tem avançado na discussão conceitual, propondo então articular as ideias de Goffman com os seus posteriores leitores, elegendo os trabalhos de Ainsley, Coleman e Becker (1986); Becker e Arnold (1986); Link e Phelan (2001); Stafford e Scott (1986), Martin (1986), Jones *et al* (1984) e Crocker e Major (1989). As muitas pesquisas realizadas reforçam a ideia goffmaniana inicial de que o estigma tem um profundo impacto negativo sobre a vida destes grupos estigmatizados, principalmente ao inviabilizar sua aceitação social plena, a agregar efeitos de descrédito sobre tais pessoas.

Conforme Silveira e Cardoso Jr (2011a; 2011b) as pesquisas tendem a focar dois aspectos: por um lado, a relação estigma e sociedade ou como a sociedade estabelece os estigmas, e por outro, a relação entre o estigmatizado e o estigma. A presente pesquisa, por outra via, busca conhecer as representações sociais que os moradores de um bairro estigmatizado da periferia fazem acerca de seu espaço e quais são as percepções que fazem acerca do mesmo, ou seja, seria o mesmo que pesquisar as relações entre o estigmatizado e o seu próprio espaço de convivência, de moradia.

Seguindo então com as contribuições dos autores pós-goffmanianos, Silveira e Cardoso Jr (2011a; 2011b) apresentam que Ainsley, Coleman e Becker (1986) desenvolveram um trabalho focado na tentativa de elucidar as ambiguidades, paradoxos, variações e polaridades no conceito de estigma. Para estes, os atributos que desqualificam um indivíduo estigmatizado variam de acordo com a época histórica e as referências culturais presentes em cada uma. Como os atributos não são características inerentes às pessoas em si, pode ocorrer a seguinte situação: uma pessoa estigmatizada em um contexto específico pode não ser em outros nos quais ela circula e participa. Dizendo de outra forma, os estigmas somente têm valor dentro de um determinado contexto histórico, político, econômico e social e refletem justamente os posicionamentos morais e intelectuais da referida sociedade.

Ao inserir a questão da historicidade, Ainsley, Coleman e Becker (1986 *apud* SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a, 2011b) reiteram o ensinamento goffmaniano de que a sociedade tem uma participação crucial para a criação dos estigmas, bem como na proposição do conjunto de regras e hierarquias utilizados para controlá-los/gerenciá-los. Além disso, as relações entre pessoas estigmatizadas e normais se dão com base nos direcionamentos propostos por estas,

de forma desigual: aos normais cabe o controle e criação das categorias e àquelas, espera-se uma dependência, mediante uma relação com menos poder próprio e reforçamento da superioridade dos normais. Depreende-se destes autores que, pensar estigma é inviável sem considerar tempo e espaço.

Becker e Arnold (1986 *apud* SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a; 2011b) corroboram tais ideias e afirmam que o estigma e seus modelos de análise se dão com base no tripé cultura-sociedade-história. Os atributos, mais do que dizer sobre os indivíduos estigmatizados, dizem sobre a sociedade que se tem: suas normas, crenças, valores, religiosidade, dentre outros. Estes autores trazem como contribuição a explicitação do conceito de poder, definido como “prestígio, riqueza e habilidade de manter o controle social sobre alguém” (SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a, p.9). As classes dominantes da sociedade, detentoras de poder, impõem suas crenças, valores, regras, tidas então como normais. Quem não se comporta da forma esperada, em concordância com o que é previsto, ou que quebram os tabus sociais, se torna estigmatizada. São as crenças sobre os atributos que ditam a estigmatização, a integração ou não das pessoas aos grupos sociais, de tal forma que, para os autores, estigma é a condição do indivíduo que não possui as características, atributos e atitudes sociais considerados de importância para um grupo social. Nesse sentido, a cultura, por ser um extenso processo inconsciente, ganha relevância nas proposições de Becker e Arnold (1986); o estigma, mesmo relacionado ao tripé acima exposto, relaciona-se, sobretudo ao aspecto cultural; donde se tem que: mudando a cultura, muda-se o estigma, vindo a pessoa estigmatizada a adquirir novo status social. Vale ressaltar que cultura e estigmatização, muitas vezes, se transmitem e reproduzem de forma sutil e de fácil difusão. Os atributos e comportamentos podem ser universais ou bem específicos de cada cultura, o que requer maior criticidade ao abordar a temática do estigma.

A questão do poder para a definição de estigma também é observada nos estudos de Link e Phelan (2001 citado por SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a; 2011b) que propõem uma definição mais complexa. Este vem a acontecer quando há uma relação simultânea entre rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação. Assim, primeiramente são eleitas características a serem aplicadas a alguém (rotulação). A pessoa não tem necessariamente que possuir a característica, o que está em jogo é o fato de que ela recebeu a atribuição. Este rótulo atribuído pode vir a se fixar (estereotipização), sobretudo, quando há

uma atribuição de características negativas. A partir daí há uma separação entre dois grupos, *nós* e *eles*, (ou normais e estigmatizados, conforme visão goffmaniana). *Nós* não possuímos a característica, *eles* possuem; *nós* somos normais, *eles*, estigmatizados; *nós* ocupamos status superior a *eles*, *eles* perdem seu status de pessoas normais por possuírem determinada característica; e, por fim, diante da separação e perda de status, *nós* discriminamos *eles*, mediante processos e comportamentos manifestos que demarcarão o poder de *nós* sobre *eles*. O poder em questão é o ponto essencial que permite a estigmatização de uns grupos e a manutenção do status de outros; logicamente, poder aqui é político, econômico e social, manifestado nas redes que compõem este último, nas instituições, e permeáveis pela cultura e história.

Para Stafford e Scott (1986 *apud* SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a, 2011b), o estigma adquire nova versão: ao invés de propor uma análise no âmbito das épocas históricas e sociedades, propõe uma variação dentro de *unidades sociais* (família, grupos, instituições, etc.): o que é estigma em unidade social, pode não ser em outra, e o mesmo consiste em fugir às normas propostas por uma unidade social. Norma é um conceito central, mais amplo que modelo e regra, pois envolve não somente o comportamento, mas também gênero, raça, estado físico. A norma em Stafford e Scott (1986) relaciona-se intimamente com a identidade normal e valorizada de que Goffman (1988) aborda, aquela identidade que é verificada quando as pessoas se encaixam nos perfis ideais socialmente propostos. No entanto, se a pessoa não segue as normas, são tidas como responsáveis⁴ pelo seu desvio, pela violação, e se tornam alvos do controle social, que vem para limitar suas relações sociais. Assim como para Becker e Arnold (1986) é possível mudar a categoria das pessoas com a mudança das culturas, para Stafford e Scott (1986) é possível que haja uma desestigmatização, mediante a revisão do sistema normativo. Se o estigma é fundado para estes autores com base nas normas sociais, ao se modificá-las, modifica-se também a própria concepção do que é e do que não é estigmatizante em tal sociedade.

Outro autor apresentado por Silveira e Cardoso Jr (2011a; 2011b) é Martin (1986) que se apoia no conceito goffmaniano de categorização e, a partir dele, afirma que os estigmas são criados, preservados e perpetuados por intermédio da aprendizagem social, das relações que

⁴ Stafford e Scott (1986, citados por SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a) relatam que a responsabilidade pelo estigma é atribuída exclusivamente ao indivíduo sendo o atributo tomado como contingente mesmo nos casos em que o indivíduo não tem responsabilidade alguma pela existência do seu atributo.

ocorrem no decurso da vida das pessoas. A aprendizagem social acontece no meio social, na vida real, prática, nos diversos grupos nos quais os indivíduos circulam (família, escola, trabalho, lazer) durante seu processo de socialização. Tal aprendizagem não é fixa, pode ir mudando ao longo do tempo. No caso específico do estigma, ele ocorre no processo de interação, na presença dos indivíduos em um determinado lugar no qual um indivíduo possuidor de certas marcas desacreditáveis é estigmatizado por um outro indivíduo, que não possui as referidas marcas, mas sabe que as mesmas não se adéquam às suas expectativas e comportamentos. Todo esse processo é aprendido socialmente, fazendo uso tanto das informações sociais quanto das individuais já existentes (intuição, proposta, dedicação consciente ou não). A aprendizagem social ocorre em três etapas: a primeira, a aquisição, como o nome diz, é o processo de obter informações do/no meio social imediato; a segunda, a transmutação, é quando as novas informações se ajustam aos conhecimentos pré-existentes, aos valores e percepções que o indivíduo tem, e a terceira fase é a evolução/aplicação, que consiste na testagem nas novas afirmações e a utilização das mesmas como recursos. Como se percebe, tanto a aprendizagem social quanto a estigmatização são processos complexos e tanto influenciam a realidade social, quanto são transformados por ela. Destarte, para Martin (1986), a aprendizagem social é um instrumento para a aquisição, modificação, generalização e extinção dos comportamentos sociais, vindo a moldar quais são os comportamentos normativos convencionais. Se um indivíduo se adapta a estes comportamentos, ele é tido como normal, se não, é estigmatizado. É válido situar que, esse processo de aprendizagem de crenças e valores se inicia desde a infância e acompanha todo o desenvolvimento do indivíduo. Se em Goffman (1988) são os normais que preveem os atributos dos estigmatizados e os inabilitam para a convivência social, em Martin (1986) são os normais que aprendem as normas sociais e estigmatizam aqueles que não aprendem, ou que não partilham necessariamente da mesma aprendizagem social que eles.

Jones *et al* (1984 *apud* SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a, 2011b), na trilha dos estudos de estigma goffmaniano, preocupam-se mais com a construção do autoconceito dos estigmatizados do que com a gênese dos estigmas. Para eles nunca haverá uma correspondência entre a avaliação de si e as avaliações dadas por outrem, donde o processo de estigmatização advém duma interação em que um estigmatiza e o outro, corresponde estigmatizando-se a si mesmo, não necessariamente no mesmo nível, na mesma proporção, mas ambos sendo integrantes do processo. Pode haver situações em que o que estigmatiza não

encontra a contrapartida do estigmatizado, que uma vez consciente do processo, passa a recusar ou negar o que lhe é atribuído. Outra situação é a da própria pessoa se estigmatizando em seu autoconceito sem necessariamente tê-lo sido por outrem. Para avaliar o efeito do estigma, uma das formas é observar o estigmatizado em sua relação com seu autoconceito mediante a verificação da autoestima, sendo que as respostas são variáveis: uns estigmatizados podem se sentir bem consigo mesmos, outros não. No entanto, o autoconceito surge apenas mediante a inter-relação social, e assim sendo, “para um indivíduo estigmatizado, a construção ou a manutenção de um firme e coerente autoconceito pode ser uma difícil realidade” (SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011b, p.107) haja vista que tal processo sempre resultará em impactos na forma como as pessoas constroem o conceito e o conhecimento de si, na medida em que, ser estigmatizado gera efeitos sempre negativos.

Já para Crocker e Major (1989 *apud* SILVEIRA; CARDOSO JR, 2011a, 2011b) o estigma é estudado com base na autoestima global relacionada à identidade pessoal do indivíduo. Os autores postulam a existência de categorias que predispõem seus integrantes a serem rotulados e estigmatizados, mediante a criação de atitudes negativas, estereotipização e credências sobre elas. Tal categoria é estigmatizada por não pertencer ao grupo dominante, e os seus indivíduos são tidos como desviantes, alvos de discriminação e possivelmente terão resultados econômicos e/ou interpessoais negativos, com relação aos demais membros da sociedade. Diferentemente de Goffman (1988), as autoras focam nas inter-relações grupais para a formação dos estigmas, ao passo que para este o trabalho se dá num âmbito individual. Para elas, os “estigmatizados são vítimas passivas dos *outros*”, que por sua vez contam com boa autoestima e visão de si como competentes, bem sucedidos, etc. Todavia, elas apresentam que, nem sempre, os estigmatizados terão autoestima menor que os outros, pois as relações são variáveis e a autoestima depende necessariamente das relações que os indivíduos estabelecem e, mais ainda, as pessoas estigmatizadas podem encontrar formas de proteger sua autoestima e resguardarem a si mesmas nos casos não explícitos de preconceito e discriminação, nas suas ocasiões diárias. Estas técnicas de proteção ocorrem dentro do próprio grupo estigmatizado mediante a atribuição de feedbacks negativos ao grupo que o estigmatizou ou respondendo às ocasiões que obtém resultados negativos mesmo se não relacionados ao estigma; podem ainda estabelecer comparações entre os membros do próprio grupo, para evitar se comparar com os grupos exteriores para protegerem seu autoconceito e

autoestima e por fim, podem desvalorizar os atributos comuns de seu grupo e valorizar aqueles seus, particulares, que se sobressaem.

Os autores posteriores a Goffman (1988) contribuíram significativamente para o avanço da teoria com a inserção de novas leituras de aspectos históricos, sociais e culturais, e mesmo com a criação de novos conceitos para a discussão de estigma. No entanto, o cerne da questão não foi modificado: o estigma se constitui em marcas atribuídas a determinados indivíduos em suas relações sociais, que produzem grande descrédito em suas vidas, desqualificando-os para a aceitação social plena.

Outro aspecto percebido é que, em Goffman (1988) e mesmo nos seus estudiosos, autores dos desdobramentos teóricos feitos em sua teoria, as questões de espacialidade referidas aos estigmas em sua relação com o social, ainda permaneceram relegados a um plano secundário. É Wacquant (2006) quem vem trazer a adjetivação territorial para a compreensão de processos de estigmatização que ocorrem nas sociedades capitalistas contemporâneas, com base em aspectos socioespaciais, tendo em vista as novas configurações que as desigualdades, em especial a pobreza, têm adquirido. Antes dele, porém, a pesquisa realizada por Elias e Scotson (2000) na cidade de Winston Parva (nome fictício) contribui para a compreensão do estigma em termos mais contemporâneos e para a aplicação do mesmo com base em territórios.

1.2 Os estabelecidos e os outsiders – estigma e sua relação com o poder

Os estudos sobre estigma ganham nova roupagem a partir da publicação do livro “*The Established and the outsiders: a sociological enquiry into community problems*” de Norbert Elias e John L. Scotson, publicado originalmente em 1965. Da mesma forma que os autores apontam que o livro apesar de se tratar de um estudo de caso poderia ser replicado (e aplicado) em outras realidades semelhantes, que compartilham situações de estigmatização que não lhe são exclusivas, o mesmo pode ser afirmado com relação à data: a pesquisa, realizada no final da década de 1950 e início da década de 1960, pode ser transportada para a contemporaneidade, senão em sua quase totalidade, ao menos nos seus sólidos aspectos teóricos: as formas de estigmatização hodiernamente correntes não se distanciam das relações de poder mostradas pelos autores.

A pesquisa, realizada em Winston Parva, contou com a colaboração e com os estudos primeiramente efetuados por John L. Scotson, sendo que o trabalho de campo durou aproximadamente três anos, constituindo-se numa “monografia em que se combinam dados oriundos de diversas fontes diferentes: estatísticas oficiais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalísticos, entrevistas e, principalmente, ‘observação participante’”. Uma de suas virtudes principais reside, precisamente, na produtividade teórica desse ecletismo metodológico” (NEIBURG, 2000, p.8) que permitiu a verificação de diversos pontos de vista e as diferentes posições sociais que configuravam a cidade de Winston Parva “e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais” (NEIBURG, 2000, p.8).

Uma das zonas de Winston Parva apresentava altos índices de delinquência, mais significativo do que os das outras regiões e faziam com que o bairro fosse visto como “a” zona de delinquência da cidade. O foco inicial da pesquisa de Elias e Scotson (2000) foi justamente estudar o porquê destes índices; no entanto, o foco foi sendo modificado, na medida em que se reduziam os índices da zona 3, mas a visão negativa que os demais moradores tinham da região ainda permaneciam intactos. Winston Parva era um povoado subdividido em 3 zonas: a zona 1, zona 2 e zona 3. A zona 1 era onde habitavam aqueles moradores de classe média, com uma condição econômica um pouco melhor; nas zonas 2 e 3 habitavam os operários das fábricas locais, não havendo entre eles ninguém da classe média. Afora esta ligeira diferenciação social entre os moradores, não havia outras diferenças significativas em aspectos educacionais, econômicos, profissionais, étnicos, exceto pelo estabelecimento de uma desigualdade: os moradores da zona 2 viam a si mesmos como superiores, pelo fato de terem um tempo maior de residência na cidade do que os moradores das outras áreas e nomeavam a si mesmos como *aldeia*. Em especial, os moradores da zona 3, eram tidos como residindo no *loteamento* e eram estigmatizados pelo fato de serem moradores mais recentes. Tal fato fazia com que houvesse uma clara divisão dentro da cidade, entre os grupos destes moradores.

Esta divisão, aparentemente simplória e simplista, não se mostra de tal forma na prática das inter-relações dos grupos de Winston Parva. Os contatos sociais entre tais moradores se davam apenas nas ocasiões em que o mesmo era estritamente necessário, tal como nas situações de trabalho, inclusive os moradores da zona 1 e da zona 2 apresentavam um nível de

coesão que os permitia excluir socialmente os moradores da zona 3. Essa divisão é apresentada por Elias e Scotson (2000) como o *establishment* (os *established*) e os *outsiders*. O primeiro grupo, o dos estabelecidos, se encontrava numa posição que os permitia se diferenciar do segundo grupo, os outsiders, pela sua presença na cidade há mais tempo, e por encarnarem os valores da boa sociedade, da tradição, os melhores; os outsiders, do outro lado da escala social, eram os estigmatizados, responsáveis pela anomia, pela desintegração e violência sociais e pela delinquência da cidade. Logo, eram os *menos bons, menos agradáveis e menos dignos*.

Elias e Scotson (2000) expõem que os meios utilizados para estigmatizar o grupo em Winston Parva vão desde mecanismos mais simples de controle social até a exclusão, onde os estigmatizados são impedidos de participar de certos locais. Um destes mecanismos é a fofoca, cuja estrutura se divide em fofoca elogiosa e o mexerico depreciativo. A primeira, voltada para a idealização, marca o carisma próprio do grupo e acompanha símbolos de louvor deste grupo, robustecendo-lhe a imagem social positiva. Por outro lado, os mexericos depreciativos são voltados para o mesmo objetivo, o de impregnar os valores de que o grupo social estabelecido é o melhor. Todavia, o mexerico cumpre o objetivo, mediante a estigmatização do grupo outsider. A imagem social destes é desvalorizada, negativada, ofendida, mediante aspectos depreciativos. Outro meio de estigmatizar um grupo é por intermédio da privação de acesso a postos de trabalho, ficando estes impossibilitados de obter certos cargos, que ficam reservados apenas aos indivíduos do grupo estabelecido.

Um aspecto diferente é mostrado no que se refere à delinquência entre os jovens: embora verificados atos delinquentes nas zonas 3 e 2, a maior parte era da zona 3, que é a área mais estigmatizada da cidade. Elias e Scotson (2000) apresentam então uma leitura de que os altos índices observados são uma forma dos jovens em responderem ao estigma que lhes é atribuído, num viés extremamente negativo e que lhes eram transmitido desde a infância e nas suas inter-relações. Estes jovens desde cedo desprezados pelos demais membros da sociedade, adotavam como contrapartida atos que contrariam e provocam aqueles que os estigmatizam.

De acordo com Neiburg (2000) a nomenclatura *established* e *outsiders*, são utilizadas em inglês para marcar as relações de prestígio e do poder, e demarcam os dois lados de uma relação que define as identidades sociais de ambos os grupos. Não são encontradas palavras similarmente traduzíveis para o português devido ser relação típica da sociedade inglesa e

referirem-se a “contextos concretos nos quais essas relações podem realizar-se” (p.8). No entanto, a tradução feita apresenta os dois grupos como estabelecidos e outsiders.

Os estabelecidos são aqueles que ocupam uma posição social fundada no poder e marcam o modelo moral a ser seguido pelos outros. Para eles sua autopercepção é fundada por uma identidade social positiva, poderosa e reconhecida como a *boa sociedade*, combinando fatores tais como *tradição, autoridade e influência*. Veem a si mesmos como um grupo coeso, o qual designa os melhores dos melhores, uma minoria seleta, designando os melhores nas diversas áreas: “os guardiães do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses, a comunidade de membros de um clube social ou desportivo” (NEIBURG, 2000, p.7).

Completando a relação, do outro lado, estão os *outsiders*, os que estão de fora da boa sociedade, não se constituem em um grupo homogêneo como os estabelecidos; por ser heterogêneo e difuso, sua existência é no plural, e sua união é por laços sociais menos intensos que os estabelecidos. A relação entre *outsiders-established* é desigual e marcada pelo privilégio destes sobre aqueles, e nesta relação vão se construindo as identidades sociais, as imagens coletivas, as *imagens de nós*, de ambos os grupos, um vendo a si mesmo como valorizado, cuja superioridade social e moral permite-lhe perceber-se como pertencente a um grupo da boa sociedade. O outro grupo, por outro lado, envolto numa lógica de exclusão, numa outra forma de reconhecimento, mas pela via da marginalidade.

De acordo com Elias e Scotson (2000) as relações entre os grupos sociais de forma desigual sempre marcaram as sociedades humanas e uma delas é a presente na estigmatização, sendo que a percepção de certos grupos por outros como menos valorizados é característico. O grau de estigmatização pode variar e as ações concomitantes também: podendo ir de tonalidades mais amenas até mais radicais de maior desprezo, de forma ruidosa e bárbara. A função do estigma é manter uma estrutura de privilégios, e conseqüentemente também a autoestima do grupo estabelecido, que se destaca frente ao grupo menor, tido como menos importante.

As características que levam a estigmatização nos diversos grupos são modificadas sócio, cultural e historicamente. Se em Winston Parva, o fator de estigmatização estava com base na tradição, na honra advinda pelas famílias tradicionais, residentes há mais tempo na cidade, em

Maycomb, um exemplo retirado do livro de Harper Lee, *Who kill the mocking bird?*, que Elias e Scotson (2000) apresentam ao final do livro, o fator já é diferente, é étnico-racial: negros tem um status significativamente inferior ao dos brancos, independente de fatores tais como trabalho e renda. Uma situação peculiar e que demonstra a relatividade do estigma é a demonstrada por partidos políticos: um membro pode ser outsider em relação a determinadas funções e fazer parte do *establishment* em determinadas outras. Ou a situação de certos estigmas que se constroem com base em relações de gênero: os homens excluem as mulheres de determinadas atividades, mas por outro lado elas também podem se reservar certas outras, nas quais a participação masculina é excluída.

O estigma também passa pela questão do vínculo individual do estigmatizado com a imagem que lhe é atribuída; de tal forma que, mesmo recebendo um amplo descrédito, o sujeito pode firmar sua autoestima em outros contextos ou ainda o inverso, algum membro do grupo estabelecido pode se aproximar empaticamente da realidade dos outsiders e fazerem lhes uma espécie de defesa. Esta multiplicidade de situações e de nuances da exclusão, no entanto, não diminui o fato de que o estigma “no fundo sempre se trata do fato de que um grupo exclui outro das chances de poder e de status, conseguindo monopolizar essas chances” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.208). Em certa medida, indivíduos e coletividades tendem a se avaliarem como sendo valorosos, numa espécie de autoreconhecimento e autoestima que perpassa pela concomitante diminuição e desvalorização de outrem, de tal forma que ao se ganhar valor, outros têm que perdê-lo.

Questionando-se o porquê de tais técnicas de estigmatização, Elias e Scotson (2000) consideram que as mesmas tem uma função de sobrevivência; os grupos humanos nutrem medo uns dos outros, sem contudo conseguirem explicar e justificar as razões para tal: “[os grupos humanos] se observam mutuamente, enquanto se tornam mais fracos ou mais fortes. Sempre que possível, tentam evitar que um grupo vizinho alcance um potencial maior que o próprio” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.210). Outra citação retirada de Elias e Scotson (2000, p.210) e que reflete a relação estigma, estereótipo e preconceito segue:

o mesmo [as rivalidades, revoluções, violência] acontece com o problema expresso no fato de que praticamente todas as sociedades estigmatizam outros grupos como sendo grupos de status inferior e de menor valor. Uma grande quantidade de estereótipos serve para esse propósito. Tradicionalmente, o conceito de ‘preconceito’ é usado como símbolo unificador para o desprezo de grupos em palavras e atos. Mas

a natureza do preconceito, o motivo pelo qual um grupo estabelecido encara um grupo outsider como estando em uma posição mais baixa e tendo menos valor, permanece normalmente sem esclarecimentos.

Embora os conceitos estejam relacionados, a nomenclatura ‘estereótipos’ é preferida a ‘preconceito’, haja vista esta última não contar com uma definição tão precisa quanto as demais nem fornecer grande embasamento para a elucidação do porquê da estigmatização, ainda que seja sabido que as atitudes e palavras portadoras de preconceito e discriminatórias contem com um amplo espectro. A identidade e orgulho pessoal parecem estar em estreita vinculação com a identidade e orgulho grupal, o que faz com que diante da possibilidade (o medo) de perda ou modificação de um status que lhe é favorável, os homens e grupos se envolvam em atividades que mantenham seu poder, que favoreçam a integração grupal e autoestima e autovalorização.

Na finalização de seu texto, Elias e Scotson (2000, p.213) fazem uma afirmação que abre as possibilidades de se pensar uma sociedade diferente, na qual os indivíduos e grupos possam se valorizarem e se reconhecerem sem a necessidade de diminuírem ou invalidarem socialmente os demais: “só se pode esperar uma maior igualdade nos ou entre os grupos humanos, caso se consiga reduzir o nível do temor recíproco, tanto no plano individual quanto no plano coletivo”. Isto é, a redução do temor da perda, do medo de perder seu valor próprio e a emergência de novas formas de reconhecimento podem auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária.

1.3 A estigmatização territorial – Wacquant e a marginalidade avançada

O conceito de estigmatização territorial é apresentado por Wacquant (2005, 2006) como um derivado das proposições goffmanianas iniciais, e conta com critérios materiais e simbólicos para sua verificação no panorama urbano. Wacquant se dedicou ao estudo dos guetos estadunidenses, as periferias parisienses, o boxe como profissão do corpo, as prisões e sistemas penais mundiais, estudos sobre a marginalidade avançada e Estado neoliberal (WACQUANT, 2008). Os estudos comparados Estados Unidos – Europa, serão a base para as afirmações da existência da estigmatização territorial em ambos os lados do Atlântico, tendo uma análise crítica como substrato e tratando desde suas primeiras publicações acerca das desigualdades sociais. Trabalhou com Pierre Bourdieu e com William Julius Wilson, influências em suas produções, bem como a tradição sociológica da Escola de Chicago. Em

suas pesquisas busca aglutinar análises micro, meso e macrosociológicas, transitando entre a sociologia, antropologia, etnografia e escrita literária mediante seu método particular baseando no envolvimento com os participantes da pesquisa.

Antes de adentrarmos na discussão acerca do conceito de estigma territorial, se faz necessário explanar outro conceito, o de marginalidade avançada, sendo esta uma nova forma de marginalidade urbana que emerge nas sociedades avançadas no período pós-fordista, que se definia pela produção industrial estandardizada e pelo consumo de massa, e pós-keynesiano; se destacando pelas transformações no mundo de trabalho, conforme são assinaladas por Wacquant (2005), engendrando ainda uma nova forma de pobreza urbana, sobretudo nas três últimas décadas, sendo a cidade tanto seu lugar, quanto sua fonte. Ainda que sigam diferentes dinâmicas sociais nas duas partes do Atlântico, há marcadores que assinalam uma semelhança nas formas de marginalidade em curso, dentre estes, o da estigmatização territorial, conceito a ser formulado pelo autor em 2006.

Com o final do século XX, há “uma importante transformação nas raízes, na aparência e nas consequências da pobreza urbana na sociedade ocidental” (WACQUANT, 2005, p.60) devido às mudanças aceleradas na modernização econômica, à reestruturação global do capitalismo, à cristalização da nova divisão internacional do trabalho, dentre outros, cujo impacto resultam numa modernização da pobreza, numa lógica do novo regime de desigualdade e marginalidade urbana:

Se a pobreza na metrópole ocidental costumava ser largamente residual ou cíclica, limitada às comunidades das classes trabalhadoras, geograficamente difusa e considerada remediável através de uma maior expansão dos mercados, ela agora parece ser cada vez mais persistente, se não permanente, desligada das tendências macroeconômicas e fixada em bairros segregados e mal afamados onde o isolamento social e a alienação se alimentam mutuamente, à medida que se aprofunda a cisão entre os que estão aí confinados e o resto da sociedade (WACQUANT, 2005, p.60).

Estas reflexões de Wacquant (2005) embora estejam ligadas aos seus contextos concretos de pesquisa, os Estados Unidos e a Europa, fazem parte de uma dinâmica global, como ele mesmo assinala. Inclusive, ainda que haja diferenças e peculiaridades em cada local aonde esta marginalidade e segregação venham a ocorrer, há ações de cunho nacionais e transnacionais para o debate e intervenção, testemunhadas pelas organizações internacionais, tais como a Comissão Europeia, a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento

Econômico, a Organização do Tratado do Atlântico Norte e as diversas entidades filantrópicas.

Para Wacquant (2005), quatro lógicas estruturais alimentam a nova marginalidade: a dinâmica macrossocial, econômica, política e espacial. Ao nível da dinâmica macrossocial há o ressurgimento da desigualdade social crescente, e marcada pelo crescimento e aumento da melhoria da qualidade de vida da classe alta, com conseqüente opulência, luxúria e abundância, e com a desqualificação, falta de educação, emprego, condições de indigência, penúria e privação que tem caracterizado as populações mais pobres. Nesse sentido, o crescimento econômico parece ser independente e despreocupado da pobreza enquanto uma questão social gritante. No viés econômico, a lógica observada segue as metamorfoses da questão salarial, conforme assinaladas por Castel (2009), cujas transformações na esfera do trabalho resultam na eliminação constante de postos de trabalho, no aumento do desemprego estrutural e na perda do sistema de seguridade protetivo, que asseguraria condições básicas de trabalho, tais como trabalho remunerado, acesso a serviços de saúde, e de certa forma, uma segurança contra a pobreza.

No plano político, verifica-se a reconstrução dos Estados-Providência, que, “a par das forças do mercado (...), são importantes geradores e modeladores da desigualdade urbana e da marginalidade” (WACQUANT, 2005, p.64). Isto porque, a desarticulação e retração dos Estados-Providência contribuem para a deterioração social e para o aumento da pobreza. Outra função do Estado é a de *remediar*, de ir contra tais problemas; se o Estado se importa com a desigualdade social, ele pode fazer a diferença. As políticas públicas têm em seu cerne esta ambigüidade latente; se por um lado podem contribuir redistributivamente e minorar as condições de pobreza e indigência, podem também, por outro, ser fonte a mais de descrédito e culpabilização dos seus públicos-alvo. Dois exemplos nesse sentido, no âmbito das políticas públicas de segurança: Castel (2008) assinala que quando se toma as políticas como solução para problemas sociais mais amplos, como é o caso da desigualdade social, o resultado é o aumento da estigmatização e punição de determinadas parcelas populacionais, como é o caso dos jovens. Bauman (2009) tratando dos discursos midiáticos sobre o aumento da violência e da criminalidade pontua que os mesmos tendem a criar uma sensação de insegurança generalizada, que justifica tanto a indústria de armamentos e de venda de segurança especializada quanto a segregação socioespacial, da distancia social entre ricos e pobres no

espaço urbano, mediante a criação dos guetos fortificados e da periferização. O Estado com suas políticas de segurança tende a ser um fator a corroborar com tais processos em curso.

Chegando, pois à quarta dinâmica, a da questão espacial, tem-se neste texto de 2005, as bases explanatórias para o conceito melhor estudado e aprofundado por Wacquant em 2006. A marginalidade avançada se caracteriza pela tendência em se acumular em determinadas áreas da cidade, em “núcleos duros” ou “áreas paralisadas”, claramente identificadas socialmente como abismos urbanos, locais de privação, imoralidade, violência, de pobreza, dentre outros. Concomitantemente aos discursos de demonização, vindos do exterior, no plano interior de tais locais há o enfraquecimento dos laços coletivos, das solidariedades locais e que acabam confirmando as percepções negativas que se fazem acerca do bairro.

É seguindo esta linha de teorização que Wacquant, em 2006, afirmará que a marginalidade avançada “tende a concentrar-se em territórios isolados e claramente circunscritos” (p.27), percebidos como lugares de perdição, onde só circulam os desviantes e resíduos da sociedade. Este avanço da marginalidade favorece cada vez mais a estigmatização das pessoas com base em seus territórios, em seus locais de residência. Tais territórios trazem a marca dos discursos de descrédito advindos das interações da vida cotidiana e dos discursos jornalísticos, políticos, burocráticos e científicos. Estes discursos são reforçados pela presença da pobreza nos bairros, a questão da pertença étnica e soma-se a isto, a depreciação destes territórios⁵.

Goffman (1988), ao definir os tipos de estigma, apresenta os estigmas referentes às deformidades do corpo, os defeitos de caráter e as marcas de raça, nação e religião. É deste último tipo que Wacquant (2006) aproximará o estigma territorial ou infâmia territorial. Para este autor, “é significativo que Erving Goffman (1963) não mencione o local de residência como um dos ‘handicaps’ que podem ‘desqualificar um indivíduo’ e privá-lo da ‘total aceitação pelos outros’” (WACQUANT, 2006, p.28).

O estigma territorial partilha com os demais a mesma característica de colocar em xeque a questão da informação, da identidade social e das relações estabelecidas pelos indivíduos. Com o estigma de raça, nação e religião, partilha a propriedade de poder ser transmitido por

⁵ Remeto novamente o leitor aos trabalhos de Santos (2011) e Rocha e Martins (2006) que bem caracterizam a depreciação que sofre o bairro Cidade Conferência Cristo Rei.

linhagem e afetar todos os membros da família. Mas, contrariamente aos demais tipos de estigma, o territorial “pode ser facilmente dissimulado e atenuado (ou até, anulado) pela mobilidade geográfica” (WACQUANT, 2006, p.28).

Na cidade dualizada, como o é, a presença de tais bairros ou espaços mascara a desigualdade existente na medida em que os bairros estigmatizados são tidos como infernos urbanos, locais de perigo, vício, abandono, corporificação de todo o mal urbano. O que está em questão prioritariamente são os discursos que segregam tais locais, pois quer estes locais sejam de fato perigosos ou não, caso sua população seja essencialmente pobre ou não, o fato principal é que “a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas” (WACQUANT, 2006, p.29). As considerações apresentadas pelo autor referem-se especificamente aos Estados Unidos e França, países desenvolvidos, mas suas características fenomenológicas e heurísticas podem ser encontradas em todos os países.

A presença destes discursos no âmbito das cidades, marcando as diferenças espaciais, os locais, ruas, tanto de forma positiva, valorativa, quanto negativamente e depreciando alguns destes, é verificada no Brasil (BRESCINI, 2001; DEPAULE; TOPALOV, 2001), assim como também o é nos locais apontados por Wacquant (2006, 2008), o que aponta para uma realidade macrossocial, inscrita nos diversos países no mundo, não sendo característica exclusiva dos países desenvolvidos.

A vivência dos moradores de bairros depreciados/estigmatizados é marcada por sentimentos de vergonha e culpabilidade, imagem de si maculada, sentimentos de indignidade social, distanciação mútua de suas redes de vizinhança, difamação lateral. Isso porque pertencer a um bairro estigmatizado se constitui em uma desvantagem, um embaraço para o indivíduo frente aos demais cidadãos, de tal forma que os moradores se envolvem numa negação de sua pertença à microssociedade do bairro, se empenhando em transferir o estigma para outra parcela de sua própria vizinhança, um discurso humilhante e lateralizado, ocasionando a divisão do próprio bairro e a perda das redes de solidariedade mútua para além da família (WACQUANT, 2006).

Além dos impactos da estigmatização na subjetividade dos moradores, conforme vistas acima, há também efeitos verificáveis nos discursos e práticas das políticas públicas. A partir da

rotulação de um espaço como negativo (zona de não direito, cidade fora da lei, fora da norma) justifica-se uma série de intervenções cujo efeito pode ser o de marginalizar ainda mais os pobres. Tanto o Estado como o mercado imobiliário se mobilizam na tentativa de reinserção do território na paisagem da cidade sem, contudo, se atentarem para a população e seu destino. Tais intervenções podem ser a reurbanização do bairro ou renovação urbana, projetos de habitações populares, inserção de policiamento ostensivo, dentre outros (WACQUANT, 2006). Esta mesma questão é abordada por Castel (2008), ao afirmar que o Estado muitas vezes intervém de modo a reforçar, por intermédio de suas políticas públicas, justamente o aspecto negativo: ao invés de auxiliarem na inserção social de pessoas e territórios, reforçam a ordem estabelecida, mantendo desigualmente o direito à cidade e estigmatizando alguns grupos de pessoas.

Wacquant (2006, p.30/31) aponta que outra faceta do processo de estigmatização territorial, advinda da reconfiguração em curso do capitalismo, é a dissolução do ‘sítio’ (no sentido de lugar). As mudanças no capitalismo pós década de 1970 (reorganização das empresas e seus fluxos econômicos, mudanças no esquema de empregos, dentre outros) engendraram também mudanças nas pessoas em seus espaços e na experiência do espaço em si, havendo a transformação da noção de lugar para a noção de espaço, ou seja, houve “a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com o qual as populações urbanas marginalizadas se identifiquem e no seio do qual se sintam ‘entre si’ e em relativa segurança”.

Lugar e espaço, conceitualmente em Wacquant (2006), são duas concepções distintas para se pensar a apropriação do ambiente. Se o *lugar* é o palco de arenas fixas, estáveis, de relações plenas e de segurança, de vínculos alicerçados na base comunitária e territorial, o espaço é indiferente, palco de competição e de luta pela vida, potenciais vazios, de enfraquecimento das relações comunitárias e de retorno do indivíduo à sua ordem familiar imediata, à esfera privada da família, favorecendo o “enfraquecimento geral dos colectivos” (p.31).

Hoje em dia, os indivíduos duradouramente excluídos de um emprego remunerado nos bairros de rejeição deixaram de gozar de um apoio colectivo informal enquanto esperam por um novo trabalho que, para mais, poderá nunca vir a chegar. Para sobreviver, são obrigados recorrer a estratégias individuais de ‘auto-provisionamento’, de trabalho clandestino, de comércio subterrâneo, de actividades criminosas e de ‘desenrascanço’ quase institucionalizado que não contribuem propriamente a aliviá-los da precariedade, já que ‘as consequências distributivas do esquema de trabalho informal nas sociedades industriais tendem a reforçar e não a reduzir as estruturas contemporâneas de desigualdade’ (WACQUANT, 2006, p.33).

Em Goffman (1988) vemos que a questão das classes sociais permanece nas entrelinhas de seu estudo, inclusive a noção de poder foi uma daquelas incluídas pelos seus posteriores leitores. Fala-se de relações de poder nas relações interpessoais, nas interações face-a-face, mas o autor não discute a existência das classes sociais divergentes sendo o substrato para a estigmatização dos indivíduos. Por outro lado, em Wacquant (2006, p.33) a discussão das classes sociais se torna central para a conceituação da estigmatização territorial, vindo inclusive a ser uma condição para a constituir: “A marginalidade avançada difere das anteriores formas de pobreza urbana pelo facto de a estigmatização territorial que a atinge se desenvolver num contexto de decomposição de classe mais do que de consolidação de classe” havendo concomitantemente os processos de precarização e desproletarização, o que reforça o agrupamento de dados grupos sociais em “regiões inferiores do espaço social e urbano” (WACQUANT, 2006, p.33/34).

Os territórios estigmatizados são, sobretudo, os territórios da periferia, ocupados pelo proletariado, por aqueles a quem falta qualificação profissional, que compartilham uma situação de des-socialização engendrada pelas condições atuais de trabalho. Dois aspectos a serem considerados com base na leitura de Wacquant (2006) são: 1) consoante a outros autores apresentados nesta revisão de literatura, o autor mostra que o simbólico tem uma participação fundamental na criação e manutenção dos estigmas, vindo a se constituir em um aspecto favorecedor da marginalização social e da perda dos vínculos e 2) a marginalização social e espacial, presentes na estigmatização territorial, influenciam negativamente na militância, ocorrendo marginalização também na militância, no engajamento dos cidadãos na política local. Sobre o primeiro aspecto acima descrito, Wacquant (2006, p.34) afirma que

A própria proliferação das etiquetas supostas designar as populações dispersas e díspares, cativas das tenazes da marginalização social e espacial – ‘novos pobres’, ‘zonards’, ‘excluídos’, ‘*underclass*’, ‘jovens dos subúrbios’, e trindade dos ‘sem’ (sem trabalho, sem tecto, sem papéis) traduz bem o estado de *desregulamento simbólico* no qual se encontram as franjas e as fissuras da estrutura social e urbana. A ausência de um idioma comum em torno do qual e pelo qual poderiam unificar-se acentua a fragmentação objectiva dos cidadãos pobres de hoje (grifos do autor).

Fala-se então de um reconhecimento negativo dado pelas privações sociais, déficits simbólicos e carência material, sendo que é somente via representação, que o panorama tem possibilidade de mudança. Este aspecto é o mesmo apontado por Goffman (1988) quando este fala da existência de um grupo de ‘informados’, pessoas que por diversos motivos,

principalmente o trabalho junto a categorias estigmatizadas, passam a conhecer a situação, as experiências de vida e o sofrimento dos estigmatizados e se envolvem numa militância em prol da redução desta desigualdade, se tornando de certa forma um representante da categoria. Sinaliza ainda a existência de representantes dentro do próprio grupo de estigmatizados; pessoas que, devido a suas habilidades de liderança, discursivas e dentre outras, se engajam num movimento de também buscar minorar as desigualdades entre normais e estigmatizados.

Por fim, retomando Wacquant (2006, p.35), “só um grande trabalho especificamente político de agregação e de re-presentação (no triplo sentido cognitivo, iconográfico e dramático) pode aspirar a elevar este conglomerado ao patamar da existência e, logo, da acção colectivas”. Um panorama de mudança possível é dado na medida em que o Estado (principalmente) busca compreender a natureza das preocupações e necessidades destes bairros relegados, ou seja, compreender a singularidade dos problemas existentes, tal como um diagnóstico da situação e, a partir daí, conceber e implementar políticas públicas para enfrentar a marginalidade avançada, o aumento da pobreza e a estigmatização de territórios.

1.4 Território, espaço e poder e as desigualdades como substrato para a estigmatização

Antes de apresentar o território específico desta pesquisa, é necessário estabelecer algumas considerações acerca das desigualdades socioespaciais e sua relação com a estigmatização territorial, e mais ainda discutir primeiramente o próprio conceito de espaço/território e sua relação com o poder.

Nos desdobramentos teóricos de Erving Goffman acerca do conceito de espaço, embora este não tenha desenvolvido propriamente uma teoria do espaço, ele apresenta uma distinção a ser considerada: o espaço físico e o espaço interacional. O espaço físico é aquele definido pelas marcações geográficas, “o ambiente físico em que a vida social se dá” (FRESHSE, 2008). É aquele estritamente descritivo, embora possa também se tornar dado interpretativo.

O espaço interacional, por outra via é o da conversa, da interação, mas também o da “estrutura normativa das interações face a face não estritamente conversacionais – o que ele [Goffman] chamou de ‘ordem’ ou ‘vida pública’ e, em seu último (e póstumo) texto a respeito, de ‘ordem da interação’” (FRESHSE, 2008, p.156). Se este é o espaço da vida pública, logicamente, o

espaço físico lhe dá suporte e lhe permite se configurar, se produzir e acontecer. Em Goffman, vemos que o espaço físico permite o desenvolvimento e os desdobramentos da vida social, das interações, face a face ou não; espaço abstrato e espaço físico, ambos marcados pelo social.

O estudo do território, especificamente com relação ao estudo das pessoas estigmatizadas, tem três vertentes: o foco de estudos no tipo de vida coletiva de categorias específicas, verificadas no meio urbano nas instituições e núcleos de serviço “que fornecem base territorial para prostitutas, viciados, homossexuais, alcoólatras e outros grupos desacreditados, sendo esses estabelecimentos, algumas vezes, compartilhados por várias classes” (GOFFMAN, 1988, p.32). Outro aspecto territorial verificado em Goffman (1988) é a formação de “comunidades ecologicamente consolidadas” de parcelas populacionais estigmatizadas e que geralmente tendem a encontrar agentes e agências que os apresentem e representem na luta contra o estigma. Um terceiro aspecto é o do próprio bairro enquanto unidade territorial que fornece uma base protetiva contra o estigma, principalmente quando se verifica redes de solidariedade forte em seu interior, vindo a estigmatização a ser problemática apenas no momento da saída do seu local de residência.

Por outro lado, conforme assinalado nas ideias de Wacquant (2006), claramente há uma distinção entre espaço e lugar, estes tomados como centrais para a leitura da estigmatização. Espaço são arenas instáveis, vazias, meramente delimitadas pelo aspecto geográfico e palco de competições, de separações sociais ao passo que o lugar é arena fixa, de inter-relações, de solidariedade mútua.

Esta definição de lugar em Wacquant (2006) é bem semelhante à de território, conforme apresentada por Nogueira (2009), para a qual o território é o ambiente favorável para a apropriação e para a expressão da subjetividade dos indivíduos que o compõem. Território é lugar existencial, de encontro com o outro e produção e consumo de subjetividades. Com esta noção, fala-se de alcances e limites, provocação de mudanças, práticas sociais de empoderamento, de controle social, “é falar de delimitação, recorte, arranjo, fronteira, de um dentro e de um fora; seja entendido em um sentido espacial ou geográfico, seja em um sentido existencial” (NOGUEIRA, 2009, p.206/207). O território é na verdade um “se sentir em casa”, com a construção de trajetos e traçados singulares, donde se conclui que a noção de

território é mais ampla que a de espaço, principalmente no sentido wacquaniano, o da arena vazia e dessubjetividade.

Contudo, o conceito de espaço é enriquecido quando pensado pelas Ciências Sociais e contando inclusive com esta adjetivação. Ao acrescentar o adjetivo social, o espaço ganha novo caráter e passa a ser além de geográfico, também sociológico, como se perceberá a seguir. É neste sentido que temos a discussão proposta por Castells (1983, p.181/182), ao afirmar que:

O espaço é um produto material em relação com os outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica (grifo do autor).

Depreende-se que o espaço não é mera divisão geográfica na medida mesmo em que está em relação com os demais materiais que o compõem e com ele se relacionam. Ele se apresenta estruturado, mas não ao acaso; são os processos sociais que a ele se ligam que juntos darão a configuração desta organização social. E, para o autor, estudar o espaço é estudar as combinações e transformações dos diversos elementos e práticas sociais que o configuraram: o espaço enquanto expressão da estrutura social envolve o sistema político-institucional, econômico e ideológico⁶.

Esta visão de espaço produzido se aproxima da visão de Corrêa (1995, p.11), quando afirma que “o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. Tais agentes são (i) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (ii)

⁶ Para Castells (1983) cada um dos sistemas se constitui de elementos fundamentais e interdependentes. O *sistema econômico* é constituído mediante as relações entre força de trabalho, meios de produção e o não-trabalho. Estes elementos se organizam concreta e espacialmente por intermédio da produção, do consumo, da troca e da gestão. O *sistema político-institucional* se organiza em torno da relação de dominação-regulação e da relação de integração-repressão, vistos através da divisão do espaço e da organização econômica do espaço. Por fim, “o *sistema ideológico* organiza o espaço marcando-o com uma rede de signos, cujos significantes são constituídos de formas espaciais e os significados, de conteúdos ideológicos, cuja eficácia deve ser reconstruída por seus efeitos sobre a estrutura social no seu conjunto” (p.195; grifo meu).

os proprietários fundiários; (iii) os promotores imobiliários e (iv) O Estado e os grupos sociais excluídos.

As diversas classes sociais se dividem e organizam no espaço, configurando-lhe e dando-lhe forma. Estes agrupamentos não são naturais e, na verdade, sofrem influências de diversas fontes e atores, sendo que a formação de um bairro, por exemplo, resulta cumulativamente de escolhas familiares, proximidade cultural, fatores de renda e classe social. Surgem em consequência das condições que cada grupo tem de pagar pela residência em determinada área da cidade e, como se sabe, a propriedade da terra é mediada pelo mercado imobiliário, que opera em uma lógica capitalista mercadológica. Esta visão da terra enquanto mercadoria de troca, objeto do capitalismo, não é algo exclusivamente contemporâneo, haja vista desde o surgimento de tal sistema a terra ter sido tomada como uma mercadoria fictícia envolta na lógica do sistema, como assinala Polanyi (2000). Na configuração atual, a terra é foco do marketing do lobby imobiliário, o que causa impactos na paisagem urbana e na apropriação do espaço.

Assim, com base nas reflexões acima, depreende-se três situações iniciais: (i) o espaço é um produto social, no qual há participação de diversos atores e sistemas para configurá-lo, sendo o mesmo a expressão de uma sociedade; (ii) há forte influência do aspecto simbólico na configuração do espaço, tanto através das palavras que marcam os lugares, quanto nos próprios lugares tomados como signos para a construção de significados acerca deles e (iii) sendo a expressão da sociedade e das classes sociais que o configuram, o espaço também está sujeito às desigualdades que marcam a paisagem urbana. Neste sentido, faz-se necessário aclarar, ao menos, brevemente, as discussões acerca da presença nas desigualdades sociais no espaço urbano, para posteriormente relacioná-las a estigmatização territorial.

Solera (2005) propõe que um dos principais e mais ricos debates nas ciências sociais contemporâneas é acerca das desigualdades, e identifica sete⁷ grandes correntes de discussão, dentre os quais selecionaremos dois: gênese *versus* mimese e diferenças *versus* desigualdades, escolhidos por permitirem uma aproximação com a discussão teórica acerca de estigmas.

⁷ Os sete grandes debates propostos por Solera (2005) são: 1) gênese e mimese, 2) diferenças e desigualdades, 3) oportunidades e resultados, 4) rendas e capacidades, 5) equidade e liberdade, 6) produtividade e sustentabilidade, e 7) produção e distribuição.

Todos os debates partiram da questão central: “o que é uma sociedade justa?”, questão que ainda permanece em aberto.

O primeiro debate se funda na origem das desigualdades: as mesmas são naturais ou criadas socialmente? Solera (2005) embasando-se em diversos filósofos, desde Rousseau, Hobbes e Locke até Tocqueville, Durkheim e Rawls, dentre outros, mostra que o debate encontrou diversos posicionamentos: há aqueles que não veem desigualdades na sociedade, outros partem da ideia da desigualdade socialmente construída e há ainda os que apesar de perceber desigualdades, aceitam e justificam parte delas. Fato é que, a tentação de naturalizar os fenômenos sociais está presente nas instituições sociais, uma vez que “se um fato social é elevado à categoria de ‘natural’, é parte de uma ordem previamente estabelecida, não criada pelo homem e não sujeita, então, a nenhuma transformação” (SOLERA, 2005, p.211). Se se naturaliza não precisa questionar, explicar e transformar.

O segundo debate se embasa na ideia de que “a desigualdade social é um dos fenômenos sociológicos mais universais. Em todas as sociedades humanas conhecidas existiram diferenças entre as pessoas” (SOLERA, 2005, p.218). As diferenças entre as pessoas partem de particularidades fisiológicas e psicológicas, sendo o processo de diferenciação algo inevitável. Por outro lado, há também uma divisão social do trabalho que se pauta nestas características pessoais, fornecendo papéis e funções diferentes às pessoas, com base, por exemplo, no sexo/gênero. “A desigualdade social se apresenta quando, de forma sistemática, as distintas funções recebem distintas recompensas, e implicam na localização dos que as desempenham em diferentes posições numa hierarquia social” (SOLERA, 2005, p.218). Destarte, com base na diferenciação surge o processo de valoração diferencial das diferenças individuais; a desigualdade, que não é natural, passa a ser tomada como se o fosse, com base nos contextos culturais, nas hierarquias, nos preconceitos e ideias estabelecidos.

O debate é ampliado por Castel (2006) ao inserir a problemática das classes, desigualdades e exclusão sociais na discussão. As mesmas não fazem parte de um conjunto homogêneo, mas podem ser inseridas numa mesma discussão em que toma como referência a presença dos conflitos sociais ainda hoje, na medida em que se mantêm as desigualdades entre grupos sociais. Concomitantemente, há o discurso de uma trajetória ascendente, de redução das

desigualdades⁸, do progresso social sendo que, na verdade, o que se observa é “uma gestão regulada das desigualdades” (p.67) mediante a atuação do Estado junto a determinadas classes sociais, por intermédio das políticas compensatórias.

Neste contexto aparecem ainda os discursos sobre a exclusão, discursos que trazem ambiguidades e perigos se interpretados unilateralmente, e que se pautam numa concepção negativa: o lugar do excluído é o lugar da falta, o da ausência de inscrição nas trocas e laços sociais. A exclusão aparecendo então na ponta final da dinâmica que já começou muito dantes nesta dinâmica social da separação de classes e desigualdades. Falar de exclusão sem considerar estes processos subjacentes é reificar a dessocialização e a desqualificação destas pessoas e coletividades. Entretanto, a outra face do debate também é mostrada por Castel (2008, p.72), se por um lado parece que ao falar de exclusão tomam-se os indivíduos apartados do social, com perda da sua pertença ao coletivo, por outro, “ninguém, contudo, está separado do social, não existe algo fora do social”. Tais situações servem para mostrar a complexidade das discussões em torno da desigualdade social socioespacial, uma vez que, novamente se faz necessário, se aproximar e distanciar dos conceitos concorrentes, tais como a questão da inclusão *versus* exclusão social.

O debate proposto pelos autores acima mostra que, apesar dos debates atuais concentrarem na exclusão social, os mesmos se mostram viciados, perigosos e ambíguos se não considerarem que o que subjaz tal dinâmica é a discussão de classes e desigualdades sociais, ainda bem presentes nas sociedades atuais. Assim é que, as desigualdades são base para pensar também o processo de estigmatização territorial. Se a temática de classes fica subtendida em Goffman (1988) e em alguns de seus posteriores leitores, ao passo que as desigualdades são explicitadas, em Wacquant (2005, 2006, 2008) classes e desigualdades são centrais. O que vem configurar a estigmatização territorial é a relegação de certas áreas do panorama urbano, ao ostracismo, ao esquecimento e à exclusão, inclusive. Balsa (2006, p.1) apresenta que

⁸ Conforme Solera (2005, p.231) apesar da ideia ingênua de que as políticas públicas podem resolver o problema das desigualdades sociais, “o certo é que, na América Latina, a desigualdade não só não diminui como aumenta, e a quantidade de famílias pobres é cada dia maior”. Acirrando o debate, Maia (2007) apresenta uma pesquisa realizada com base nos efeitos do Bolsa Família, na qual verifica-se melhorias nas condições de vida da população mais pobre, e inclusive com a redução da desigualdade mediante o aumento da renda da população mais pobre e perda de renda pela população mais rica.

o espaço em determinadas condições, pode apresentar-se como um quadro estruturante de itinerários, posições ou representações sociais. Enquanto recurso colectivo, o espaço presta-se a modos de apropriação diversificados a partir dos quais se organizam, simultaneamente, as estratégias das famílias e os modos de intervenção dos dispositivos de intervenção estatal.

Para o autor, o espaço e o social não se apresentam desarticulados, dependem das relações, dos comportamentos, havendo entre eles uma série de compatibilidades e constrangimentos, sendo que, no caso dos locais estigmatizados, estes podem vir a se tornar também espaços de exclusão, no sentido de que acumulam várias dimensões da pobreza: nestes espaços “se concentram populações que não encontram lugar noutra sítio e nunca no sentido em que essas populações estariam excluídas da esfera da participação social” (BALSA, 2006, p.5)⁹.

Embasando-nos nestes autores aqui trabalhados, é possível observar que, no estudo de espaços urbanos territorialmente estigmatizados, converge uma diversidade teórica que vai desde a retomada do conceito de classes sociais até as proposições atuais de exclusão social, permeadas pelo debate acerca das desigualdades. Compreender a estigmatização territorial requer níveis de abstração que envolvam reflexões conceituais amplas e assim sendo, cabe pensar agora na relação existente com o desenvolvimento.

1.5 (Des)envolvimento socioespacial e estigmas

O conceito de desenvolvimento surge no século XX na Europa, num contexto de emergência do capitalismo, sendo apontado como transformação e mudança social. Tal conceito só ganha corpo e sentido tendo o capitalismo como seu pano de fundo e palco para conceituações, na medida em que é apenas nas sociedades capitalistas com sua lógica de mercado e lucro que o mesmo veio sendo questionado, refletido e praticado (POLANYI, 2000).

De acordo com Polanyi (2000) pode-se falar em desenvolvimento quando há um processo de mudança em curso, cujo foco é a melhoria das condições de vida da comunidade, quando há

⁹ Oliveira (1997), no seu trabalho referente à exclusão social, questiona a existência da mesma, uma vez que, mesmo diante de precárias condições sociais verificadas em grande parcela populacional brasileira, os indivíduos ainda se engajam na participação social e, sobretudo, na participação no mercado de consumo capitalista. Dizendo de outra forma, é constatado que, na lógica de mercado proposta com os desdobramentos do capitalismo, todos são envolvidos em tal funcionamento, no consumo, na obtenção de renda, até mesmo para sua subsistência, vindo esta de trabalho formal, informal ou da ilegalidade. Existem precárias condições sociais, pobreza, desigualdade, mas questiona-se a existência de uma categoria de excluídos tomada idealmente e acriticamente na qual as pessoas são também têm cerceadas as diversas formas de participação.

um foco claro e específico no “bem da comunidade”. No entanto, apesar desta definição, as práticas de desenvolvimento não ocorreram como era desejado, pois a constituição de um “moinho satânico” tudo envolveu na ótica do lucro. Trabalho, terra e dinheiro se tornaram bens fictícios e objeto da racionalidade econômica, diante da qual maior relevância é dada ao lucro em detrimento do bem coletivo. O conceito, tal como pensado pelo autor, considera a presença de motivos não econômicos, tais como a liberdade dos indivíduos e a construção de alternativas e saídas por eles nas sociedades complexas.

Todavia, uma das adjetivações do conceito é justamente *econômico*: desenvolvimento econômico. O itinerário da construção das adjetivações acrescentadas ao termo desenvolvimento é apresentado por Rodrigues (2009) onde as contribuições ao conceito partiram inicialmente da Economia, sob o prisma do crescimento econômico, e posteriormente foram apropriadas por outras áreas disciplinares tais como as Ciências Sociais.

Os adjetivos então proliferaram desde a década de 1960: participativo, ecodesenvolvimento, sustentável e, a partir da década de 1990, crescem ainda mais: humano, integrado, territorial, local, social, dentre outros, surgindo inclusive algumas teorias se desfazendo da ideia de desenvolvimento (RODRIGUES, 2009). Aqui interessa pensar a articulação entre desenvolvimento e estigma, tomando uma adjetivação específica: o desenvolvimento socioespacial. Este conceito é definido por Souza (2011, p.61) da seguinte maneira:

Pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento socioespacial quando se constata uma *melhoria da qualidade de vida* e um *aumento de justiça social*. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade (grifos do próprio autor).

Diz-se socioespacial, pois isso implica em considerar tanto o social quanto o espaço como variáveis relevantes para pensar o desenvolvimento, o que tem sido negligenciado no ambiente teórico. Quanto à qualidade de vida, Souza (2011) chama a atenção para o fato de que a mesma ocorre somente quando há uma correspondente satisfação das necessidades básicas, não-básicas, materiais e imateriais, de parcelas populacionais cada vez maiores. Assim, quanto mais acesso e satisfações entre os membros da população, maior qualidade de vida.

Já o segundo aspecto para o desenvolvimento socioespacial, o aumento da justiça social, apesar das visões às vezes até divergentes sobre o mesmo, tem como “ponto de partida o aforismo aristotélico segundo o qual ser justo é ‘tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente’” (SOUZA, 2011, p.62). Este princípio não é o mesmo que igualdade de oportunidades, mas aponta, sobretudo para a equidade, para a distribuição de bens e serviços de acordo com as necessidades de cada grupo específico, para o aumento das liberdades e da autonomia, bem como o respeito à diversidade e à igualdade, que como é sabido, em certas ocasiões tem-se que fazer valer a diferença e em outros se tem que lutar pela igualdade. Estes dois princípios embora de fácil compreensão e justificativa, encontram impasses no momento de sua implementação, o que requer uma análise cuidadosa das políticas públicas, dos planejadores urbanos e também da sociedade civil. Contudo, não se pode dizer que um destes princípios é mais importante ou necessário que o outro: ambos estão em uma relação de complementaridade e são imprescindíveis para o desenvolvimento socioespacial.

Tendo então o desenvolvimento socioespacial se caracterizado pelo aumento da qualidade de vida e da justiça social, por intermédio das mudanças sociais positivas, questiona-se: Qual sua relação com os estigmas? Ou como os estigmas podem interferir no desenvolvimento socioespacial?

Retomando o conceito de estigma amplamente discutido em Goffman (1988), apesar deste autor não desenvolver uma teoria do espaço com base no mesmo, ele apresenta a importância que o espaço tem para a efetivação do estigma. Assim, categorias de pessoas estigmatizadas podem se aglomerar em regiões específicas, ou ao contrário, o bairro e as relações de parentesco e vizinhança podem se constituir em fatores protetivos contra o estigma, como anteparos para que as crianças possam se desenvolver até estarem em condições de enfrentarem a estigmatização que lhes serão imputadas.

Da leitura goffmaniana fica explícito que o estigma é uma depreciação ou deterioração da identidade social, que pode ocorrer em contextos específicos (como é o caso das escolas, apresentado por MELO, 2000) ou não, mas construído nos envolvimentos, nas relações interpessoais, nas interações face a face, tendo a linguagem como substrato. Assim sendo, o estigma contribui na verdade para que haja um des-envolvimento, na medida em que dificulta as relações interpessoais. Ao olhar apenas o atributo negativo do indivíduo, que é o estigma,

deixam-se de lado as demais características que favoreceriam sua inserção social. Este indivíduo, desprovido da aceitação e reconhecimento enquanto pessoa, enquanto cidadão mantém-se à parte da sociedade, marginalizado.

Em Elias e Scotson (2000) e em Wacquant (2006), já tratando propriamente do estigma territorial, vemos que o mesmo causa uma degradação tanto do espaço quanto dos moradores do mesmo. As formas de se representar e de ser representado passaram primeiramente pelo viés do estigma, gerando impactos nas subjetividades, nas relações entre os vizinhos, e o aparato simbólico pode tornar-se cada vez mais empobrecido. As desigualdades existentes tendem a se intensificar e as relações cada vez mais se fragmentam, precarizando ainda mais as vivências dos moradores, na medida mesmo em que os estabelecidos buscam veementemente manter-se neste lugar atacando a imagem do outro. Um exemplo é verificado mediante os nomes atribuídos aos bairros que trazem a marca do estigma, da formação dos guetos, da não pertença social do lugar e das pessoas neles habitantes.

Logicamente, se percebe daí a consequência: o estigma é um impasse para a efetivação do desenvolvimento socioespacial! Mais ainda, é o reverso do próprio desenvolvimento, uma vez que estigmatizar é o mesmo que estagnar, impedir participação, dificultar a interação com a sociedade ampla, enfim, é manter fixa a estrutura de desigualdades existente, tanto as desigualdades sociais quanto as espaciais e as simbólicas. Impedir que indivíduos e coletividades agrupadas em determinados bairros possam participar integralmente da vida social é uma forma de negar-lhes condições de adquirirem qualidade de vida; é tomar a desigualdade existente e elevar-lhe a um novo patamar no qual a justiça social torna-se quase que impraticável, podendo inclusive, conduzir à exclusão social. Destarte, desenvolvimento socioespacial implica em envolvimento, em incrementos na qualidade de vida e maior justiça social, ao passo que estigma é negação de direitos, negação do reconhecimento social de indivíduos como pessoas integrais, como cidadãos, podendo o mesmo ser aplicado às coletividades e bairros, quando os mesmos são relegados ao esquecimento e à depreciação. Buscar compreender as relações entre estigma e desenvolvimento socioespacial é fazer o exercício de escolher, apresentar e esclarecer conceitos que aparentemente não estão ligados, mas que na verdade carregam uma relação muito próxima. Se o estigma durante certo tempo pôde ser entendido como uma marca da predileção divina, sinal da graça de Deus e escolha,

na época moderna o sentido retorna ao seu significado original, o da depreciação, sinal de poluição, de impureza, de desonra.

Tomando então o estigma como sinal da depreciação e da deterioração da identidade social, o conceito foi aplicado para o estudo das questões da territorialidade, do espaço urbano. Em época de crescente pobreza, ou do avanço da marginalidade, o estigma territorial se constitui em outra forma a mais de marcar a precariedade social de certos lugares da cidade. Assim, ao inter-relacionar com o conceito de desenvolvimento socioespacial, foi possível perceber que o estigma é um empecilho para a efetivação da qualidade de vida e da justiça social.

A questão que se apresenta, finalizando esta discussão, é que a implementação de ações em prol do desenvolvimento, que não é tarefa fácil, deve permanecer na pauta de discussões, desde que se considere que há uma gama de desigualdades a serem combatidas bem como suas consequências. Pensar então no estigma como um impasse para o desenvolvimento é acrescentar outro olhar para enriquecer a conversa e mostrar que a adoção de estratégias voltadas para minimizar a estigmatização territorial tem uma dupla função, na medida em que também favorecerá o aumento da transformação social positiva, ou seja, favorecerá o desenvolvimento.

2 – TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E APLICAÇÃO AO ESPAÇO URBANO

“O espaço constitui, desde o início da reflexão ocidental, a jaula do homem, a grade através da qual ele elabora a reflexão sobre sua realidade”
(CAMPA, 1985, p.182)

Neste capítulo apresentar-se-ão as considerações de diversos teóricos sobre as representações e, particularmente, sobre as representações sociais, e em seguida investigaremos as aplicações desta teoria ao estudo do espaço urbano. O objetivo é estabelecer o trajeto que vai das representações individuais às representações sociais, bem como as relações entre indivíduo e sociedade. Na Psicologia, principalmente em Freud e Piaget, encontramos referências que mostram esta interação refletindo, sobretudo, a participação subjetiva, individual, ao passo que nos clássicos da Sociologia (Durkheim, Marx, Simmel e Weber) encontramos a referência direta ao social. Assim sendo, para alcançar o que se propõe e estabelecer este percurso, o capítulo será subdividido em quatro partes, como se segue:

2.1 *Linguagem, comunicação e representações*

Da mesma forma como foi assinalado no capítulo anterior acerca da relevância do simbólico para a configuração do estigma, neste capítulo também se verificará que o mesmo ocorre na produção das representações sociais, sendo que estas por sua vez também têm uma contribuição na percepção das desigualdades e do processo de estigmatização.

De acordo com Lane (2004, p.32) “o homem ao falar transforma o outro e, por sua vez, é transformado pelas consequências de sua fala”. Isto é, através da linguagem os homens entram na dimensão de sua realidade circundante e vão se apropriando dela ao mesmo tempo em que também a modificam. Tal fato permite assinalar o lugar do ser humano na história, na sociedade e na cultura: “considerando-se o ser humano como manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtor de história” (p.32).

A linguagem surgiu da necessidade do homem em transformar a natureza e para isso precisando da ajuda, da cooperação de seus iguais. Tal trabalho, logicamente, precisou de uma

divisão do mesmo, juntamente com um planejamento e assim, tem-se o desenvolvimento da linguagem e a ampliação das dimensões de espaço e de tempo (LANE, 2004). Por intermédio das frases, dos significados partilhados, das articulações e valores (falso/verdadeiro), a linguagem, sendo um produto da coletividade, vem influenciar as práticas, as visões de mundo e a sobrevivência dos diversos grupos sociais.

Esta inserção no mundo da linguagem principia na aprendizagem da língua materna e a partir daí insere a criança na história da sociedade da qual faz parte. A gênese social das representações da criança passa por esta aquisição de linguagem, uma vez que esta é fundamental para a formação de uma visão de si, da visão do outro e da totalidade. A linguagem é construção histórica de uma coletividade e,

Seja Skinner, Piaget, Vygotski, Malrieu ou Leontiev, todos são concordes em afirmar que a função primária da linguagem é a comunicação e o intercambio social, através da qual a criança representa o mundo que a cerca e que influenciará seu pensamento e suas ações no seu processo de desenvolvimento e de hominização (LANE, 2004, p.33).

Por meio da aquisição da língua materna ocorrem dois processos concomitantes e necessariamente interligados: ao mesmo tempo em que a criança se apropria de uma gama de significados das palavras que são socialmente construídos e que fazem parte da coletividade em seu percurso histórico, elas também se apropriam pessoalmente da mesma, “individualizando” ou “subjativando” a linguagem e atribuindo-lhe um sentido pessoal, com o qual passa a interpretar a realidade. Destarte, “a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo” (LANE, 2004, p.34).

Outro aspecto da linguagem é o de que ela também é um instrumento de poder, uma arma de poder, que se por um lado permite a negociação, o consenso, por outro, também permite a dominação do indivíduo; uma palavra que toma um sentido único, imposta aos demais, mediante a hipnose ou o comando militar, por exemplo. Daí deriva outra função da linguagem

Que é a mediação ideológica inerente nos significados das palavras, produzidas por uma classe dominante que detém o poder de pensar e ‘conhecer’ a realidade, explicando-a através de ‘verdades’ inquestionáveis e atribuindo valores absolutos de tal forma que as contradições geradas pela dominação e vividas no cotidiano dos homens são camufladas e escamoteadas por explicações tidas como verdades ‘universais’ ou

‘naturais’, ou, simplesmente, como ‘imperativos categóricos’ em termos de ‘é assim que deve ser’ (LANE, 2004, p.34).

Verifica-se claramente a articulação da linguagem com o estigma: conforme visto nas definições apresentadas no capítulo anterior, o estigma é um símbolo, uma marca depreciativa que se impõe a determinadas categorias, classes ou grupos sociais, privando-os de uma participação social integral e aceitação plena (GOFFMAN, 1988; ELIAS; SCOTSCON, 2000; WACQUANT, 2005, 2006, 2008).

O estabelecimento do estigma se faz com base numa linguagem de atributos, de relações, nas quais o poder é que determinará quais serão os grupos normais e estigmatizados, os estabelecidos e outsiders: poder, linguagem e estigma, em intrínseca relação. Inclusive, Sêga (2000, p.132) afirma que “os preconceitos são dificilmente dissipados, os estereótipos não são enfraquecidos, pois, para Moscovici, não existe nada na representação que não esteja na realidade, exceto a representação em si”, ou seja, as imagens e construções acerca da realidade constituem as representações sociais e, disso podemos derivar, logicamente, que o estigma é uma construção social, na qual se divide a sociedade em grupos por vezes antagônicos, com imposição de determinados aspectos por um grupo ao outro, mediante recursos de poder que lhe são pertinentes.

Esta imposição está em consonância com o conceito de violência simbólica, dado por Bourdieu (1989, p.11), no qual uma classe dominante, por meio da ideologia impõe sua “definição de mundo social mais conforme aos seus interesses, e impõem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”. Esta imposição feita mediante dominação (que pode inclusive ser legítima) consiste em que a classe dominante nos conflitos simbólicos cotidianos define seu modo de vida como o autêntico, o ideal, o hierarquicamente melhor.

Para Vasconcellos (2002, p.80) “através do uso da noção de violência simbólica ele [Bourdieu] tenta desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como ‘natural’ as representações ou as ideias sociais dominantes”, sendo um mecanismo desenvolvido pelos agentes e instituições que se apoiam no exercício da autoridade, como por exemplo, a escola. A dominação se faz via inculcação de ideologias na classe dominada, ao passo que a classe dominante cada vez mais aumenta seu capital simbólico (e também econômico)

Retomando a linguagem, esta tem a função de reproduzir as visões de mundo de determinados grupos sociais, bem como suas ideologias. Estes fatores são os que mantêm a coesão do grupo e a ordem vigente e são transmitidos primeiramente pela autoridade dos pais, na qual se transmitem os valores e emoções esperados pelo seu grupo. Se o indivíduo não se adapta à ordem estabelecida, será considerado ‘marginal’ ou ‘anormal’, e aqui novamente se verifica o estigma. Este se produz pela dissonância entre as ideologias de um grupo dominante (os normais ou estabelecidos) e outro grupo social (os estigmatizados, outsiders), não valorizado, não acolhido pelo primeiro.

A construção das representações e das representações sociais, desde a infância, perpassa pelas questões acima apresentadas: pela linguagem, pelo poder, pelas práticas e relações sociais. Há uma constante troca entre as situações e significados cujo valor é de sobrevivência de grupos sociais. É uma relação dialética tendo em vista que “a representação social se estrutura tanto pelos objetivos da ação do sujeito social como pelos dados que concordam ou que se opõem a eles” (LANE, 2004, p.35). Ao se apropriar da linguagem, os indivíduos além de subjetivarem-na vão paulatinamente testando as representações que se lhe apresentam, pondo-as à prova, e valorando-as (vantagens, desvantagens) para, a partir daí, se posicionarem.

Este processo, que é o próprio processo da comunicação acontecendo, é que permite uma estruturação do mundo. São os significantes que ordenarão as coisas que rodeiam os indivíduos e que também o definirão. Malrieu (1978, p.97, citado por LANE, 2004, p.36) afirma que

Na medida em que toda representação implica uma comparação, ela propicia uma ‘objetivação que é uma das bases do controle que se pode exercer sobre as ações e emoções. A construção de um motivo organizador das próprias ações irá permitir tanto a compreensão destas ações por meio das informações dos demais como o acesso às confrontações das possibilidades que estão na base das operações.

A relação entre linguagem – real – representações depende da mediação que é feita dentro de cada grupo social, donde se tem que, compreender representações sociais, é tarefa que se exerce em um contexto social amplo; é conhecer não apenas o discurso, mas conhecer o próprio sujeito, a realidade que o cerca e as relações que estabelece bem como qual é o lugar que ele ocupa em referência aos outros.

De acordo com Jodelet (1989, p.1) as representações sociais “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais”, reiterando novamente o caráter linguístico e comunicacional das representações sociais. As palavras são portadoras de representações e se articulam em cadeias, cujo poder evocativo, favorecerá a divulgação das representações. Inclusive, em situações onde há falta de informação e incerteza da ciência, as representações tendem a emergir como discursos “que circulam de boca em boca ou rebate de um suporte mediático a outro” (JODELET, 1989, p.3). Em sua articulação com a linguagem, as representações sociais também servem para organizar e nomear os diferentes aspectos da realidade. Mais ainda,

As instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais intervêm em sua elaboração, abrindo a via dos processos de influência, às vezes de manipulação social — e veremos que se trata aí de fatores determinantes na construção representativa. Essas representações formam um sistema e dão lugar a “teorias” espontâneas, versões da realidade que encarnam as imagens ou condensam as palavras, ambas carregadas de significações — e veremos que se trata de estados que o estudo científico das representações sociais apreende. Enfim, através dessas diversas significações, as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica. Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas — e veremos que se trata das funções e da dinâmica social das representações.

Assim, mais do que a construção de imagens, as representações sociais se fundam na linguagem e através desta permite a comunicação entre os diversos grupos sociais, instituições e instâncias.

2.2 *Contribuições das Ciências Sociais, da Psicologia e da Psicanálise para a teoria das representações sociais*

Este item buscará apresentar, ainda que de forma sucinta, as principais contribuições das Ciências Sociais, da Psicologia e da Psicanálise para a formulação da Teoria das Representações Sociais, tarefa empreendida por Serge Moscovici, com a publicação de seu livro “*Le psychanalyse, son image et son public*”, em 1961.

Via de regra, a sociologia clássica esteve voltada para a compreensão da realidade com base em fenômenos macrossociais, vindo os aspectos individuais se tornarem meros detalhes diante de um social mais amplo, mais relevante e mais objetivável enquanto foco de estudo. Por outro lado, a Psicologia e a Psicanálise buscaram estabelecer o percurso da formação das representações individuais. Embora o foco destas disciplinas esteja historicamente voltado para as situações terapêuticas e clínicas, sempre houve um esforço de ampliação e de buscar a compreensão de fenômenos de esferas mais amplas. Assim é que a formação das representações individuais passa necessariamente pela interação com o social, vindo este a ser fonte *sine qua non*, para a formação do indivíduo. Como se perceberá, ambos os aspectos foram importantes para o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais.

Moscovici (1995) apresenta que, assim como a maior parte dos psicólogos, também ele sente repulsa pela dicotomia estabelecida nas ciências de modo geral entre o mundo individual e o mundo social, cabendo ao primeiro as percepções, comportamentos e experiências individuais e ao segundo tudo o que diz respeito aos grupos, relações, interações, estruturas, trocas, poder, etc. Para ele, esta divisão na verdade tem um propósito reducionista, apesar do fato conhecido de que todas as culturas vivenciam uma tensão entre os processos de individuação e socialização, ainda que ambos coexistam dinamicamente, de uma forma tal que “não existe sujeito sem sistema e nem sistema sem sujeito” (p.12).

Segundo Minayo (1995) as representações sociais foram estudadas pela primeira vez por Durkheim, em seu texto “As regras do método sociológico”, no qual ele trata em uma das partes acerca das representações coletivas. Estas eram definidas por ele da seguinte maneira

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza (...). Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição (DURKHEIM, 1978, p.79 *apud* MINAYO, 1995, p.90).

As representações coletivas foram, durante muito tempo, um fenômeno marcante nas Ciências Sociais na França, até caírem em desuso, num quase desaparecimento que durou em torno de meio século (MOSCOVICI, 1989). O que fez com que a mesma mantivesse ainda sua sustentação foram os estudos de historiadores que, em suas pesquisas sobre a história das

mentalidades, contribuíram ativamente com um volume de produções. Por volta da década de 1960, Moscovici se dedica a resgatar o conceito durkheimiano e reacender o debate acerca das representações, através do seu estudo das representações sociais da Psicanálise na França (MOSCOVICI, 2012). Para isso, se embasou nas contribuições advindas das Ciências Sociais, da Psicologia e da Psicanálise, reformulou a premissa durkheimiana e revestiu-lhe de novas nuances, passando agora para representações sociais. Também contribuíram os avanços da Psicologia Cognitiva e as suas aplicações e replicações na Sociologia e na Antropologia. Todavia, “entre esses dois momentos – o do nascimento e o do ressurgimento –, o conceito de representação coletiva passou por muitas metamorfoses que lhe conferiram uma outra forma, uma coloração diferente” (MOSCOVICI, 1989, p.46)

Nesse sentido, Moscovici (1989) elenca duas fases de contribuições: primeiramente na própria ciência social e posteriormente na psicologia e psicanálise, e desta junção o autor vislumbrou a possibilidade de tratar problemas destas disciplinas “dentro de um novo espírito, de estudar os comportamentos e as relações sociais sem deformá-las nem simplificá-las e de atingir resultados originais” (p.45). Assim é que a teoria das representações sociais se dedica ao estudo dos problemas da cognição e dos grupos, a difusão dos saberes, as inter-relações entre pensamento e linguagem e a gênese do senso comum.

A primeira fase de estudos sobre as representações sociais se inicia com Simmel que, assim como os demais sociólogos, triangulou a especificidade desta disciplina em torno de uma teoria da sociedade. Simmel reconheceu, no entanto, a separação existente entre o indivíduo em sua relação com os outros e a necessidade do próprio indivíduo em se representar para si mesmo. Ele via as representações sociais ou as ideias, como centro das instituições e dos comportamentos; “uma espécie de operador que permite cristalizar as ações recíprocas entre um conjunto de indivíduos e de formar uma unidade superior, que é a instituição (partido, igreja, etc.), portanto, de passar do nível molecular ao molar” (MOSCOVICI, 1989, p.46).

Na sequência, Weber toma as representações como um quadro referencial e vetor para a ação dos indivíduos, uma espécie de representação para a ação, para a origem e desenvolvimento das atividades dos homens. E, por outro lado, permitiria ainda pensar antecipadamente os comportamentos dos indivíduos, prescrevê-lo e programá-lo. Durkheim, por sua vez, com a noção de representações coletivas, busca explicar uma gama de fenômenos sociais com a

utilização deste conceito. Para ele, as representações coletivas se separam das representações individuais. Estas, fruto das percepções e imagens, peculiares a cada indivíduo, variáveis e tendo a consciência de cada um como substrato. Aquelas, conceituais, impessoais e fora do vir-a-ser, tendo a sociedade em sua totalidade como substrato. Representações coletivas se opõem às representações individuais na medida em que aquelas contam com estabilidade na transmissão e na reprodução e estas contam com maior variabilidade e efemeridade (MOSCOVICI, 1989).

Em Durkheim, de acordo com Moscovici (1989), as representações coletivas refletem uma construção que é própria da sociedade, da comunidade e de uma coletividade. Não são frutos da inteligência singular e sim fruto da inteligência única, da reunião ou agrupamento de todas as outras inteligências, sendo, portanto, mais difíceis de mudar do que as representações individuais. Servem para mostrar como a sociedade pensa sua realidade, seus fenômenos e funciona de modo a manter a homogeneidade do grupo social, na medida em que é vivida da mesma forma por aqueles que partilham a mesma língua. Sua função é a de preservar o vínculo, a coesão do grupo e influenciar seus comportamentos de modo que atuem de modo uniforme.

Definidas como fatos sociais, as representações coletivas contam com características tais como objetividade, coercitividade, caráter coletivo e constância. Elas são lógicas, representam a experiência do real, são autônomas, têm suas próprias regras; contudo, na medida em que criam algo da ordem do ideal, elas se tornam também delirantes.¹⁰ Outro aspecto a ser notado é que Durkheim diferencia fato social (no qual se inscreve as representações coletivas) de fenômenos orgânicos (as representações e ações) e fenômenos psíquicos (só existem na consciência individual e por meio dela) e afirmava que os fenômenos sociais podiam ser explicados pelas representações coletivas e pelas ações dela decorrentes (MOSCOVICI, 1989). Apesar da indicação para estudos diversificados, as premissas durkheimianas foram aplicadas por ele apenas em sociedades primitivas, vindo as modernas se tornarem foco dos estudos de Moscovici, quase meio século depois.

¹⁰ Vale ressaltar que delírio aqui apresenta um sentido diferente daquele verificado em Psicopatologia. Se nesta ciência, o delírio é um juízo patologicamente falso, caracterizado por convicção, extensão a diversas áreas da vida do sujeito, bizarrice, desorganização, pressão, resposta afetiva e comportamento desviante (DALGALARRONDO, 2000), delírio em Durkheim se refere a “todo estado no qual o espírito acrescenta aos dados imediatos a intuição sensível e projeta seus sentimentos e suas impressões nas coisas” (DURKHEIM, 1968, p.325 *apud* MOSCOVICI, 1989, p.48).

Minayo (1995, p.89) define as representações sociais como “um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou no conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Esta autora se dedica a estabelecer comparativamente o percurso das representações sociais dentro da sociologia clássica (Durkheim, Marx e Weber) e apresentar as ideias de outros teóricos que contribuíram à temática, tais como Bourdieu e Bakhtin. As principais ideias apresentadas por ela estão organizadas no quadro a seguir:

Quadro 1: As Representações Sociais na Sociologia Clássica

	Durkheim	Marx	Weber
Conceito-chave	Representações coletivas	Consciência de classe	Visão de mundo
Síntese	- É um fato social, logo está sujeita à coesão e exterioridade, bem como são passíveis de observação e interpretação. É uma forma da sociedade se pensar.	- Partindo da premissa da existência de lutas de classe e antagonismos sociais, Marx explicita um determinismo, de fora para dentro, que se produz para cada uma das classes sociais, determinando uma consciência de classe singular.	- “São juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem” (MINAYO, 1995, p.93).
Desdobramentos	- Compartilhada por uma série de estudiosos, dentre eles Bohannam e Marcel Mauss	- Influencia nos estudos de Gramsci e Lukács. Inclusive, Gramsci presta uma significativa contribuição para a compreensão atual das representações sociais.	- Na mesma linhagem da Sociologia compreensiva de Weber temos os trabalhos de Alfred Schutz, para o qual a visão de mundo passa a ser nomeada como “senso comum” e envolve abstrações, formalizações e generalizações.
Observações	- A ideia de consciência e de representações coletivas para Durkheim tem semelhante valor que a cultura para os antropólogos, cobrindo grande parte das explicações. - Valorização da sociedade na construção das representações. - O social coage o indivíduo.	- A categoria chave em Marx é a consciência. Contudo é uma consciência determinada pela vida (não é a consciência que determina a vida) sendo manifestada através da linguagem. - O social coage o indivíduo.	- Weber também se utiliza dos termos ‘ideias’, ‘espírito’, ‘concepções’, ‘mentalidades’ quase que como sinônimos para dizer da visão de mundo. - O mundo das representações possui certa autonomia. - Valorização do indivíduo na construção das representações. - O social é coagido pelo indivíduo.

Fonte: elaboração própria a partir de Minayo (1995)

Outras contribuições são ainda elencadas por Minayo (1995) tal como a de Bakhtin e Bourdieu. Bakhtin por seus estudos nos quais enfatiza o lugar da palavra para a transmissão das representações de um grupo. Não elabora um conceito para representações sociais e sua contribuição advém da desmistificação da palavra como neutralidade; para ele, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência e palco das contradições do cotidiano. Bourdieu contribui com a formalização do conceito de *habitus*, definido como um mecanismo que torna possível o cumprimento de tarefas, “uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações” (VASCONCELLOS, 2002, p.79) traduzindo “o estilo de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos” (p.79). É um meio de ação que cria as estratégias individuais e coletivas de ação.

Ainda com relação à primeira fase de contribuições para o avanço da teoria das representações sociais, Moscovici (1989) apresenta os estudos de Lévy-Bruhl, que adota uma mudança de perspectiva nos estudos até então dominantes na Inglaterra e Alemanha. Se antropólogos e sociólogos, no estudo das sociedades primitivas, de suas práticas e mitos, atribuíam a estas “um tecido de absurdos e supertições” (p.49) por compararem-nos com o Ocidente e daí logicamente culpabilizar os indivíduos por raciocinar diferentemente de nós e construir esta sociedade “errada” e “mítica”, Lévy-Bruhl apresenta que a forma de raciocínio reflete a própria sociedade na qual o indivíduo se insere. “Ora, se associarmos crenças, mitos e formas simbólicas em geral à própria sociedade, tudo muda. Absurdos e erros não são mais atribuídos à lógica falha dos indivíduos, mas à própria representação coletiva, cuja significação tem de ser compreendida” (p.49). A sociedade passa então a ser o foco em seu conjunto de crenças e ideias e não mais o pensamento e ato atômicos de indivíduos.

Para Lévy-Bruhl o indivíduo sofre a pressão daquelas ideias e pensamentos coletivos, das representações engendradas na sociedade e é com base nelas que exprime suas ideias, seus pensamentos e sentimentos. Obviamente, estas representações mudam de acordo com cada sociedade, que as cria e molda. “Portanto, cada tipo de mentalidade é distinto e corresponde a um tipo de sociedade, às instituições e às práticas que lhe são próprias” (Ibidem, p.49), tendo então o indivíduo como fruto de uma sociedade específica. Neste sentido, a psicologia dos indivíduos não serve para explicar os fatos sociais, os conjuntos de crenças e ideias. Esta observação, nova e profunda, coloca a Antropologia e a Sociologia e o método da comparação num novo patamar: o de serem de sua especificidade o estudo das mentalidades. Mais do que

confrontar indivíduo e coletivo, Lévy-Bruhl busca explicitar as inter-relações entre a sociedade e suas representações.

As sociedades primitivas e as civilizadas, classificadas em polos extremos das diversas sociedades humanas, são caracterizadas por dois modos distintos e opostos de pensamento, que nos possibilitam falar qualitativa e amplamente de uma mentalidade primitiva e de uma mentalidade civilizada. Apesar de tal fato, Lévy-Bruhl não acusa os primitivos de terem pensamentos incoerentes, atrasados, embora reconheça que os mesmos não se encaixem na lógica do pensamento científico. Isto porque os princípios de formação daquelas mentalidades e representações distam daqueles observados em outros povos. É como se os diferentes tipos de sociedade vivessem em mundos diferentes, cimentados cada um coerentemente em estruturas intelectivas e afetivas, numa configuração mental particular a cada uma e que determina as ações e práticas destas coletividades.

“Assim, entramos numa segunda fase do estudo da noção de representação coletiva. Diria que a ênfase se desloca do adjetivo para o substantivo. Resumindo, a dinâmica da representação conta mais que seu caráter coletivo” (MOSCOVICI, 1989, p.52). Esta segunda fase é marcada pelos estudos de Piaget e Freud. Piaget, psicólogo francês, faz com relação às crianças o mesmo que Lévy-Bruhl fez com relação às sociedades primitivas: a criança não é boba, não se encontra abaixo das crianças mais velhas, a diferença está numa forma de pensar que é distinta, não inferior, nem atrasada. Piaget mostra que há formas diferentes de pensar entre a criança e o adulto, sendo que aquelas não são necessariamente menos importantes do que estas. A criança, assim como os primitivos, tem seu pensamento marcado por aspectos tais como animismo, artificialismo, realismo, dentre outros. A clara percepção de uma realidade exterior e um mundo interior, no sentido de diferenciação eu-outro e objeto-significante inexistente na criança pequena. Para ela “o objeto que tem em mente e o objeto exterior são apenas um para ela (o signo se confunde com o significado)” (ibidem, p.54).

Moscovici (1989) assinala um aspecto que dista bastante das proposições de representações coletivas de Durkheim: nos estudos acerca do julgamento moral da criança, Piaget verificou que este vai mudando de acordo com a idade e com as novas representações que a criança vai formando. Isso coloca em xeque (mas de forma alguma invalida) a premissa de Durkheim de que as representações coletivas assim o são pela homogeneidade e coercitividade. Em

oposição à coação há a cooperação, e ambas marcam a complexidade das sociedades. “Numa sociedade mais complexa, tecem-se relações de cooperação que ampliam o espaço no qual a personalidade de cada um pode desenvolver-se” (MOSCOVICI, 1989, p.55), sendo que a coação e a cooperação são apenas alguns dos índices-chave que existem.

Esta dualidade de pensamento (mundo da criança e mundo do adulto) é a mesma assinalada por Lévy-Bruhl (sociedades primitivas e sociedades civilizadas) e permite a Moscovici (1989) estabelecer que as sociedades, em sua multiplicidade, permitem diferentes formas e lógicas de organização, criando cada qual uma mentalidade, valores morais e representações intelectuais diferenciadas. Destarte, define como *mentalidade quente*, aquela mística e participante, com base no quadro criado por Lévy-Bruhl e *mentalidade fria*, ao quadro criado por Piaget, com sensibilidade às contradições, fruto das operações formais e relações de cooperação.

Após seus estudos sobre a gênese da representação na criança, Piaget se dedicou a estudar os aspectos lógicos e biológicos do desenvolvimento infantil e, embora estes não tenham despertado o interesse de Moscovici (1989) para os avanços das representações sociais, os estudos de Piaget mostram justamente as diferenças de pensamento e de apreensão da realidade nas diversas faixas etárias, o que reitera o fato de existirem formas diferentes de se representar e representar o mundo, sem que, contudo, as mesmas sejam consideradas inferiores. O desenvolvimento do indivíduo depende inicialmente “de duas dimensões qualitativamente diferentes em sua origem: processos psicológicos elementares – os reflexos – de ordem biológica, genética e maturacional e psicológicos superiores, de origem sociocultural, os quais são mediados por signos” (COUTINHO; MOREIRA, 2001, p. 142), o que implica que as representações acompanharão os indivíduos ao longo de toda a sua vida.

As contribuições de Freud são elencadas a partir de dois de seus textos: “*Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas*”, de 1893, e “*Sobre as teorias sexuais das crianças*”, de 1908. No primeiro, Freud apresenta que a paralisia observada na histeria se difere da paralisia orgânica na medida em que àquela se pauta no saber popular ao passo que esta é questão puramente anatomo-orgânica. Ou seja, na histeria está em jogo justamente as representações que vão se formando ao longo da vida de um indivíduo. Outra contribuição deste primeiro texto é a formulação do tratamento pela

fala, e a indicação freudiana de tratamentos psíquicos para situações em que crenças e prestígios são relevantes.

Já no segundo texto, o qual Moscovici (1989) se dedica mais e afirma ser de maior contribuição, aparecem reunidos uma série de materiais da pesquisa freudiana acerca das teorias sexuais infantis. Freud apresenta que estas são advindas da cultura circundante à criança na medida em que esta faz uso de elementos e representações da cultura popular para responder às questões de sua vida cotidiana imediata, tais como “de onde vêm os bebês?”. Embora as teorias construídas sejam falsas, elas devem ser tidas como verdadeiras, pois assim o são para a mentalidade do infante que se empenha em suas primeiras buscas, pesquisas e nas experiências de corpo que vivenciam. Tais teorias recolhem elementos presentes na realidade imediata das crianças, tal como pistas para a elucidação de um mistério, não como na relação de objeto piagetiana, mas mediante as teorias sexuais infantis “temos aí uma ilustração dos processos moleculares, ao longo dos quais a troca social provoca a tensão necessária para que um saber se constitua” (MOSCOVICI, 1989, p.57).

Além disso, na obra freudiana sobre tais representações aparecem materiais coletados do senso comum, verificados em provérbios, lendas, mitos e relatos existentes na Europa pré-industrial. Este material presente no imaginário social transmite-se geração após geração, chegando às crianças por intermédio da família, que é a célula onde se produz e reproduz tanto os discursos como os conflitos psíquicos¹¹. Mediante suas teorias sexuais, as crianças se inserem na participação do mundo da cultura que lhe é próprio; tais teorias têm um caráter moral e aos poucos serão substituídas por outras mais verossímeis e desbotadas, vindo estas a serem deslocadas para o inconsciente, o que justifica a amnésia da qual sofrem os adultos acerca de grande parcela de materiais e aspectos de sua realidade infantil. Moscovici (1989, p.58) afirma que

Acima de tudo, este fulgurante estudo de Freud desvela o trabalho de interiorização que transforma o resultado coletivo em dado individual e marca o caráter da pessoa. Em outras palavras, mostra-nos por qual

¹¹ Tal fato é claramente verificável em vários dos textos freudianos; como exemplo, n’*A dissolução do Complexo de Édipo*, de 1924, quando ele trata do referido complexo, no qual a estruturação psíquica da criança passa obrigatoriamente pela família e no texto “*Romances familiares*”, de 1908, no qual ele mostra que a criança também constrói imaginariamente uma família para si, adaptada aos seus desejos e numa tentativa de tamponar as falhas observadas em seus pais.

processo, ignorado até então, as representações passam da vida de todos para a de cada um, do nível consciente ao inconsciente.

Freud mostra assim o caminho que vai do coletivo ao individual e do consciente ao inconsciente e, da mesma forma que Piaget, contribui para a metodologia de pesquisa em representações sociais ao assinalar a possibilidade de coleta de informações em documentos e contextos diversos dos tradicionais. Outras contribuições para o ressurgimento da pesquisa e teoria das representações sociais advêm de obras francesas e da Psicologia Cognitiva. Contudo, as principais estão aí relatadas como assinala Moscovici (1989), e caminhamos para a síntese entre as contribuições observadas após a proposta de Durkheim de estudar as representações coletivas.

2.3 *Síntese moscoviciana e questões metodológicas para pesquisas em representações sociais*

Serge Moscovici foi o grande responsável por desenvolver a teoria das representações sociais na década de 1960 e mostrar que as dicotomias até então verificadas na relação Psicologia – Ciências Sociais eram injustificadas, daí o nome de síntese. Com o avanço dos estudos, Moscovici apresenta que esta teoria tem a função de justamente ser o enlace destas duas disciplinas, que se complementam e se juntam para favorecer a compreensão de determinados aspectos da realidade social. Neste item, buscar-se-á fazer uma breve exposição acerca dos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos desta teoria, bem como mostrar sua evolução pelos leitores de Moscovici.

2.3.1 *Questões teórico-epistemológicas*

As representações sociais são o elo entre a Psicologia e a Sociologia e ligam algumas visões dicotômicas e mantidas por muito tempo nestas ciências: individual *versus* social, interno *versus* externo, material *versus* representação, consensual *versus* reificado, processos *versus* estruturas, dentre outros. A definição apresentada por Moscovici mostra que as representações sociais são um sistema de valores, de noções e de *práticas sociais* referidas aos objetos sociais (GUARESCHI, 2000; MOSCOVICI, 1995), sendo uma forma de produção de conhecimentos efetuada e sustentada nas relações e interações sociais. Guareschi (2000, p.252) afirma que

As representações sociais, como práticas populares, poderiam passar a ocupar mais espaço nas investigações e poderiam desse modo ajudar a refletir e a levar a uma possível superação de situações que revelem e impliquem assimetrias, ou mesmo injustiças. Na medida em que as representações sociais são práticas populares, poder-se-ia levar adiante a hipótese de que elas muito provavelmente poderiam colaborar, tanto na identificação, como na criação e consolidação dessas novas *epistemes*, frutos de práticas diferentes e alternativas (grifo do autor).

Para Durkheim, uma ciência específica deveria se ocupar de estudar as representações individuais e as representações coletivas. Estas se entrecruzam e apresentam tanto semelhanças quanto particularidades. Para ele, é a Psicologia Social que deve cuidar de tal estudo. Ora, à Psicologia Social caberia “registrar e explicar as regularidades observadas pelo sociólogo à respeito das representações” (MOSCOVICI, 1989, p.60). As formas, conteúdos, pensamentos presentes nas representações deveriam instigar a curiosidade do psicólogo social e este deveria, por conseguinte, inventariar as opiniões e atitudes.

No entanto, mediante sua síntese, Moscovici (2012) propõe algo diferente: a criação de um campo cuja especificidade é a de articular Psicologia e Ciências Sociais, ou seja, um objetivo mais amplo e complexo do que o esperado por Durkheim. A passagem observada das representações coletivas às representações sociais apresenta mudanças epistemológicas radicais, e passa a englobar tanto os fenômenos da esfera individual quanto os da esfera coletiva, tanto da Psicologia Clínica e Social, quanto da Antropologia e Sociologia. Tal teoria amplia-se também no sentido de que considerará a sociedade em constante transformação, bem como seus aspectos de inovação e a “vida social em via de se fazer” (p.62).

A própria noção mudou, com as representações coletivas cedendo lugar às representações sociais. Vê-se facilmente o porquê. De um lado, era preciso considerar uma certa diversidade de origem, tanto nos indivíduos quanto nos grupos. De outro, era necessário deslocar a ênfase sobre a comunicação que permite aos sentimentos e aos indivíduos convergirem; de modo que algo individual pode tornar-se social ou vice-versa. Reconhecendo-se que as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido, estático, que as caracterizava na visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam (MOSCOVICI, 1989, p.62).

Ao reproduzirmos individualmente as representações, já trazemos a marca de uma construção que é própria desta sociedade da qual fazemos parte e cuja construção deriva de regras e lugares variados e não necessariamente aquele do nosso entorno. Assim é que psicologia

social passa a ser uma antropologia da cultura moderna e a antropologia passa a ser uma psicologia social dos povos primitivos. Cada vez que se gera um saber, cada vez que ele é comunicado, as ideações coletivas, as vivências afetivas, tudo isso é do campo de domínio da teoria das representações sociais.

Conforme Jodelet (1989) as representações sociais são construídas para que os indivíduos possam se localizar física e intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se lhe apresentam e para ajustar-se e conduzir-se no mundo cotidiano, uma vez que os mesmos não estão em um vazio social nem são apenas equipados com automatismos. Disso deriva a importância das representações sociais e as mesmas servem ainda para tratar fenômenos que podem ser observados diretamente ou que possam ser reconstruídos em trabalhos científicos.

As representações são fenômenos complexos, sempre ativas e atuantes na vida social e apresentam-se com grande riqueza fenomênica e uma multiplicidade de elementos (crenças, normas, valores, atitudes, opiniões, imagens, afetos, cognição, ideologia, dentre outros) ordenados para produzir um saber sobre o estado da realidade. São uma forma de conhecimento prático, que se caracteriza pela fluidez das trocas e da comunicação, pela mobilidade social e pelo avanço da ciência. É um sistema de interpretação que rege as relações sociais, entre indivíduo e mundo, e entre os indivíduos uns com os outros. Pode ser também chamado de “saber do senso comum”, “saber ingênuo” ou “natural” e, apesar de se distinguir do conhecimento científico, é uma forma de conhecimento tão legítima e digna de estudos como as outras formas de saber (JODELET, 1989, p.5).

Sempre deve haver um objeto nas representações sociais, não há saber nem representação sem objeto, que pode ser uma pessoa, uma coisa/objeto, uma teoria, fenômeno natural, um evento material, psíquico ou social, mas sempre deve haver algo sobre o qual o sujeito irá pensar e exercer as demais atividades mentais (percepção, afetividade, conceitualização, memória). Envoltos num processo criativo, dinâmico, sujeito e objeto, formalizarão a representação social. A pesquisa em representações sociais deve considerar tais aspectos: “consideração à particularidade dos objetos; dupla centração nos conteúdos e nos processos; atenção à dimensão social suscetível de flexionar a atividade representativa e seu produto” (JODELET, 1989, p.5). Para explicar o porquê da permanência dos estudos sobre representações sociais (e

expansão dos mesmos), Jodelet (1989) apresenta três características: vitalidade, transversalidade e complexidade.

A vitalidade coaduna com a explicação dada por Moscovici (1989) acerca do percurso que vai das representações coletivas às representações sociais, ou seja, houve uma fase de quase esquecimento, seguida por avanços e por fim, a reformulação dada por ele. Em seguida, houve ainda um período de latência, que culminou na movimentação de diferentes correntes de pesquisa em torno da teoria. Apesar dos cerceamentos¹² verificados com relação a ela, a mesma conseguiu se manter devido à perda do domínio behaviorista, à ascensão das correntes cognitivistas e a uma abertura nas ciências sociais, tomando as representações sociais como aspecto unificador, no qual antropólogos, sociólogos e historiadores souberam se valer das contribuições desta.

A transversalidade é advinda do fato de que, mesmo estando numa articulação de aspectos psicossociológicos, as representações sociais ainda não dão conta de explicar totalmente a realidade social. Embora fecunda e contando com perspectivas diversas, a teoria “autorizou” sua apropriação por outras disciplinas, bem como novos empreendimentos empíricos e conceituais. Assim é que a teoria foi desenvolvida dentro das várias disciplinas já citadas, mas também pelos psicanalistas e teóricos da linguagem, dentre outros. Conforme Jodelet (1989, p.8) “esta multiplicidade de relações com disciplinas vizinhas confere ao tratamento psicossociológico da representação um estatuto transversal que interpela e articula diversos campos de pesquisa, exigindo, não uma justaposição, mas uma real coordenação de seus pontos de vista”.

O terceiro aspecto, a complexidade, se deve ao fato de que sua composição mescla tanto conceitos sociológicos quanto conceitos psicológicos e consideram de mesma importância tanto a dinâmica psíquica quanto a dinâmica social e as pesquisas devem trazer evidente esta dupla relação. O estudo das representações sociais deve englobar elementos afetivos, intelectivos, mentais e sociais, além de integrar linguagem e comunicação, bem como

¹² Houve um duplo cerceamento ao desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais: “Inicialmente na psicologia, face ao domínio do modelo behaviorista que negava qualquer validade à consideração dos fenômenos mentais e sua especificidade. Em seguida, nas ciências sociais, face ao domínio do modelo marxista cuja concepção mecanicista das relações entre infra e super-estrutura negava toda legitimidade a este domínio de estudo tendo-o como povoado por puros reflexos ou suspeito de idealismo. Mas a evolução das pesquisas e as mudanças de paradigma nas diversas ciências humanas deram à noção toda sua atualidade, abrindo perspectivas fecundas e novas pesquisas” (JODELET, 1989, p.6)

considerar as relações sociais e a realidade material, social e ideal na qual se investiga (JODELET, 1989). A aparente polaridade na teoria, devido à complexidade, se mostra falha, uma vez que se percebe que há uma interposição destes diversos fatores (individuais, interindividuais, intergrupos e ideológicos) dos quais não se pode esquivar na pesquisa em representações sociais. Sêga (2000, p.129) assinala que a representação social em Denise Jodelet tem cinco características fundamentais, quais sejam:

- a) É sempre representação de um objeto;
- b) Tem sempre um caráter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito;
- c) Tem um caráter simbólico e significante;
- d) Tem um caráter construtivo;
- e) Tem um caráter autônomo e criativo.

Estes pontos organizados por Sêga (2000) a partir da obra de Jodelet são apresentados por esta da seguinte forma:

— A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é.

— A representação social está com seu objeto numa relação de "simbolização", ela toma seu lugar, e de "interpretação", ela lhe confere significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma "construção" e uma "expressão" do sujeito. (...). A particularidade do estudo das representações sociais é a de integrar na análise desses processos o pertencimento e a participação sociais e culturais do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva puramente cognitivista ou clínica. (...).

— Forma de saber, a representação apresenta-se como uma "modelização" do objeto diretamente legível em, ou inferido de, diversos suportes lingüísticos, comportamentais ou materiais. Todo estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento.

— Qualificar esse saber de "prático" se refere à experiência a partir da qual ele se produz, aos quadros e condições nos quais se insere, e sobretudo ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que esclarece suas funções e sua eficácia sociais (JODELET, 1989, p.9/10).

A representação é a atribuição da posição de indivíduos na sociedade, do lugar que ocupa; não é cópia do real, não é nem a parte subjetiva do objetivo nem a parte objetiva do sujeito; “é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas” (SÊGA, 2000, p.129) e seu caráter imagético e seu lado significativo são indissociáveis, tal como o verso e o reverso de uma folha de papel.

De acordo com Sêga (2000), a representação social em Moscovici é oriunda das transformações e metamorfoses que geram os conteúdos sendo que tudo o que toca

particularmente um indivíduo ou que o afeta, diz respeito às representações que o mesmo já possuía anteriormente e que se “ativam” diante da nova informação.

Segundo Duarte, Mamede e Andrade (2009, p.622), tendo as representações sociais como elemento mediador “o indivíduo está constantemente elaborando uma tensão entre o mundo e seus próprios esforços para ser um sujeito. É um processo de construção de sua identidade social que se desenvolve, ou seja, na relação entre sujeito e mundo social”. Estas representações se formam por intermédio das estruturas comunicacionais, no momento em que os indivíduos discutem e argumentam entre si o seu cotidiano, no momento em que partilham mitos, heranças culturais e históricas, em que se envolvem em práticas diversas no seu dia-a-dia, fazendo uso de recursos afetivos, simbólicos, avaliativos e cognitivos para lidarem com os fenômenos sociais relevantes.

A composição polimorfa das representações sociais dificulta sua definição e os autores se embasam nas ideias de Moscovici e Jodelet para formalizar um conceito. Assim, chegam à conclusão de que as representações sociais são um sistema de interpretação da realidade, baseado no saber do cotidiano e que intervém na tomada de decisões dos indivíduos. Embora não determinem as decisões a serem tomadas, elas influenciam limitando e orientando as possibilidades de escolha e, apesar de possuírem um caráter de reprodução da realidade, as representações sociais também possuem uma dimensão de novidade, de criatividade, um elemento possibilitador de fornecer novas formas às coisas (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009). Todavia, Jodelet (1989) mostra que há algumas representações sociais que chegam já prontas, que “atravessam” os indivíduos e se impõem. São aquelas advindas da ideologia dominante ou aquelas fortemente vinculadas a uma condição específica no interior da própria estrutura social.

2.3.2 *Aspectos metodológicos da pesquisa em representações sociais*

Em se tratando de opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas, Duarte, Mamede e Andrade (2009) apresentam duas alternativas que tomam por base o saber do senso comum, sendo que as representações sociais é uma delas.¹³ Estes autores explicitam que o estudo das

¹³ A outra opção assinalada pelos autores é o discurso do sujeito coletivo, que “é uma técnica de organização do material resultante do trabalho de campo, geralmente de falas oriundas de entrevistas, questionários, *papers*, materiais gráficos, etc.” (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009, p.620). “É uma construção do pensamento

representações sociais é fundamental para o trabalho com grupos, com a comunidade, principalmente em situações de vulnerabilidade, já que se embasam justamente nos saberes do senso comum, sendo possível perceber os mecanismos pelos quais os grupos dominantes impõe sua ideologia aos demais grupos, por meio da religião, do Estado, da escola e do trabalho. “As pessoas reproduzem o que aprendem nesses ambientes e tomam por importante para si, compartilhando no meio social em que estão inseridas, estabelecendo, assim, o que se chama de senso comum” (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009, p.621).

Dois processos ocorrem na formação das representações sociais, quais sejam, a objetivação e a ancoragem. Conforme Jodelet (1989) estes dois processos marcam a interdependência da atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, e fazem parte o papel da comunicação social.

De acordo com Costa e Almeida (1991, p.3) “a objetivação é o processo pelo qual o indivíduo reabsorve um excesso de significações, materializando-as, ou seja, é um processo de construção formal de um conhecimento, pelo indivíduo”. É composta por três etapas: a seleção e descontextualização, a formação do núcleo figurativo e a naturalização. A ancoragem é o processo que vai garantir a inserção orgânica dos novos conhecimentos adquiridos e apresenta três funções basilares: função cognitiva de integração da novidade, função de interpretação da realidade e função de orientação das condutas e das relações sociais. Ancoragem e objetivação são processos dialéticos e que acontecem simultaneamente; são duas faces do mesmo processo: a primeira na qual o social se transforma em representação (objetivação) e a segunda na qual a representação transforma o social, ou se volta já como um conhecimento prático (ancoragem).

A aquisição de novos conhecimentos mediante a ancoragem só ocorre quando a novidade é incontornável e o trabalho será justamente o de tornar este fato novo algo familiar, integrado ao universo de pensamentos já existentes, o que permite ir acumulando elementos estranhos e desconhecidos ao ambiente sócio-ideacional pré-existente (JODELET, 1989). É ela quem

coletivo que visa revelar como as pessoas pensam, atribuem sentidos e manifestam posicionamentos sobre determinado assunto. Trata-se de um compartilhamento de ideias dentro de um grupo social. Entende-se por discurso, todo posicionamento argumentado. O Discurso do Sujeito Coletivo é um espelho coletivo. É como se as pessoas se olhassem e, a partir daí, tomassem consciência de como são” (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009, p.623).

enraíza este saber novo e permite a transformação do mesmo em saber prático, instrumentalizado dando coerência à objetivação.

Guareschi (2000, p.253) apresenta um referencial metodológico para a realização de pesquisas embasadas numa diferenciação entre meios e modos (que deverão ser articulados na prática do pesquisador), uma vez que “as representações sociais se apresentam, pois, através de diferentes ‘modos’ e diferentes ‘meios’”. Afirma que o pesquisador, ao se propor a pesquisa, deve imbuir-se de humildade e cercar-se de certos cuidados, tendo em vista que a realidade é complexa e todo fenômeno traz uma dimensão de mistério. O mergulho na pesquisa em representações sociais deve considerar que os fenômenos pesquisados são estruturalmente inacabados, misteriosos, complexos e, como foi dito, misteriosos. São algo do qual não se entende tudo. Para o autor “o *modo* tem a ver com a forma, o modelo, o formato, o método, a maneira como uma representação se apresenta” (os hábitos, os costumes, etc.) e “o *meio* seria o canal, o veículo através do qual essa representação seria levada aos ouvintes, telespectadores, leitores, frequentadores de teatro, cinema, etc.” (seriam os textos escritos, as imagens, músicas, dentre outros); aspectos que podem ser verificados no quadro abaixo.

Quadro 2: Modos e meios das representações

Meios (médiun)	Gestos, rituais, movimentos, etc.	Texto	Imagem	Som
Modos (mode)				
Hábitos, costumes				
Cognições individuais				
Comunicação informal				
Comunicação formal				

Fonte: Guareschi, 2000, p.253

Conforme afirma Guareschi (2000) este quadro é um desafio à criatividade dos pesquisadores e cabe a cada um definir quais serão os cruzamentos utilizados em sua pesquisa, sabendo que “para cada cruzamento entre modos e meios, poder-se-ia levantar perguntas, apresentar hipóteses de trabalho” (p.254). A questão primordial é que o campo representacional é quem guia o esquema de investigação, e se faz importante juntar fala e ação dos entrevistados, uma vez que, sendo saberes práticos, as representações sociais tanto se mostram na fala, nos

discursos e comunicação de modo geral como também se apresentam nas práticas cotidianas dos grupos sociais.

Os diversos aspectos (cognitivo, afetivo, linguístico, comunicacional, etc.) das representações sociais são bem explicados por Fernandes (1992), para o qual o espaço social é construído mediante uma atividade de simbolização, de inscrição de sentidos, de ritos, de posições e trajetórias sociais. As práticas daí derivadas passam a um lugar comunicacional e é assim que se torna possível a vida social, numa sociedade que, bem mais do que materialidade, é representação figurativa. São estas representações, todavia, que dão o caráter de reconstrução ao espaço social e proporcionam o reencantamento do mundo. Estas tem função ainda de serem as chaves para a humanização da realidade, ou seja, é através da representação que os homens dão o colorido à sociedade e à natureza.

Spink (1995), embasada na tradição hermenêutica e nos pressupostos construtivistas, situa a importância de se observarem três aspectos nas pesquisas em representações sociais: as explicações cognitivas, os investimentos afetivos e as demandas concretas advindas da interação do sujeito como seu cotidiano, com suas práticas e ações. Afirma que “as representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendraram, ou seja, o contexto de sua produção” (SPINK, 1994, p.121). Este contexto, na verdade, sempre é intertextual, justapondo dois textos: “o texto sócio-histórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto – discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais” (SPINK, 1994, p.122). Além do contexto, há que se considerar também o tempo, que pode ser o tempo curto (da interação e cujo foco está na funcionalidade das representações), o tempo vivido (o processo de socialização ou o do território do habitus de Bourdieu) e o tempo longo (o da memória coletiva, do imaginário social)

Souza Filho (1993 *apud* COSTA; ALMEIDA, 1999) apresenta que o pré-requisito para uma pesquisa em representações sociais é a realização da observação sistemática, sendo o mais comumente adotado pela maior parcela dos pesquisadores. Além desta etapa, para se verificar os construtos representacionais há que se efetuar uma etapa subsequente na qual aplicar-se-á métodos tais como observação participante, entrevistas, técnicas de associação livre ou outras projetivas, as pesquisas censitárias ou pesquisas de opiniões. Por conseguinte, elabora-se o

instrumento de pesquisa, focado nas representações que se quer investigar e, em cuja, análise desmembrar-se-á os aspectos simbólicos, via quantificação, primeiro, os significados comuns e posteriormente as “categorias de análise relativas” (p.6).

2.4 *Espaço urbano e representações sociais*

Um exemplo de representação social verificada em estudos sobre o espaço urbano é dado por Bourdieu (2011). Embora não se trate especificamente de uma pesquisa em representações sociais, percebe-se a atuação destas na configuração dos espaços sociais. Para Bourdieu (2011 p.159) falar do gueto, das favelas, subúrbios com problemas, é quase que sinônimo de se falar em “não realidades”, em “fantasmas, alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas, como aquelas que a imprensa sensacionalista e a propaganda ou o boato políticos veiculam”. Tais lugares são alvos de abandono, de uma ausência: do Estado e das instituições dele decorrentes (polícia, escola, associações, instituições de saúde, etc.).

Disso depreendem-se três características básicas das representações sociais: (i) uma imagem do cotidiano, um saber produzido acerca de um objeto, no caso a realidade de bairros depreciados; (ii) as representações sociais são produzidas socialmente e por determinados grupos sociais e (iii) as representações são estáveis, fixas, não são facilmente mutáveis. A imagem acerca de um bairro após construída não se altera apenas com a confrontação de que a realidade é diferente assim como o estigma

Mais ainda, Bourdieu (2011) mostra o campo das representações em prática quando afirma que as construções e imagens sobre o bairro afetam os moradores e também as representações e as práticas que estes desenvolvem:

O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural (BOURDIEU, 2011, p.166).

Outro exemplo é dado por Lopes (2007, p.82) em pesquisa realizada na região do Vale do Paraíba no estado de São Paulo. Tal pesquisa buscou caracterizar a população residente em áreas de concentração de pobreza nas cidades de Ubatuba e Campos do Jordão mediante o levantamento de indicadores das demandas sócio-econômicas e das suas representações acerca das condições de vida.

O foco era o de inter-relacionar cidade, subjetividade e território e identificou-se que “a condição de exclusão interfere na produção de representações sobre o conjunto da cidade” (LOPES, 2007, p.82) e os indivíduos residentes em tais áreas tendem a representar o espaço urbano de forma fragmentada, vendo-se como distantes da cidade e perdendo o sentido de pertencimento, bem como de participação nas relações urbanas. A vivência em áreas de exclusão dificulta a unidade de tais áreas e engendram uma representação da cidade enquanto estando distante deles; como se a cidade estivesse a uma distância próxima. Além disso, as reproduções dos ideais de urbanização têm impactos na apropriação dos espaços e dificultam a tomada de consciência dos moradores enquanto cidadãos de direito e da própria noção de cidadania. “Esses sujeitos excluídos da produção da cidade, territorial e simbolicamente, perdem progressivamente aquela capacidade de visualização e de criação de estratégias de apropriação da cidade, que garante a liberdade de escolha” (LOPES, 2007, p.84).

Por outro lado, mesmo residindo em tais áreas, os sujeitos buscam a produção, em seu cotidiano, de estratégias de superação, e constroem representações que relativizam os indicadores gerais observados que atestam a condição de pobreza e precariedade. A representação, por conter um elemento afetivo, permite a estes moradores estabelecerem relações de proximidade e vizinhança com o restante do espaço urbano. Para Lopes (2007) os moradores, mesmo estando inscritos no perímetro urbano, sabem da sua distância social e ao contrário de explicitá-la, se dizem próximos, vizinhos, para assim, minorar a exclusão social que sofrem. Verifica-se então, que o espaço vivido é também espaço estratégico que permite o cálculo das relações de força, vindo a ser operador prático para a formação dos sujeitos (ali residentes) bem como fornecem o sentido das ações engendradas pelos moradores. O espaço influencia na construção das imagens que o sujeito tem a respeito de si mesmo e do seu espaço e estas construções, por conseguinte, influenciam nas práticas por eles adotadas, o que configura o processo da representação social enquanto uma lente para a compreensão do mundo que o cerca.

Por uma via totalmente diversa, a da literatura como substrato para as representações, Machado (2001) toma Lima Barreto e Rubem Fonseca como referências para se estudar o imaginário urbano e especificamente o imaginário urbano da violência. Afirma que: “as cidades como símbolos, imagens e representações que variam no tempo e no espaço respondem às inquietações humanas” (ibidem, p.215), sendo que delas aproveitamos as respostas que dão às perguntas que surgem. A literatura e a história então são tomadas em seu aspecto de registro e fornecem o material para subsidiar a investigação das mudanças sociais que tanto instigam estas disciplinas e também as ciências sociais.

A violência urbana passa de um lugar sagrado, centro do coração das sagas mitológicas, uma espécie de violência original, para um lugar que reflete mais o medo e insegurança no cotidiano, amplamente difundida nos meios de comunicação, nas políticas e nos trabalhos acadêmicos. Esta mudança é acompanhada pela mudança das mentalidades, das visões de mundo e das formas de percepção da realidade, durante o percurso do processo civilizador (MACHADO, 2011). A expansão do fenômeno da violência é correlacionada com as condições sociais que vão se formando ao longo do tempo nos centros urbanos, decorre da degradação das condições de qualidade de vida, da exclusão social, na marginalização de parcelas populacionais e sua consequente segregação espacial. Na literatura, percebem-se amalgamados o real e a ficção, a narrativa e a barbárie da cultura sendo que “os lugares da cidade aparecem na narrativa não como adorno, mas como componentes essenciais para a compreensão do real e do imaginário” (MACHADO, 2001, p.221), para a elucidação das desigualdades e mudanças nas condutas, comportamentos e das relações sociais.

Estes exemplos ilustram que a pesquisa em representações sociais é múltipla, variada e pode passar por diferentes metodologias. No entanto, em comum, todas trazem a dimensão de complexidade, de transversalidade e de vitalidade assinaladas por Jodelet (1989), bem como a consideração pelos aspectos afetivos, cognitivos e as demandas advindas da interação indivíduo-sociedade, pontuadas por Spink (1994). Nesta mesma esteira de pesquisas sobre o espaço urbano outras inúmeras pesquisas tem se desenvolvido e no capítulo seguinte serão apresentados os resultados da pesquisa realizada junto aos moradores do bairro Cidade Conferência Cristo Rei em Montes Claros, MG.

2.5 Estigma, representações sociais e a questão do poder

No primeiro capítulo abordou-se da questão do estigma, explicitando sua articulação com o conceito de poder e com a linguagem. O próprio estigma só tem lugar em contextos nos quais se estabelece uma linguagem de relações, variando em cada cultura e sociedade. Na revisão de literatura, se verificou que, embora haja diferentes maneiras de operacionalizar o estigma, o núcleo do conceito e sua articulação com a questão do poder permanecem comuns aos diferentes autores; diferenciado o fato de que alguns como Elias e Scotson (2000) e Ainslie, Coleman e Becker (1986 *apud* SIQUEIRA; CARDOSO JR, 2011a, 2011b) trazem a questão do poder para o primeiro plano ao passo que outros como Goffman (1988) e Stafford e Scott (1986 *apud* SIQUEIRA; CARDOSO JR, 2011a, 2011b), deixam-no nas entrelinhas ou ao menos, num plano secundário.

O conceito de poder observado é presentificado no fato que o estigma tem um caráter de imposição social de um grupo sobre sujeitos e/ou outro grupo, tendo em vistas, manter sua posição atual. Assim, estigmatiza-se o “diferente”, os “outros”, os “anormais”, num processo de autoafirmação de sua identidade grupal enquanto grupo valorizado. Neste processo está em jogo uma questão de manter o status e a estrutura de privilégios de um grupo, mas também de denegrir e de minorar o outro grupo social, tanto pela via simbólica quanto pela via material. A maior parte dos autores que trata do estigma, conforme assinalados no capítulo 1, parece tomar o estigma como algo que é imposto, algo que é da ordem de cima para baixo, como se o poder estivesse centrado nas mãos do grupo estabelecido, do grupo normal, do grupo do nós, do grupo possuidor de maior renda, e assim sucessivamente.

No entanto, os grupos estigmatizados têm estratégias de enfrentamento e de resistência aos rótulos e estereótipos que lhe são atribuídos. Assim é que alguns responderão ao estigma com palavras, pela via simbólica; responderão dizendo de seu mal-estar, lutando contra a “imposição” estigmatizante. Tal resposta pode ser, por exemplo, a formação de associações e instituições, como apresentadas por Goffman (1988), que se dedicarão a mostrar o grupo estigmatizado tal como ele realmente é. Outra estratégia pode ser a inserção na criminalidade, principalmente pelos jovens. Este é o caso observado por Elias e Scotson (2000) em Winston Parva, na qual os jovens moradores da zona 3, a área estigmatizada da cidade, se dedicavam a praticar pequenos delitos contra os moradores da zona 1 e 2, a do grupo estabelecido. Uma

outra estratégia é apresentada por Wacquant (2006) ao dizer da depreciação lateral. Esta estratégia é utilizada dentro do próprio grupo estigmatizado e tem o efeito negativo de romper os laços sociais no interior do bairro. Por esta estratégia, os moradores do bairro estigmatizado passam a depreciar, a fazer fofocas sobre os vizinhos e a dizer que o problema está na casa ao lado, ao mesmo tempo em que se afirma como diferente do referido grupo social e, portanto, não merecedor do estigma atribuído ao grupo.

Estas estratégias são apenas algumas das possíveis e serve para mostrar que o estigma deve ser entendido de forma dialética: há muitas formas de impô-lo, mas também há muitas formas de resistir ou enfrentá-lo e a questão do poder neste contexto é precípua, na medida em que tais relações se estabelecem tendo o poder como base.

Neste capítulo 2, tratando das representações sociais, pode-se perceber que a mola mestra das representações é a linguagem. Mais do que o real, as imagens do real e os discursos sobre ele é que mais importam, na medida em que uma apreensão total do real é impossível. Neste sentido, as representações são chaves, são imagens ou janelas para se enxergar o real, para com ele lidar e para atribuir sentido ao cotidiano.

Assim como o estigma, a teoria das representações sociais passa por diversos teóricos, mas todos são concordes que a linguagem é fator importante, inclusive, podendo ser tomada como instrumento de poder. Lane (2004) afirma sobre ocasiões em que a linguagem pode ser utilizada de forma única, diretiva, coercitiva, tal como é o caso do comando militar ou da hipnose, no qual o poder está localizado no emissor. Ferrari (2006), falando psicanaliticamente, afirma que o próprio encontro do ser humano com a linguagem traz um mal-estar, uma violência, na medida em que primeiro se faz necessário que venha uma nomeação¹⁴ para depois haver a dialética com o nome atribuído.

¹⁴ Um exemplo óbvio desta nomeação é a atribuição do nome próprio, no qual, alguém em posição de escolha e de decisão, nomeia a criança, sem que esta possa participar da escolha. Após a nomeação é que a criança passara futuramente a lidar com o nome e com as significações daí decorrentes. Esta explicação ilustra de forma simplória o que a Psicanálise acredita acontecer em grande parte do mal-estar subjetivo das pessoas: recebem significantes impostos (“Você é inteligente demais”; “Você não presta pra nada”; “Você é uma pedra”, etc.) que podem se tornar fonte de desprazer, sofrimento, limitações, e com os quais o sujeito tem que se haver; tem que se dedicar a dialetizá-los e superá-los.

Por outro lado, Moscovici (1989; 1995) e Jodelet (1989) tomam sempre a linguagem e a representação social como fluidos, como característicos de cada grupo social ou contexto histórico-social. Destarte, o poder está disseminado entre todos os atores que da linguagem fazem uso, não sendo, portanto, exclusivo de um determinado grupo social e/ou imposto de forma única.

Estas contradições com a articulação dos temas (estigmas e representações sociais) ao poder mostram a complexidade de se tomar este termo para a discussão. O próprio conceito em si é múltiplo e requer precisão, delimitações. Seguindo então uma abordagem de estigma que se inicia em Goffman (1988), prossegue com Elias e Scotson (2000) e chega às teorizações de Wacquant (2006)¹⁵ e adotando a vertente proposta por Moscovici (1989) e Jodelet (1989), faz-se necessário identificar um conceito de poder, que possa dar conta desta parceria, tendo sido escolhido o proposto por Michel Foucault.

Para Foucault (2004), poder é tido como uma força negativa e ao mesmo tempo produtiva, criativa; sempre presente nas relações, articulando-se intrinsecamente com a resistência. Inclusive, a resistência não aparece como uma característica exterior ao poder, mas constitutiva deste. Quando se fala em poder “trata-se de uma luta, mas o que quero dizer quando falo de relações de poder é que estamos, uns em relação aos outros, em uma situação estratégica” (FOUCAULT, 2004, p.267). Apesar de não ser uma relação simétrica, há sempre uma luta, há sempre participação. Ainda que haja um discurso de imposição, de domínio, há concomitantemente a possibilidade de mudança, de superação. Daí a importância dada à resistência, que Foucault (2004) toma como a palavra-chave da relação:

Veja que se não há resistência, não há relações de poder. Porque tudo seria simplesmente uma questão de obediência. A partir do momento que o indivíduo está em uma situação de não fazer o que quer, ele deve utilizar as relações de poder. A resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder (FOUCAULT, 2004, p.267)

¹⁵ A escolha por estes autores para abordar a questão do estigma se faz não por uma continuidade teórica ou das ideias sociológicas por eles defendidas, até mesmo porque não há esta linearidade, como se observa num estudo mais aprofundado dos autores. A escolha se dá porque cada um tem contribuições significativas para a elucidação do conceito e pelo fato de que as semelhanças verificadas entre eles, inclusive metodologicamente, favorece o estudo de caso em tela.

Em outro texto, Foucault (1979, p.89) discutindo sobre a geografia, afirma que “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”; ou seja, utilizando-se de metáforas geográficas, o autor passa à questão do poder e é por meio delas que ele acredita ter conseguido articular a questão do poder à questão do saber, que lhe é tema de investigação.

Trazendo o vocabulário geográfico, Foucault (1979, p.90) tenta “perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder”. Assim é que com o panoptismo, o autor identifica uma tecnologia na ordem do poder, um conjunto de mecanismos que funcionam ligando os procedimentos em prol do poder; com o panoptismo aplicado às escolas, casernas e hospitais, fez-se uma experiência inicial de vigilância integral e que depois foi generalizada não apenas ao nível local, sendo apropriado também pelos aparelhos de Estado, que passaram a utilizá-lo na sua esquematização dum poder de uma classe sobre a outra. No entanto, afirma que:

O poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 1979, p.91)

Ou seja, Foucault reconhece que há uma gama de poderes que não passam pelo Estado e por seus aparelhos e mecanismos e há uma série de relações que os produzem, sustentam e reproduzem. Conforme suas teorizações, há micropoderes concebidos no cotidiano e que se exercem mesmo nas relações um a um, nos movimentos revolucionários, sendo essenciais para que haja mudanças no poder instituído e localizado no Estado. Para que este mude, os micropoderes fora dele e abaixo dele devem estar atuantes e modificados. A ideia dos micropoderes em Foucault é a de poderes disseminados, sem foco ou centro, mas com uma rede de aparelhos dispersos e “coordenação transversal de instituições e tecnologias”.

Articulando poder e saber, Foucault toma como fundamental a inter-relação entre tais conceitos: o poder exige um campo de saber para que seja efetivado e vice-versa, o saber constituindo novas relações de poder. O próprio indivíduo, para Foucault é uma produção do poder e do saber:

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, ao mesmo tempo, como objeto de saber (MACHADO, 1981, p.198).

Assim, para Foucault “todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (MACHADO, 1981, p.199), permanecendo ambos em uma relação quase que simbiótica e a cada vez mais tem se exigido que o poder se torne competente (o saber dos peritos, por exemplo).

Pimentel Filho e Vasconcelos (2007) mostram que o poder em Foucault é na verdade um anti-Leviatã, um contra-ataque, visto como um regime que foge a sentidos pré-estabelecidos e se lança múltiplos sentidos; poder que se diferencia das concepções de poder que são mostradas na teoria clássica e que “não existe como sendo um objeto, ou a materialização de um desejo” (p.10); poder enquanto uma força que circula, que vem de todos os lugares e que engloba tudo. Nunca visto como uma regra geral, ou uma lei, ou mesmo exercido exclusivamente por grupos, castas ou classes sociais, mas sim como movimento, como forças para além das formas terminais (Estado, lei, unidade global de dominação).

Tendo então feito estas considerações acerca da relação estigma – representações sociais e escolhido o conceito de poder que se aplica ao contexto em discussão, veremos no capítulo a seguir o estudo de caso realizado.

3 – ESTIGMATIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO MONTESCLARENSE

Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente (SANTOS, 2005, p. 158).

O presente capítulo consiste na apresentação dos resultados da pesquisa de campo, com sua concomitante discussão. A parte inicial do capítulo traz um esboço descritivo e discursivo da cidade de Montes Claros e do bairro Cidade Conferência Cristo Rei, com base nos dados coletados nas diversas fontes e bancos de dados e em pesquisas recentes que trataram de indicadores e estatísticas acerca dos locais de referência. A segunda parte do capítulo consiste na delimitação do território do Cidade Conferência Cristo Rei. Na terceira e quarta partes apresentam-se os resultados, análise e discussão das entrevistas realizadas com os moradores. Por fim, na última parte deste trabalho, apresentam-se as conclusões a partir do estudo realizado.

3.1 *Estigmatização territorial em Montes Claros*

O município de Montes Claros é localizado na região norte de Minas Gerais, com área territorial de 3.568,935 km², uma população de 385.898 habitantes; população residente de 361.915 pessoas sendo 174.249 homens, 187.666 mulheres e com população alfabetizada¹⁶ de 311.869 pessoas. Os residentes na área urbana totalizam 344.427 pessoas e na área rural, 17.488 pessoas. Possui 120.860 domicílios, destes 104.184 ocupados. Há 100.312 famílias residentes no município, destes 95.567 estão localizados na área urbana e 4.746 na área rural, sendo que há ainda 9 distritos urbanos (IBGE, 2011a).

¹⁶ É necessário ressaltar que o IBGE considera o item alfabetização como a forma de investigar o tema “Educação” e verifica este item mediante a pergunta: “Sabe ler e escrever?”.

Dados do censo 2000 mostram que em Montes Claros havia 16 favelas e dentre estas, comparativamente, verificava-se diferenças: a distribuição espacial das mesmas dependia da ordem cronológica de seu surgimento: as mais antigas mais próximas ao centro e as mais novas, mais afastadas, sendo que os indicadores socioeconômicos são melhores nas favelas mais antigas (LEITE; BRITO; PEREIRA, 2009). Segundo dados do IBGE (2011a), via censo 2010, a cidade possui 14 favelas, nomeadas atualmente como aglomerados subnormais, nas quais há um total de 4.110 domicílios particulares ocupados e 15.607 habitantes.

A nomenclatura aglomerados subnormais foi adotada no censo anterior e de acordo com a definição do IBGE (2011b, s.p.), aglomerado subnormal “é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”. Os aglomerados subnormais existentes em Montes Claros são: Bairro Chiquinho Guimarães, Bairro Cidade Conferência Cristo Rei, Bairro Itatiaia, Morrinhos, Nova Morada, Rua Manoel de Souza Brasil, São Vicente no Bairro Santos Reis, Vila Alice, Vila Castelo Branco, Vila Mauricéia, Vila Santa Cecília, Vila São Francisco, Vila Telma e Vila Tupã.

Conforme Leite, Brito e Pereira (2009) o número de favelas nas cidades médias¹⁷, como é o caso de Montes Claros, cresceu dentre as décadas de 1990 e 2000. Tal diferença resulta do crescimento da cidade, que ocasionou a ocupação desigual do solo urbano, mediante as ocupações ilegais, como exemplo. Além disso, em Montes Claros, há o risco de surgirem mais ocupações irregulares, até mesmo porque a cidade vivencia um momento de crescimento populacional e econômico. A tabela a seguir apresenta uma comparação entre dados do Censo 2010, apresentando-os com relação à Montes Claros, Belo Horizonte, MG e Brasil:

¹⁷ Segundo França *et al.* (2012) a cidade média se define não necessariamente com base em termos demográficos mas sobretudo com referência à sua importância na rede urbana. São espaços que cada vez mais se complexificam e para ser assim definidas requer-se o estudo de dimensões e variáveis diversas tais como: natural, social, econômica, comunicativas, recreativas e culturais e os equipamentos comunitários. Ou seja, considera-se desde a topologia da cidade até aspectos tais como infraestrutura de serviços urbanos, bem como os fluxos comerciais, econômicos e culturais identificáveis na cidade.

Tabela 1: Dados populacionais – Censo 2010

	População total	Densidade demográfica	Quantidade de aglomerados subnormais	Domicílios em aglomerados subnormais	População residente em aglomerados subnormais
Montes Claros	361.915	101,41	14	4.110	15.607
Belo Horizonte²	2.375.151	7.176,77	169	87.763	307.038
Minas Gerais³	19.597.330	33,41	372	171.015	598.731
Brasil²	190.755.799	22,43	6.329	3.224.529	11.425.644

² – PMBH

³ – IBGE estados

A questão dos aglomerados subnormais é recorrente em diversos municípios do país, abrigando grande parcela da população. Em Montes Claros há 1,55% da população residindo em aglomerados subnormais, conforme verificado na tabela anterior (Tabela 1). Comparando os dados de Montes Claros com os demais da tabela acima, podemos ver que a porcentagem de domicílios em aglomerados subnormais nesta cidade é inferior à observada nas demais componentes da tabela. Em Belo Horizonte, 12,93% da população geral reside em aglomerados subnormais; em Minas Gerais, 3,06% e no Brasil, 5,99%. Ou seja, Montes Claros, com apenas 1,55% de sua população residindo em aglomerados subnormais, se apresenta abaixo da média da capital de Minas Gerais, do que a média estadual e nacional. Contudo, há que se ter em conta que os valores acima se referem especificamente aos aglomerados subnormais, conforme definição do IBGE (2011b) que, por outro lado, não podem ser tomados como valores suficientes para dizer da periferia de Montes Claros, haja vista a possibilidade de existência de bairros que não se adequam a um ou mais critérios da definição, apesar de constituírem espaços de exclusão.

Tido como periferia, o bairro se localiza praticamente na área central de Montes Claros, em área de fácil acesso, com comércio em suas adjacências, transporte urbano em suas proximidades e uma rede de serviços (Escolas, PSF, hospital, dentre outros) em seu entorno, que poderia incluir os moradores. Este termo, periferia urbana, inicialmente era pensado de duas maneiras: i) para designar a borda, a franja urbana, os loteamentos no limite da margem das cidades ou ii) para designar as áreas que não são necessariamente distantes do centro urbano mas que são desprovidas de meios de consumo coletivo (LEITE; PEREIRA, 2008) sendo que no presente texto adota-se o segundo sentido apresentado, quando se fala de periferia.

Assim, o “Feijão Semeado” pode ser dito como uma periferia de Montes Claros devido às suas características socioeconômicas que o IBGE (2010) apresenta e nomeia como aglomerado subnormal. As características que fazem com que a periferia possa estar localizada em toda a paisagem urbana, incluindo as áreas centrais, são apresentadas também nas considerações de Ritter e Firkowski (2009) ao afirmarem que o “distanciamento geométrico” não é mais o determinante no momento de definir periferia uma vez que as mesmas podem se encontrar próximas ao centro urbano. Além disso, os autores propõem a utilização do termo periferias (plural) ao invés de periferia (singular), tendo em vista a heterogeneidade e velocidade deste fenômeno na contemporaneidade. Esta diversidade observada na realidade das favelas serviu, inclusive, para embasar a escolha do método de estudo de caso. A partir deste é que foi possível conhecer aprofundadamente a situação atual do Cidade Conferência Cristo Rei que, conforme apresenta Leite (2012, p.186)

Quanto a indicadores sociais e econômicos, relacionados ao processo de fragmentação do espaço urbano e desigualdade social em Montes Claros, o trabalho de França (2010) apresenta dados que atestam o aumento das desigualdades e a concentração de renda, fatores estes que se refletem na apropriação desigual do espaço urbano e em acesso diferencial a bens e serviços. Apesar de se constituir em um polo do Norte de Minas, Montes Claros “se apresenta como um mosaico onde se articulam diferentes espaços com dinamismo econômico e forte peso das desigualdades em sua configuração territorial” (FRANÇA, 2010, s.p.) havendo uma miscelânea de forças: forças de exclusão e segregação, mas também, possibilidades de integração.

Rodrigues *et al* (2011) em pesquisa junto a famílias montesclarenses cadastradas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (em fev.2010), que tinham em comum a situação de baixa renda (situação de pobreza ou de extrema pobreza), apresentam que, nos nove territórios intraurbanos e um rural que compõem a cidade de Montes Claros, há diferenças no acesso a bens e serviços, tendo alguns territórios em situação de vulnerabilidade e risco sociais. Serviços tais como saúde e educação aparecem de forma fragmentada na cidade pesquisada.

Com relação à amostra utilizada na referida pesquisa, o universo é dado pelo total (40.384) de famílias cadastradas no ministério do Desenvolvimento Social em fevereiro de 2010, tendo

sido entrevistada uma amostra de 3.216 famílias, distribuídas nos dez territórios do município. Para cada território houve uma amostra estratificada que resultou no número de questionários aplicados. A tabela 2 mostra dados sobre acesso a equipamentos e serviços públicos na percepção da população.

Tabela 2: Dados do Cidade Conferência Cristo Rei com base em pesquisa de 2010

Dimensões avaliadas	Conceitos (%)				Total
	Não tem	Ruim	Bom	Ótimo	
Transporte público	50	0	50	0	100
Pavimentação das ruas	0	0	50	50	100
Posto de saúde	0	0	50	50	100
Atendimento médico	0	0	50	50	100
Escola Fundamental	33,3	33,3	0	33,3	100
Escola de Ensino Médio	0	0	50	50	100
Áreas de lazer (praças, campos...)	75	0	25	0	100
Segurança pública	25	50	25	0	100
Condições de acesso à residência	0	75	25	0	100
Condições de saneamento e lixo	25	0	50	25	100

Fonte: Banco de dados de pesquisa realizada por Rodrigues *et al* (2011) durante o ano de 2010.

Estes moradores entrevistados apresentam que as condições gerais do bairro se mostram precárias com relação a alguns aspectos (transporte público, escola fundamental, áreas de lazer, segurança pública, condições de acesso à residência), mas em relação a outros tem sido condições satisfatórias (pavimentação das ruas, posto de saúde, condições de saneamento básico).

É neste contexto, pois, que surge a motivação para estudar a especificidade do bairro Cidade Conferência Cristo Rei, com relação à estigmatização social e sua representatividade entre seus moradores. O bairro, como dito acima, é um aglomerado subnormal, uma região de precariedade material e, além disso, passa por uma outra forma de precarização verificada mediante a depreciação do mesmo. Esta depreciação se verifica mediante os discursos que se constroem acerca do bairro e através do preconceito, do estigma que seus moradores sofrem. O trabalho de Rocha e Martins (2006) e o de Santos (2011) trazem esta dimensão de estigma vivenciada pelos moradores.

Rocha e Martins (2006) em pesquisa baseada nas ideias de Elias e Scotson (2000) buscou conhecer as relações e as representações sociais dos moradores do Cidade Conferência Cristo Rei, testando a hipótese lançada por estes autores de que “uma comunidade, ao sofrer a estigmatização, a resposta de parte dos moradores é a de chamar atenção daqueles que os

estigmatizam por intermédio de ações delituosas, seja o vandalismo ou a prática corriqueira de crimes” (p.1), vindo esta a ser confirmada. A pesquisa revelou que a amostra selecionada, ocupando o lugar de grupo estabelecido, enxerga os moradores do bairro como pobres e criminosos e os moradores por outra via, em lugar de *outsiders*, mantêm sensação de inferioridade, de baixa autoestima, e alguns jovens do local se envolvem em atos de cunho negativo, tal como o comportamento desviante ainda que a maior parcela populacional adote o *comportamento correto*.

“Elementos como: exclusão e superioridade social, pertencimento, baixa auto-estima, rejeição, desconfiança, dentre outros, são pontos constitutivos da vida social, que ilustram as relações entre a comunidade Cidade Conferência Cristo Rei e o restante da cidade” (ROCHA; MARTINS, 2006, p.8). Alguns termos são elencados pelos autores como fatores de estigmatização utilizados pelos moradores do entorno para se referirem ao bairro: “Só mora bandido”, “Beco dos ratos”, “Feijão semeado”, “100% traficante e vagabundo”, “Lá nem o SAMU vai”, são exemplos (p.2). Os adolescentes envolvidos com o tráfico são referenciados pelos moradores como “os meninos que mexem com coisa errada” ao passo que para os moradores do entorno eles são os “os traficantes/bandidos do “feijão semeado”, de tal forma que o preconceito e estigma começam na circunvizinhança e se estende pela cidade. Os autores concluem o trabalho evidenciando a necessidade de políticas públicas de segurança com foco na prevenção e no fortalecimento da autoestima dos moradores bem como ações de proteção social mais estratégicas para a comunidade.

Santos (2011) pesquisando sobre as práticas da Estratégia Saúde da Família no bairro, se depara com a mesma situação de estigmatização e com a dificuldade dos profissionais em lidar com os moradores e implementar as ações de saúde de atribuição da Unidade de Saúde e das práticas de estágio que ocorriam no lugar. Este distanciamento se deve à situação de vulnerabilidade social, despreparo dos profissionais, dificuldade destes em estabelecer um diálogo com os moradores e “má gestão dos setores públicos” (p.87). O bairro se apresenta dividido em duas facções criminosas, com elevados índices de violência, criminalidade e demais problemas referentes ao tráfico. Ainda que estas práticas sejam específicas de um grupo reduzido de moradores, o estigma é atribuído a todos, independente das “pessoas de bem”. Os moradores, desvalorizados, sentem que não pertencem à lógica da cidade e afastam-

se dos serviços de saúde e, apesar dos investimentos que houve nesta área, não ocorreu a concomitante redução das desigualdades sociais.

A presença do estigma neste contexto fortalece a separação dos moradores da lógica não apenas da cidade, mas também do sistema de saúde, uma vez que diante da ausência de profissionais de saúde na própria unidade, os moradores receosos de buscarem o atendimento em unidades próximas e sofrerem mais estigmas buscam diretamente os hospitais para atendimentos de rotina, que deveriam ser resolvidos no próprio território.

Esta questão do estigma territorial foi verificada na etapa exploratória da pesquisa de campo, conforme resultados a seguir.

A primeira etapa da pesquisa exploratória consistiu na aplicação de 53 questionários na região central de Montes Claros, sendo que a amostra selecionada constituiu-se por 31 (58,49%) pessoas do sexo feminino e 22 (41,51%) do sexo masculino. Não sendo esta uma amostra probabilística, o centro da cidade foi escolhido por ser frequentado por pessoas de diversas classes sociais, diferentes rendas, moradoras de bairros distintos, sendo que as pessoas foram escolhidas aleatoriamente, não obedecendo a critérios pré-estabelecidos. Optou-se pela aplicação deste número de questionários, pois esta era uma fase exploratória, com o objetivo de apontar tendência nas respostas dos entrevistados, tendo o objetivo atendido. A faixa etária predominante foi a de 21 a 40 anos, com 30 pessoas (56,6%); seguida por 12 pessoas (22,64%) com idade entre 41 e 60 anos; 07 (13,2%) pessoas com menos de 20 anos e 04 (7,56%) pessoas com mais de 61 anos. Quanto à escolaridade, a maior parte dos entrevistados possui Ensino superior completo (13 pessoas, ou 24,53%) ou Ensino médio completo (13 pessoas ou 24,53%). Em seguida aparecem as pessoas com Ensino superior incompleto (09 pessoas ou 16,98%), Ensino médio incompleto (07 pessoas ou 13,21%), Ensino fundamental completo (06 pessoas ou 10,375%) e Ensino fundamental incompleto (06 pessoas ou 10,375%). A renda familiar que mais se observa na amostra é a compreendida na faixa entre 1 e 2 salários mínimos (SM), com 14 pessoas ou 26,41%; em seguida, a faixa entre 2 e 3 SM, com 8 pessoas ou 15,09% da amostra. As faixas seguintes são compostas pelas pessoas com renda de até 1 SM, com 6 pessoas (11,32%); com renda superior a 4 SM estão 5 dos entrevistados (9,43%) e com renda entre 3 SM e 4 SM, estão 4 entrevistados (6,56%). Neste

item, renda familiar, 31,19% dos entrevistados (16 pessoas) optou por não responder à questão.

Quanto ao bairro de residência dos entrevistados, apareceram 35 bairros diferentes, além do centro da cidade. As porcentagens verificadas foram: Centro (04 entrevistados = 7,55%), Morrinhos (04 entrevistados = 7,55%), Vila Guilhermina (03 entrevistados = 5,66%), São Judas (03 entrevistados = 5,66%), Alto São João (02 entrevistados = 3,77%), Sumaré (02 entrevistados = 3,77%), Dr. João Alves (02 entrevistados = 3,77%), Cidade Industrial (02 entrevistados = 3,77%), Independência (02 entrevistados = 3,77%), Edgar Pereira (02 entrevistados = 3,77%), Monte Carmelo (02 entrevistados = 3,77%). Os demais entrevistados são residentes de outros bairros da cidade e totalizam 25 bairros diferentes.

As profissões que mais apareceram foram estudante (13 pessoas = 24,53%), aposentado (5 pessoas = 9,43%), assistente social (5 pessoas = 9,43%), orientadora pedagógica (2 pessoas = 3,77%) e autônomo (2 pessoas = 3,77%). Foram citadas também outras 23 profissões e 2 pessoas (3,77%) não responderam à questão. Foi solicitado que os entrevistados fizessem uma avaliação de seu bairro de residência e lhe atribuisse uma nota, com base numa escala de 1 a 10, em que 1 se referia ao pior bairro de Montes Claros e 10 se referia ao melhor bairro, marcando qual a posição do seu bairro. As respostas obtidas se encontram na Tabela 3, que se segue:

Tabela 3: Escala de notas para bairro de residência dos entrevistados

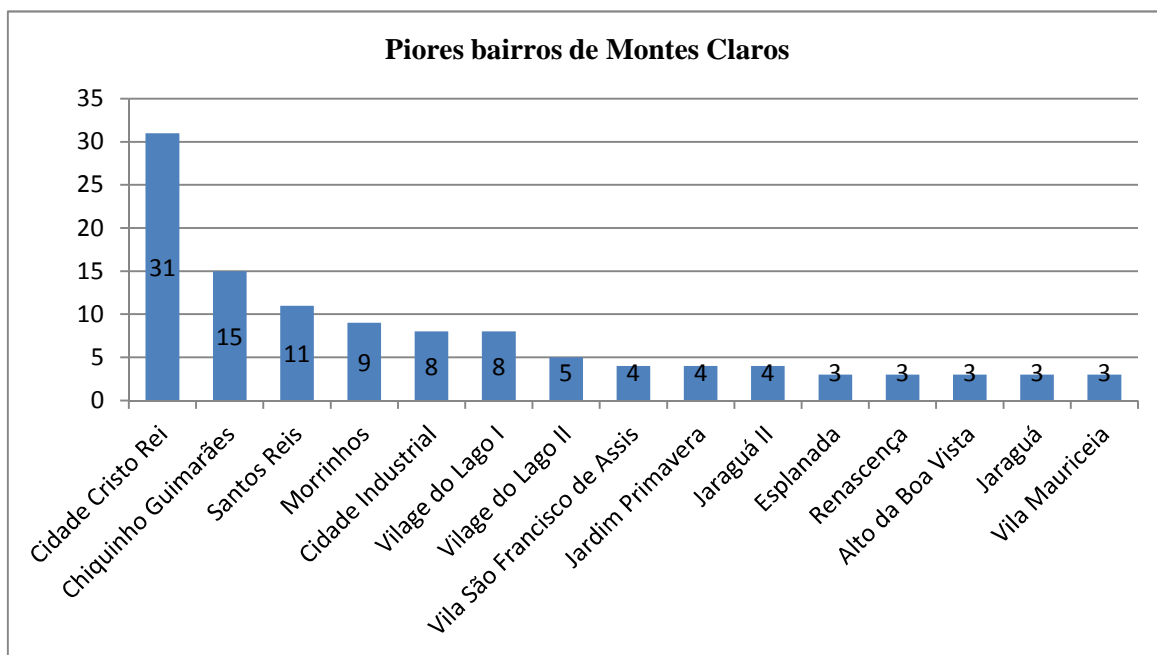
Nota para o seu bairro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Escala conceitual	Péssimo		Ruim		Regular		Bom		Ótimo	
Frequência absoluta	0	3	0	3	8	10	13	10	1	5
Frequência relativa	0	5,66%	0	5,66%	15,09%	18,87%	24,53%	18,87%	1,89%	9,43%

Fonte: Banco de dados resultante da aplicação de questionários

Verificando então na tabela anterior, percebe-se que a maior parte dos participantes da pesquisa atribui notas significativamente favoráveis ao seu próprio local de residência: 54,72% deles consideram seu bairro como bom ou ótimo e lhe atribuíram notas igual ou superior a 7.

A primeira questão apresentada aos entrevistados no questionário consistiu em pedir-lhes que citassem o nome dos três piores bairros de Montes Claros, não lhes sendo fornecido nenhum critério no qual pudessem embasar sua escolha. As respostas surgiram praticamente de forma automática e os entrevistados não aparentaram dificuldades em responder à questão, cujo resultado pode ser visto a seguir:

Gráfico 1: Bairros assinalados pela amostra como os piores de Montes Claros



Fonte: Banco de dados resultante da aplicação de questionários na área central de Montes Claros, jun./jul.2013.

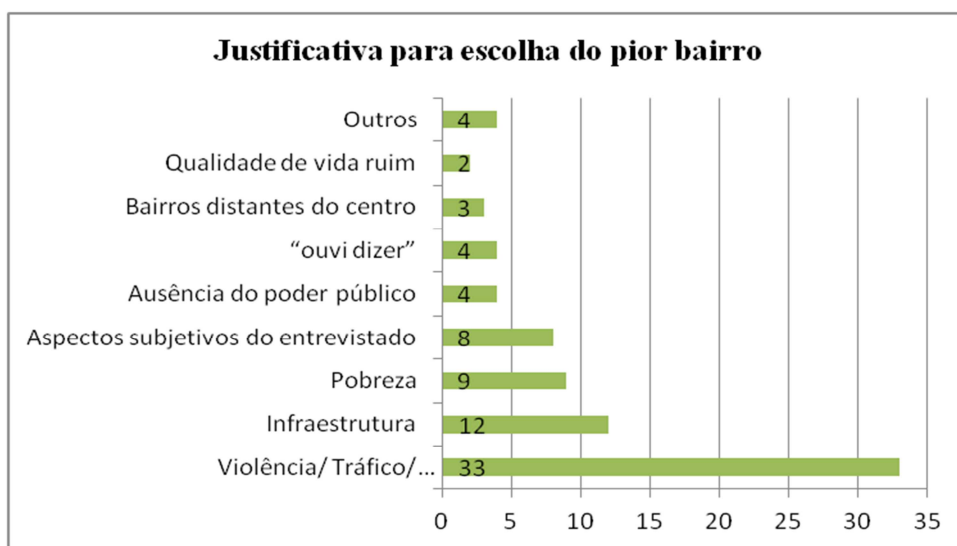
Foram citados 48 bairros diferentes, sendo que além destes bairros apresentados no Gráfico 1, há ainda mais 10 bairros que foram citados 2 vezes cada um (Alterosa, Independência, Canelas, Major Prates, Nova Suíça, Vila Mauriceia, JK, Vila Castelo Branco, Santa Cecília, Vila Atlântida) e 23 bairros, que foram citados apenas uma vez (Conjunto Zé Carlos de Lima, Ciro dos Anjos, Vera Cruz, Monte Carmelo, Santa Laura, Alto São João, Clarice Ataíde, Vila Regina, Vargem Grande, Conjunto Joaquim Costa, São Geraldo II, Alice Maia, Maracanã, Dr. João Alves, Centro, Vila Sion, Nova Morada, Vila Camilo Prates, Santo Antônio I, Vila Real, Vila Tupã, Santo Amaro, Mangues).

O bairro Cidade Conferência Cristo Rei, que é o foco desta pesquisa, foi assinalado 31 vezes, ou seja, 31 pessoas da amostra consideram-no como um dos piores bairros de Montes Claros. Tal valor corresponde a uma porcentagem de 58,49% dos entrevistados. Dentre os moradores que consideram o Cidade Conferência Cristo Rei como o pior bairro (31 entrevistados =

100%), 58,06% (18 pessoas) o colocaram em 1º lugar como o pior, 22,58% (7 pessoas) o colocaram em 2º lugar e 19,36% (6 pessoas) o colocaram em terceiro lugar. Tomando como base o total de respostas apresentadas para a questão (N = 159), uma vez que foi pedido aos entrevistados que citassem os 3 piores bairros de Montes Claros, as 31 respostas correspondem a 19,5% do total, sendo que o segundo bairro mais votado, o Chiquinho Guimarães, corresponde a 9,43%, ou seja, aproximadamente 10 pontos percentuais a menos que o Cidade Conferência Cristo Rei. Em relação ao terceiro colocado, o bairro Santos Reis, que obteve 6,92% das respostas, há uma diferença de mais de 12%.

Esta questão foi realizada sem fornecer nenhum critério para que os entrevistados pudessem escolher os bairros e, do total de entrevistados poucos perguntaram qual critério utilizariam, sendo-lhes orientado que utilizasse algum de sua própria escolha. Em seguida, após a resposta desta primeira questão, foi pedido que os mesmos apresentassem o critério que haviam utilizado para definir os três bairros citados como os piores. As justificativas, após categorizadas apresentam-se no Gráfico 2:

Gráfico 2: Justificativas dos entrevistados para a escolha do pior bairro de Montes Claros



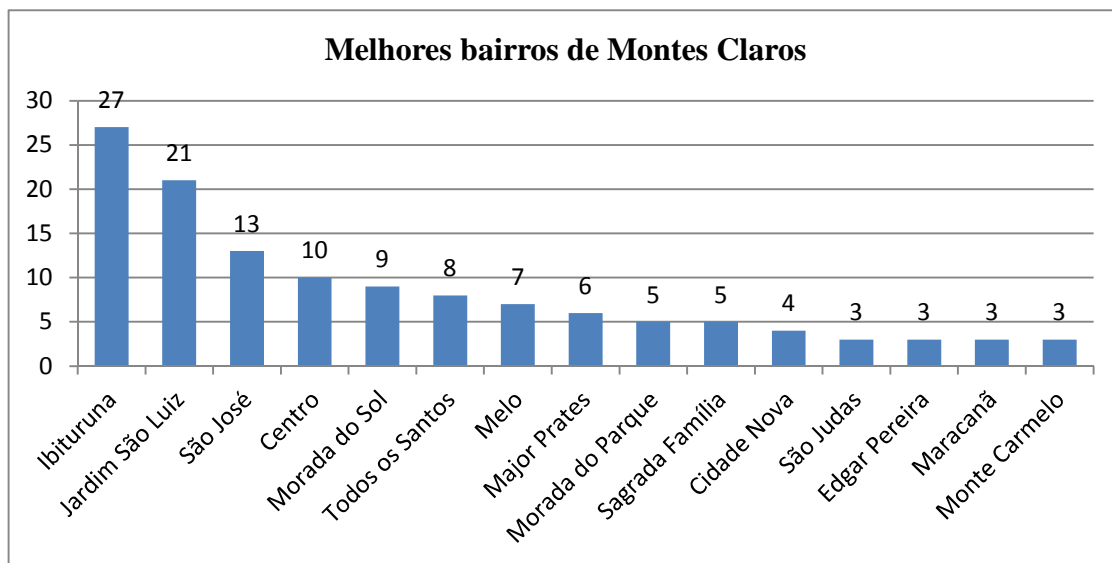
Fonte: Banco de dados resultante da aplicação de questionários na área central de Montes Claros, jun./jul.2013.
Obs: O item violência/Tráfico também é composto pelos itens Criminalidade e mortes. Assim, leia-se Violência/Tráfico/Criminalidade/Mortes para analisar esta categoria.

Tais justificativas assinalam que a violência, o tráfico, a criminalidade e o elevado número de mortes são aspectos tidos como os que tornam um bairro como o pior de Montes Claros; seguido pelos critérios de infraestrutura precária (composta pelas falas de que o bairro é

desestruturado, desorganizado, tem ruas apertadas, falta de saneamento, falta de asfalto, infraestrutura ruim) e pobreza. O item aspectos subjetivos do entrevistado diz respeito à respostas fundadas em critérios de gosto, de ter residido no bairro, ou aspecto estético e engloba falas tais como “*acho o bairro feio*”, “*não são bons*”, “*não gostaria de morar ali*”. O item outros engloba aspectos citados tais como: “*desigualdade social*”, “*falta de cultura*”, “*área de risco*”, “*não é todo mundo que pode entrar lá*”.

Foi questionado também quais eram os 3 melhores bairros de Montes Claros e, do total de respostas (N=159), 16,98% (27 respostas) correspondiam ao bairro Ibituruna, 13,21% (21 respostas) referiam-se ao Jardim São Luiz e 8,18% (13 respostas) apontaram o São José como o melhor bairro de Montes Claros. Foram apresentados ao todo 38 bairros diferentes, dentre os quais 17 foram citados apenas uma vez (Alto São João; Augusta Mota; São Geraldo II; Panorama; Cândida Câmara; Vila Santa Maria; Santo Expedito; Dr. João Alves; JK; Jaraguá; Esplanada; São Judas; Panorama II; Eldorado; Vila Regina); 5 bairros foram citados duas vezes (Vila Guilhermina; Independência; Funcionários; Delfino; Cintra) e 4 bairros foram citados 3 vezes cada (São Judas; Edgar Pereira; Maracanã; Monte Carmelo). Os resultados com relação aos mais citados podem ser visualizados a seguir no Gráfico 3:

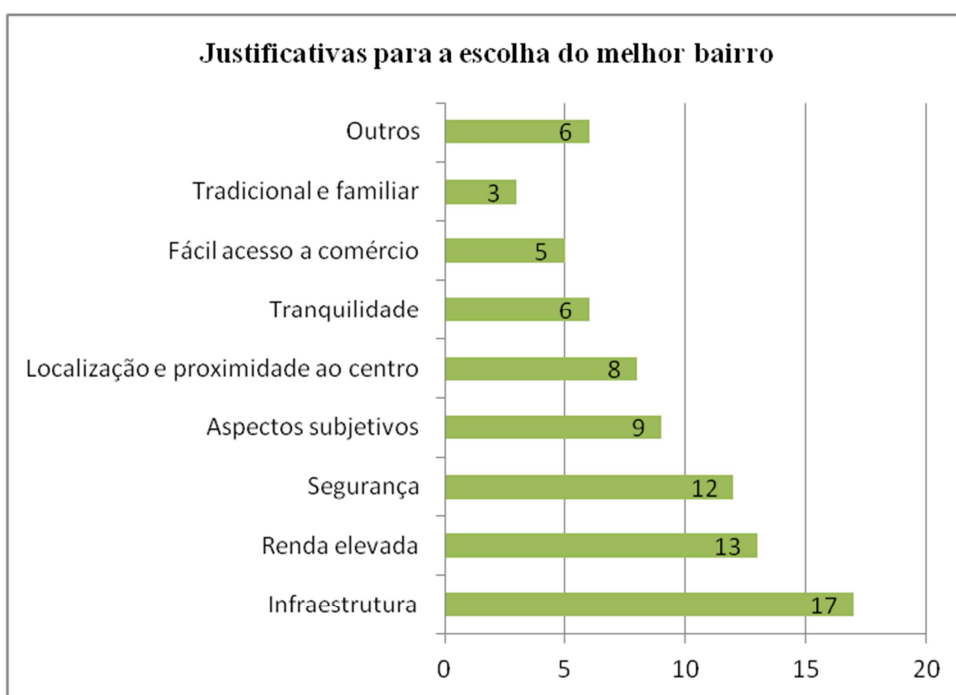
Gráfico 3: Bairros assinalados pela amostra como os melhores de Montes Claros



Fonte: Banco de dados resultante da aplicação de questionários na área central de Montes Claros, jun./jul.2013.

O gráfico acima mostra que os primeiros bairros citados como os melhores sendo que é interessante observar, como contraponto que, no momento da aplicação dos questionários, se os entrevistados não titubeavam ao responder qual era o pior bairro de Montes Claros, o mesmo já não ocorreu no momento de definir os melhores e as perguntas: “*Melhor em que sentido?*” ou “*O que você está chamando de melhor?*” se tornaram constantes durante a aplicação dos questionários. A orientação, no entanto, foi a mesma: escolha você o critério e em seguida justifique-o. As justificativas apresentadas seguem no Gráfico 4:

Gráfico 4: Justificativas dos entrevistados para a escolha do melhor bairro de Montes Claros



Fonte: Banco de dados resultante da aplicação de questionários na área central de Montes Claros, jun./jul.2013.

As justificativas para a escolha do melhor bairro parecem quase que de forma de espelho invertido com relação àquelas apresentadas para a escolha de critérios para se definir os piores bairros, exceto por três categorias novas: tranquilidade, fácil acesso a comércio e por ser bairros tradicionais e familiares. Inclusive nos aspectos subjetivos e outros, ambas as categorizações se apresentam de forma bem semelhante. Se, por um lado o que torna um bairro como *pior* é a falta de infraestrutura ou os altos índices de criminalidade e violência, os entrevistados apresentam, por outro, que o que o torna *melhor* é a presença da infraestrutura e segurança e assim por diante.

Outra questão proposta foi se os entrevistados conheciam os bairros que estavam citando e, se não, qual a justificativa da escolha. Dentre os entrevistados, 41 (77,36%) afirmaram conhecer os bairros, 08 (15,09%) negaram, 02 (3,775%) afirmaram conhecer só os citados como melhores e 02 (3,775%) não responderam. As justificativas pela escolha foram devido à indicação/conversas informais ou pelas notícias veiculadas na mídia: *“Conheço os que citei como melhores, os piores eu não conheço, mas ouço falar”*; *“Esses são uns bairros que são mais falados por serem mais perigosos. Conheço por alto. Citei porque ouço nos noticiários. Agora o Alto da Boa Vista também está terrível. Lá eu conheço.”*; *“Foram escolhidos por indicação, por conversa com o povo. Os melhores eu conheço.”*; *“Já ouvi falar deles. Passei e não gostei.”*; *“Devido ao fato da mídia, em especial a televisionada, divulgar informações sobre determinadas características e ocorrências nesses bairros.”*; *“Eu ouço o pessoal.”*

Duas outras informações foram também solicitadas aos entrevistados: citar os três bairros com maior índice de criminalidade e citar os três bairros com mais problemas relacionados ao tráfico, sendo que em ambas as questões, o Cidade Conferência Cristo Rei foi o primeiro colocado.

Na primeira, mais criminalidade, foram citados 42 bairros diferentes, 25 deles citados uma única vez, 3 bairros citados duas vezes e 5 bairros citados três vezes. Os mais citados foram: Cidade Conferência Cristo Rei (34 pessoas = 21,38%); Santos Reis (16 pessoas = 10,06%); Chiquinho Guimarães (14 pessoas = 8,8%); Morrinhos (10 pessoas = 6,29%); Cidade Industrial (8 pessoas = 5,03%); Major Prates (6 pessoas = 3,77%); Esplanada (6 pessoas = 3,77%); Village (5 pessoas = 3,14%); Village II (5 pessoas = 3,14%).

Na segunda, bairros com mais problemas relacionados ao tráfico, foram citados 39 bairros diferentes, 16 citados apenas uma vez, 6 citados duas vezes, 2 citados três vezes e 4 bairros citados por quatro pessoas. Os mais citados foram Cidade Conferência Cristo Rei (37 pessoas = 23,27%); Morrinhos (20 pessoas = 12,58%); Santos Reis (12 pessoas = 7,54%); Chiquinho Guimarães (11 pessoas = 6,92%); Village II (6 pessoas = 3,77%); Major Prates (5 pessoas = 3,14%); 14 pessoas (8,8%) não responderam à esta questão; 1 pessoa (0,63%) apontou que *“o tráfico está generalizado. Tá em todos os bairros”* e também não escolheu nenhum bairro específico.

Nesta primeira fase da pesquisa exploratória observa-se que, tendo uma amostra diversificada, a mesma apresenta respostas muito próximas no que se refere ao estigma imposto ao bairro Cidade Conferência Cristo Rei. Diante de uma questão genérica, na qual não se apresenta nenhuma especificação ou detalhamento, como foi a solicitação da nomeação dos piores bairros, a amostra respondeu em sua maioria o bairro Cidade Conferência Cristo Rei, ainda que utilizando-se de justificativas diferenciadas, que vão desde a ausência de qualidade de vida, até as questões mais observáveis como são a violência e criminalidade. Por outro lado, quando se lhe apresentam um critério, tal como maior índice de criminalidade e problemas relacionados ao tráfico, a resposta observada na amostra ainda é o bairro Cidade Conferência Cristo Rei em sua maioria.

A segunda etapa da pesquisa exploratória consistiu em verificar junto aos moradores e profissionais que trabalham no bairro a percepção/presença de estigma. Tal etapa foi propícia para se perceber que a realidade apresentada por Rocha e Martins (2006) e Santos (2011) ainda se faz presente no Cidade Conferência Cristo Rei: os moradores no entorno os veem como perigosos, como ameaça diante da qual deve se ter cautela. Frases tais como “*Você vai ter coragem de ir lá?*”¹⁸ ou “*o povo de lá dá muito trabalho*” foram ouvidas em alguns momentos da pesquisa exploratória.

Os serviços ofertados no bairro ampliaram (Unidade de Saúde, Fica Vivo, ProJovem, participação da paróquia e o desenvolvimento de atividades recreativas), mas em alguns deles ainda se identifica o estigma: “*a forma como olham*”, “*a diferença social entre os moradores e as demais pessoas que frequentam*”. As queixas com relação a determinados serviços ainda permanecem: a Cemig e o SAMU não entram no bairro exceto com o acompanhamento da polícia, “*ou então tem que levar a pessoa lá na pracinha*”; “*a Cemig só entram sozinhos pra cortar a luz. Aí é rapidim*”. “*Também o carro de lixo não passa. Só uma carroça, de vez em quando.*”

As redes de relações dos jovens se estendem para além do bairro, sendo os mesmos tratados de forma “*normal*” pelos amigos de fora: “*eles já acostumaram*”. Ao mesmo tempo em que dizem do tratamento igualitário, os entrevistados percebem a presença do estigma: “*Tem uns que critica. Tem uns que acha até massa. Agora tem uns que fica colocando porém em tudo.*”

¹⁸ As frases marcadas em itálico se referem a transcrições das entrevistas realizadas.

Tem escola mesmo que não aceita menino de lá não”; *“Cê vai procurar vaga, eles falam que tem. Cê fala que é do Feijão, não tem mais*”. Citam em seguida o exemplo de escola da região onde os alunos do Cidade Conferência Cristo Rei não podem se matricular, devido o preconceito contra eles.

A falta de atenção ritualística descrita por Goffman (1988) é verificada mediante a atenção com os indivíduos de fora do bairro: *“o povo julga muito ali. O povo desvaloriza demais. Nem conhece e vai chegando e falando o que eles acham. Não é assim não! Um dia mesmo, a menina chegou em mim e falou que ‘pra entrar lá na favela tem que pagar’. Eu falei que num é assim não*”.

Um xingamento utilizado para ofendê-los é “favelado”, mas em resposta eles reforçam a sua pertença ao bairro: *“Eu não troco minha casa por onde cê mora, meu bem*”. E marcam novamente que o bairro é um bom local, com ajuda mútua, *“todo mundo ajuda todo mundo. Vai um na casa do outro*” ou ainda falando sobre os que vieram morar no bairro: *“Lá é muito engraçado. O pessoal [os moradores] é massa demais. O pessoal [os visitantes] chega fica*”.

Sobre as representações acerca do próprio bairro, o mesmo é percebido no interior como um local bom, agradável, divertido. A visão positiva do bairro se funda nas relações interpessoais de amizade, na proximidade do bairro ao centro comercial e ao Parque de Exposições, que em épocas festivas, se torna um lugar de fonte de renda para montagem de barracas e vendas. Por outro lado, mesmo diante da visão positiva, reconhece-se que o mesmo apresenta problemas, sendo que os encontrados no interior do bairro foram descritos como pertencentes a três ordens: os tiros, a Polícia e a fofoca.

“Lá é bom moço. Só a noite que cê tem que ficar ligeiro pro cê num levar bala.”; os tiroteios tendem a acontecer nos finais de semana e/ou à noite, ocasiões em que a polícia circula menos pelo bairro. *“Lá é bom, exceto pelos tiros. Só que às vezes é todo dia, às vezes o feriado é mais prolongado*”; *“Lá é bom; só não é valorizado ainda*”. Geralmente as trocas de tiros tem local marcado para acontecer e obedece certas regras ritualísticas, tal como o respeito às crianças e idosos, cuidando para que não estejam nas proximidades no momento. Estas falas trazidas pelos entrevistados são corroboradas pelos dados coletados junto à 11ª RISP, em que

as imediações dos bairros Alto São João/Cidade Conferência Cristo Rei ocupam o segundo lugar em número absoluto de crimes violentos e crimes contra o patrimônio.

A ação da Polícia, percebida como abusiva, é vista também como preconceito: *“acha que todo mundo é bandido. Pode ser homem ou mulher. Pegança de mal.”*, falando de abusos nas revistas ou ainda *“entram com toda velocidade. Nem se preocupam se podem pegar mulher ou criança”*. A Polícia entra de segunda a sexta-feira, *“só não entram nos finais de semana. Sábado e domingo cê num acha eles não”*.

Quanto à fofoca, *“muita conversa dos outros, o povo de lá conversa demais”*; *“cê tá é doido. O povo de lá conversa demais. Cê passa na rua e já vai falando o que você faz e o que você deixou de fazer. Inventam dez mil coisas que cê nem faz”*; *“Aí já começa a briga”*; *“inventam fofoca, o povo de lá é fofoqueiro”*, *“eles vê cê passando na rua com um menino e já fala que cê tá namorando, que o menino é bandido, que o menino é casado. Nem passa saber quem é o menino e já sai falando, fala que cê é rapariga, que cê é isso e aquilo”*.

Com a realização destas etapas exploratórias da pesquisa, verifica-se que as ideias de Goffman (1988), Elias e Scotson (2000) e Wacquant (2005, 2006, 2008) são pertinentes para analisar a questão do estigma presente com relação aos moradores e ao bairro, em suas duas vertentes: a estigmatização da coletividade dos indivíduos (enquanto formando categoria) quanto a estigmatização do bairro e território.

Ademais, percebem-se desde já, os primeiros indícios do que podem vir a se configurar em categorias representativas dos moradores em sua relação com o espaço do bairro: a pertença ao lugar, as relações positivas intra com demais moradores do Cidade Conferência Cristo Rei e com moradores de outros bairros, a conscientização quanto aos problemas observados, o desenvolvimento de estratégias para lidar com o estigma, enfim, toda uma série de representações, a serem investigadas na pesquisa de campo que vem sendo realizada.

3.2 Cidade Conferência Cristo Rei: delimitação do território

O bairro Cidade Conferência Cristo Rei está localizado na região leste da cidade de Montes Claros, tendo como bairros adjacentes o Alto São João, Vila Tupã, São José e o Vera Cruz,

dentre outros, sendo que até pouco tempo o bairro era considerado como parte do Alto São João. É considerado um aglomerado subnormal, a nomenclatura oficial do IBGE (2011b) para as localidades urbanas antes nomeadas como favelas.

Além do nome “Cidade Conferência Cristo Rei”, nome utilizado pelo IBGE em suas pesquisas, o bairro também é chamado de “Cidade Cristo Rei” e vulgarmente nomeado como “Feijão Semeado”, “Favela” ou “Aglomerado”, sendo comum na cidade, utilizar o termo “Feijão Semeado” para falar do mesmo. Este termo é utilizado de forma estigmatizante pela população geral da cidade de Montes Claros, ao passo que os moradores utilizam-no corriqueiramente e de forma afetuosa, se reconhecendo como moradores do “Feijão Semeado”, mas não acatam quando “os de fora” do bairro assim o nomeiam. A figura a seguir mostra uma imagem de satélite do bairro:



Figura 1: Fotografia por satélite do bairro Cidade Conferência Cristo Rei. **Fonte:** IBGE.

O Cidade Conferência Cristo Rei é delimitado pela Avenida Joaquim Sarmiento, Rua Mato Verde, Rua Maria Idalina, Rua Marciano Simões e Rua Padre Geraldo. De acordo com o IBGE, o bairro é formado por dois setores censitários, considerados separadamente no momento de trabalhar os dados levantados nas pesquisas. O número de domicílios no setor 1 é de 227 e no setor 2, 272, totalizando 499 domicílios. Do número total de domicílios em aglomerados subnormais em Montes Claros (4110 domicílios), 12,14% deles se localizam no

referido bairro. A próxima tabela apresenta os dados referentes ao número de moradores por domicílio:

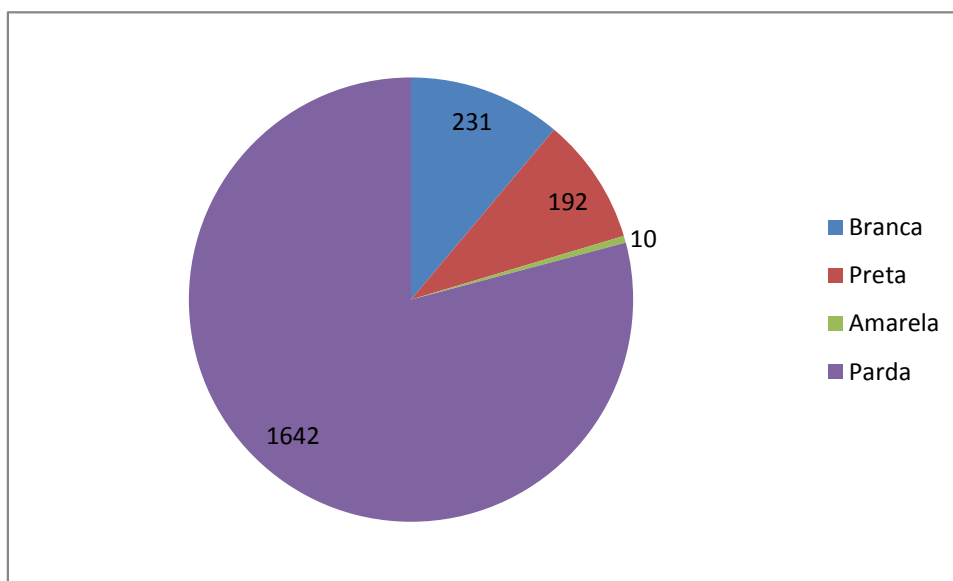
Tabela 4: Número de moradores por domicílio

Nº de moradores por domicílio	Setor 1	Setor 2	Total
1 morador	37	22	59
2 moradores	30	39	69
3 moradores	65	32	97
4 moradores	40	54	94
5 moradores	32	39	71
6 moradores	07	26	33
7 moradores	07	19	26
8 moradores	06	19	25
9 moradores	00	06	06
10 moradores ou mais	02	16	18
Total	226	272	498

Fonte: IBGE, 2010.

Como se percebe, a maior parcela dos domicílios possui de 1 a 5 moradores, sendo que a maior parte dos domicílios conta com 3 ou 4 moradores. O número de moradores do bairro totaliza 2075 pessoas, o que se refere a 13,3% da população total de pessoas residindo em aglomerados subnormais em Montes Claros (15.607). A população é, sobretudo de cor parda, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5: Cor ou raça da população do Cidade Conferência Cristo Rei



Fonte: IBGE, 2010.

O fator alfabetização verificado pelo IBGE mostra que a maior parcela da população do bairro é alfabetizada: 95,37%. A tabela seguinte apresenta os dados referentes à alfabetização dos moradores do Cidade Conferência Cristo Rei, de acordo com a variável cor/raça e por setor censitário:

Tabela 5: Alfabetização dos moradores do bairro por raça

	Setor 1	Setor 2	Total
Homens brancos alfabetizados	38	60	98
Mulheres brancas alfabetizadas	44	62	106
Homens pretos alfabetizados	31	68	99
Mulheres pretas alfabetizadas	26	53	79
Homens amarelos alfabetizados	02	04	06
Mulheres amarelas alfabetizadas	04	00	04
Homens pardos alfabetizados	295	486	781
Mulheres pardas alfabetizadas	272	534	806
Total	712	1267	1979

Fonte: IBGE, 2010.

Dados do IBGE (2010) mostram que 491 domicílios possuem abastecimento de água via rede geral e 05 domicílios possuem outra forma de abastecimento. A maior parte dos domicílios (493) possui banheiro exclusivo dos moradores e 04 não possuem nem banheiro nem sanitário de uso exclusivo. Todos os domicílios possuem coleta de lixo realizada pelo serviço de limpeza. A energia elétrica fornecida por companhia distribuidora está presente em todos os domicílios, sendo que 471 dos domicílios possuem medidor exclusivo e 27 possuem medidor comum a mais de um domicílio.

Outra fonte de dados consultada para conhecer o Cidade Conferência Cristo Rei foi a 11ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, no que se refere aos crimes contra o patrimônio e os crimes violentos ocorridos na cidade de Montes Claros. Estes dados foram consultados uma vez que criminalidade, violência e tráfico são fatores comumente associados ao bairro pesquisado. Conforme se observa na tabela seguinte, o bairro Cidade Conferência Cristo Rei é tomado nas avaliações da Polícia como sendo integrante do bairro Alto São João, que na verdade é um dos bairros adjacentes ao Cidade Conferência Cristo Rei, e no triênio 2009-2011, os bairros estiveram entre os locais montesclarenses onde mais houve ambos os tipos de crimes:

Tabela 6: Crimes contra o patrimônio e crimes violentos em Montes Claros por bairro, Jan.2009 a Dez.2011

Crimes contra o patrimônio				Crimes violentos			
Ranking	Bairro	Crimes patr.	%	Ranking	Bairro	Crimes viol.	%
1	Centro	7168	17,09	1	Centro	569	10,74
2	Alto São João	1545	3,68	2	Alto São João	201	3,79
3	São José	1350	3,22	3	Todos os Santos	194	3,66
4	Todos os Santos	1133	2,70	4	São José	167	3,15
5	Cidade Nova	1038	2,47	5	Edgar Pereira	156	2,94
.
.
170	Jardim Alegre	3	0,01	162	Jardim Olímpico	1	0,02
171	Parque Pampulha	3	0,01	163	Nova América	1	0,01
172	São Lucas	2	0,01	164	Tancredo Neves	1	0,01
173	Jardim Europa II	1	0,01	165	Vila Santa Cruz	1	0,01
174	Residencial Itália	1	0,01	166	Vila Tupã	1	0,01
-	Total	41929	100	-	Total	5299	100

Fonte: 11ª RISP, 2012.

Verifica-se na tabela 6 apresentada que o Alto São João aparece como o bairro com porcentagem mais elevada de crimes violentos e crimes contra o patrimônio. Além deste dado, observa-se ainda que tais crimes ocorrem também nas imediações do bairro: o centro da cidade e o bairro São José, o que nos permite pensar em tal região como uma das áreas de Montes Claros com intensa criminalidade¹⁹. Tal informação juntamente com sua veiculação na mídia pode ser um dos fatores explicativos para o estigma que os moradores do bairro Cidade Conferência Cristo Rei enfrentam. No entanto, os dados se referem especificamente ao local de ocorrência dos crimes, o que não necessariamente implica em que os mesmos tenham sido cometidos pelos moradores de tais locais. Como exemplo, os crimes ocorridos no centro da cidade são cometidos por moradores de diversos bairros, tanto do entorno quando de regiões mais afastadas. Neste sentido, reflexão semelhante pode ser aplicada ao caso do Alto São João/Cidade Conferência Cristo Rei.

¹⁹ Esta concentração de crimes no entorno do centro, especificamente nos bairros Alto São João/Cidade Conferência Cristo Rei, São José e Todos os Santos, se justifica na medida em que se verifica a acessibilidade elevada existente nestes bairros, sendo que os mesmos se configuram como rota de entrada a outros bairros e também são caracterizados pelo grande fluxo de pessoas nos mesmos devido, sobretudo ao comércio.

3.3 As representações no interior do bairro

As entrevistas foram realizadas com os moradores do “Feijão Semeado” no final do ano de 2013 e início do ano de 2014. As entrevistas mais recentes trazem uma diferença: se nas entrevistas exploratórias e nas iniciais, o tráfico, a violência e a criminalidade perpassam o discurso dos moradores acerca do bairro, nas mais recentes se observa uma mudança: os moradores reduziram seu falar sobre tais problemas e quando falam espontaneamente relatam da seguinte forma “*antes da Paz*²⁰...”, “*no ano passado...*”, “*agora tá tudo bem, mas antes...*”; marcando um antes e um depois na história do bairro e de suas vivências cotidianas.

No entanto, apesar da “paz” e mesmo antes dela, os moradores tiveram resistência em aceitar participar da pesquisa, sendo que alguns convidados e participantes explicitaram seu medo de retaliações, medo de que pudessem ser identificados, medo de que a pesquisa fosse para a polícia, para a prefeitura ou para suas instituições de trabalho. De forma sutil (ou nem tanto) o tráfico exerce um peso significativo na vida dos moradores, exerce um controle e vigilância que se fazem presentes mesmo nas ocasiões em que os moradores se encontram distantes dele ou não têm envolvimento com ele.

Sobre os critérios escolhidos para a realização das entrevistas observam-se algumas diferenças que valem ser pontuadas. O primeiro critério utilizado foi o de pertença geográfica a um dos lados do bairro, ou ao lado I, da Rua Juiz de Fora, ou ao lado II, da Rua Santo Inácio; vindo este critério a se mostrar como praticamente neutro no momento de representar o bairro. Ou seja, apesar do tráfico ser motivo de divisão no Cidade Conferência Cristo Rei, os moradores de ambos os lados tendem a ver os problemas existentes da mesma forma, tendem a ter afeto positivo com o bairro e também as mesmas resistências com relação à entrevista.

Sobre o fator gênero, este mostrou ser um ponto extremamente relevante para o estudo do estigma e das representações sociais durante esta pesquisa. Houve mais recusas em participar da pesquisa pelos homens do que pelas mulheres. Os homens que aceitaram participar se

²⁰ *Paz* é o significante escolhido pelos moradores para dizer da situação que vem ocorrendo no bairro no momento atual. Os moradores entrevistados este ano, 2014, falam desta paz, mas não conseguem datá-la. Ao que tudo indica, ela ocorreu no final do ano, no intervalo do Natal ao Ano Novo, e foi efetivada após tais comemorações. Em termos práticos, a paz tem significado a “união” entre as facções no sentido de evitar tiroteios, mortes, etc.

mantiveram mais calados e preferiram respostas curtas, por vezes, quase monossilábicas. Quando entrevistados na rua, os homens tendiam a adotar comportamentos mais reservados, com olhares frequentes para o que estava acontecendo em volta. Já as mulheres, mesmo na rua, se mostravam mais falantes, mais participativas, convidavam as pessoas em volta para também participarem.

O terceiro critério escolhido, o de geração, se mostrou significativo no que se refere ao item estigma. Os adultos/idosos quando relatando suas vivências de estigma, conseguiam fazer análises temporais mais extensas pontuando fatos que ocorreram há 10, 20, 30 anos. Os jovens, ao relatar o estigma, falavam de suas vivências imediatas, mais recentes e circunscritas ao próprio bairro e entorno. Ambas gerações confirmando a presença do estigma ao longo da história do Cidade Conferência Cristo Rei.

3.3.1 Avaliação das condições do bairro e o sentimento de pertença

Todos os moradores entrevistados mostraram que têm um vínculo afetivo positivo com o bairro. Relatam que “gostam” do bairro, que “cuidam” dele, que “não pensam em se mudar”, evidenciando sentimento de pertença que vai além dos problemas lá enfrentados. A primeira imagem do bairro, verificada mediante a pesquisa realizada foi esta: de um lugar bom de se viver. Os moradores dizem:

- *“Falam que o nosso bairro é favela, mas todo beco é asfaltado. Eu não considero favela. Tudo o que a gente precisa aqui tem. Aqui não tem gari, é a gente que cuida do bairro”*. E.1, mulher, lado B, 34 anos
- *“Eu adoro o bairro. Desço a rua, to na linha. Saúde. Educação, é tudo próximo. Tem projeto da Escola Técnica. Mediação. Diversão. Tudo perto. Vizinhaça: sempre um cuida da vida do outro, o que é bom e também ruim”*. E.5, mulher, lado B, 65 anos
- *“O bairro é bom, fica no centro da cidade, o hospital é perto, supermercado é perto, é o melhor bairro, gosto e quero viver até a morte, até o final”*. E.11, homem, lado A, 52 anos
- *“O bairro é bom, moço. Mas é muito falado. Falado assim: ‘Lá é favela’. O ruim é isso. Não fosse isso... Mas é igual diz, por causa de uns, todos pagam”*. E.12, homem, lado A, 68 anos

- *“Eu gosto daqui. Sempre gostei. (...) Bairro é bom porque é central. Tem PSF que funciona legal, bacana, super bem. Os tiroteios daqui que eram ruins. Acabaram; não vejo porque mudar daqui”*. E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“É bom; gosto de morar aqui”*. E.4, mulher, lado A, 20 anos
- *“Próximo ao centro, não precisa tomar lotação, dá pra circular a pé mesmo”*. E.9, homem, lado A, 24 anos
- *“É um bairro normal, gosto de morar aqui”*. E.13, homem, lado B, 35 anos
- *“Tudo o que tem em outros bairros, tem neste. Não é melhor nem pior que os outros”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos
- *“Bairro bom de morar. Acho bom. Não é muito ruim não. Gosto de morar aqui”*. E.14, homem, lado B, 19 anos
- *“É um lugar bom pra arrumar serviço. Fica mais perto do serviço, pra trabalhar. Uai... que eu vejo de coisa boa aqui é que tem muito projeto, tipo Fica Vivo! Tem coisa demais aqui dentro”*. E.6, mulher, lado A, 24 anos

Estes recortes das falas mostram justamente este apego que os moradores construíram com seu local de residência. É interessante observar que tais falas se repetem em praticamente todas as entrevistas e independem do tempo de residência no bairro: tanto os moradores que mudaram recentemente (menos de 1 ano) quanto os que lá residem há muito tempo (há moradores que residem há mais de 40 anos no Cidade Conferência Cristo Rei) dizem de seu local de residência com este afeto.

3.3.2 O negativo do bairro

Apesar do afeto e do cuidado que os moradores têm com seu local de residência, os mesmos conseguem adotar distanciamento necessário para analisar criticamente sua realidade. Assim é que, nesta categoria, englobam-se os problemas tomados aqui como “o negativo do bairro”; aquelas características que o fazem ser visto como ruim e que dificultam inclusive o próprio desenvolvimento social do mesmo. A falta de opções de lazer, o excesso de violência, a atuação policial abusiva, são fatores assinalados como negativos.

Aspectos básicos, tais como limpeza urbana, calçamento das ruas e rede de esgoto são mostrados como faltosos. Ainda que tenha havido a “Paz” recentemente, os moradores

(mesmo aqueles entrevistados este ano) se mostram receosos, duvidosos de que esta paz seja duradoura. A violência, tráfico e criminalidade se fazem presentes; e ainda que sem os tiroteios, assustam. Tais problemas enunciados pelos próprios moradores aparecem transcritos abaixo:

- *“Sei lá. Muita violência. Agora não; melhorou um pouco. A gente não sabe nem explicar. Acho que se tivesse união entre os jovens era melhor”*. E.3, mulher, lado A, 56 anos
- *“Pra falar a verdade, eu não vejo nada [de bom]. Só nós seres humanos”*. E.5, mulher, lado A, 20 anos
- *“É fácil. Violência. Falta uma quadra. Área de lazer. (...). Áreas precisando capinar. Aqui tem muito escorpião, cobra e rato”*. E.5, mulher, lado B, 65 anos
- *“Aqui só a área de saúde não funciona bem, falta medicamentos... mas o resto está bem”*. E.6, mulher, lado A, 24 anos
- *“Não tem muita coisa boa aqui não. Tem a praçinha, a Escola Técnica aqui, só isso aqui perto”*. E.9, homem, lado A, 24 anos
- *“A negativa você tá vendo, olhe aí a rua cheia de lixo, sem calçamento”*. E.13, homem, lado B, 35 anos
- *“Negativas tem várias, né. Mas... Um tanto de coisas... Pula essa aí.”* E.10, homem, lado A, 18 anos
- *“Condições fracas de atendimento nos PSF’s e falta de conforto por agressões da polícia”*. E.15, homem, lado B, 37 anos
- *“Os policiais forjam muitas pessoas que não tem nada a ver”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos
- *“Antes não tinha nada. Não tinha água. Não tinha luz. Não tinha nada. Melhorou. Mas de uns 15 anos pra cá não melhorou foi nada. Muito buraco na rua, lixaiada na rua, os trem tudo sujo”*. E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“De ruim que eu vejo aqui é só as ruas mesmo. As ruas tudo esburacada. Carro não passa. Tem umas ruas ali pra baixo mesmo que eu vou te falar, viu. Tem umas ruas que carro não passa não, tem outras que até passa mas os buracos tão só crescendo”*. E.14, homem, lado B, 19 anos

A ausência de serviços básicos, tais como limpeza urbana e opções de lazer no próprio bairro são comuns nas falas; ao passo que educação e saúde são mais dependentes da percepção de cada um. Há aqueles que o apresentam como algo positivo (categoria anterior) e há os que dizem que o bairro é carente no que se refere a serviços de saúde, pontuando tal aspecto como algo a ser mudado.

3.3.3 O tráfico de drogas

O tráfico, violência e criminalidade são fatores tomados como característicos do bairro. Os dados apresentados pela 11ª RISP, bem como a enquete realizada no centro de Montes Claros, relatam uma visão de fora que apontam os três problemas como presença forte no Cidade Conferência Cristo Rei. Dentro do bairro os moradores não discordam de tal visão, reconhecendo que de fato são característicos, contudo, afirmam que os mesmos problemas estão presentes em outros espaços da cidade e em outras cidades.

- *“Geralmente, em todo o Brasil, Bolívia, todo lugar tem tráfico. Não há policiais, delegados, presidente da república que corte este tráfico. Isto não tem finalização. O tráfico já vem de fora, não acaba nunca não”*. E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“Ninguém concorda com isso. Tudo que prejudica o ser humano ninguém concorda. (...) Não tive problemas com o tráfico, só quando vende na porta que eu brigo, que atrapalha. Não tem queixa contra eles”*. E.5, mulher, lado B, 65 anos
- *“Tem mesmo. [tráfico, problemas]. Com a guerra, todo dia atirava... não está tendo tiro mais. Está mais tranquilo”*. E.11, homem, lado A, 52 anos
- *“Antigamente tinha o tráfico e a violência. Agora os meninos tão numa tal de paz aí, ficou bom. Tinha medo de sair pra trabalhar a noite, tinha risco demais, medo de sair. Olha o tanto de tiro aí... Eu saindo de madrugada, olha ali onde o tiro pegou”*. E.12, homem, lado A, 68 anos
- *“O povo vai muito pela cabeça das pessoas. É preciso entrar pra saber como é, não tem nada de mais”*. E.8, mulher, lado B, 18 anos
- *“Nada. Tá tudo tranquilo”*. E.14, homem, lado B, 19 anos
- *“Eu num vejo tráfico aqui não. Violência a gente até vê. Umas brigas, mas tráfico aqui não vejo”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos

- *“O nosso bairro não é o primeiro nem o último; não abrimos porta pra ninguém. Estamos expostos. Resumindo, está em todo lugar do Brasil. Talvez a falta de oportunidade ajudou a aumentar mais”* E.1, mulher, lado B, 34 anos

A presença do tráfico no bairro criou um linguajar próprio: guerra, paz, Faixa de Gaza. A guerra se refere ao período histórico de desavenças entre as facções rivais, resultando em tiroteios, mortes, brigas, sobretudo, na *Faixa de Gaza*, uma das ruas do bairro, tomadas como epicentro dos conflitos entre as facções. A Paz se refere a uma mudança recente, na qual os líderes se uniram para manter o bairro em tranquilidade.

3.3.4 Desejo de mudança e melhores condições de vida e do bairro

Paralelamente ao tráfico, há uma série de problemas pontuados pelos moradores, ou uma série de “faltas” que os mesmos apresentam, demandando “mudanças”, “melhorias no bairro” ou “melhoria de vida”. Estas demandas foram formuladas tanto explicitamente, quando os entrevistados viam o entrevistador como um possível mediador com as instituições, ou formuladas implicitamente, quando apenas situavam a falta existente.

- *“Penso em melhoras. Melhoras pro bairro. Tá precisando melhorar mais um pouco. Abrir a associação ali de novo. Por um posto médico lá”*. E.1, mulher, lado B, 34 anos
- *“Falta mesmo aqui é uma área de lazer. Prédio da associação podia ser um PSF ou posto policial”*. E.13, homem, lado B, 35 anos
- *“Eu queria é mudança; é bem feitoria no bairro e continuar esta paz. Que foi Deus. Queria primeiro melhoria nas ruas; rede de esgoto, boca de lobo; vocês que estudam na UNIMONTES, cursos de teatro, artes, essas coisas assim, eu acho que era bem vindo pro bairro. (...) Minimizava até fazer coisa errada”*. E.3, mulher, lado A, 56 anos
- *“Falta uma quadra. Área de lazer. A linha tem um espaço enorme. Desperdiçado. Cheio de lixo, podia tá limpa. Podia ter um parquinho pras crianças divertirem”*. E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“Fazer um campo; uma escolinha de futebol. Já tá tirando os meninos da rua”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos

- *“Põe um barzinho, fecha; põe uma mercearia, fecha; (...). Podia ter uns cursos aqui”*. E.4, mulher, lado A, 20 anos
- *“Podia ter clube aqui perto, e não tem”*. E.10, homem, lado A, 18 anos
- *“A gente pensa tudo de bom. Mas que é difícil é. Em melhoras”*. E.1, mulher, lado B, 34 anos

A reivindicação maior é na área de lazer, pontuada como aspecto faltoso pela maior parte dos moradores. Algumas instituições, tais como Prefeitura, Fica Vivo! e UNIMONTES, são chamadas a oferecer cursos, atividades artísticas, culturais e de lazer; são solicitadas a criação de quadras e campos de futebol. Aspectos tais como limpeza urbana, estabelecimentos de saúde e policiamento também são citados.

3.3.5 As relações interpessoais

Esta categoria foi feita com base numa pergunta realizada aos entrevistados sobre a circulação de outras pessoas no bairro e sobre a circulação dos próprios moradores do Cidade Conferência Cristo Rei em outros bairros. Inicialmente os moradores disseram que os visitantes são bem-vindos, desde que não estejam relacionados com o tráfico, que não tenham dívidas:

- *“Visitantes são bem recebidos, tem uma circulação tranquila, não tem briga, não tem confusão”*. E.11, homem, lado A, 52 anos
- *“Tranquila. Todos podem. Na guerra, só podia quem não tinha envolvimento; só pra comprar drogas. As envolvidas com tráfico é diferente”*. E.13, homem, lado B, 35 anos
- *“A circulação de outras pessoas é tranquila, acontece normalmente. As pessoas têm preconceito mas quando entram não vêem nada demais”*. E.4, mulher, lado A, 20 anos
- *“Tranquila, desde que não estejam devendo nada a ninguém”*.
- *“Não circulam em função da ação da polícia”*. E.8, mulher, lado B, 18 anos
- *“Agora tá [podendo circular pessoas de fora no bairro]. Antes até a gente que morava aqui tinha receio. Não é porque tinha algo contra a gente, mas a gente tinha receio”*. E.5, mulher, lado B, 65 anos

- *“Tipo assim... agora tá podendo. Porque antes eles tinham esse negócio de guerra. Agora tá tranquilo porque eles [os traficantes] se uniram”*. E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“Eu concordo com eles. Antes era muito violento. Entregas, comércio entra. Veterinários entram. São as instituições que não entram. Prefeitura não entra. Fica Vivo! tem muito cuidado, as oficinas de lá são fora, aqui dentro não tem nada. Era arriscado entrar mesmo. Eu não entraria”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos

Parte dos moradores disse que o trânsito de outras pessoas no “Feijão” era possível, mas restrita, devido aos problemas com a criminalidade e o tráfico. A circulação dos moradores em outros bairros segue a mesma lógica: os moradores do Cidade Conferência Cristo Rei podem circular livremente pela cidade, desde que não estejam em dívida com o tráfico. Um aspecto citado por um dos entrevistados foi a inexistência de opções acessíveis de lazer na cidade, não apenas no bairro, e também os altos preços das que ocorrem, o que dificulta o trânsito pela cidade.

- *“Sou bem recebido em todos os bairros, todo o centro da cidade em que ando sou bem recebido, nunca tive briga, divergência, nem nada”*. E.12, homem, lado A, 68 anos
- *“Agora sim. [transitar pela cidade]. Antes tinha medo de ir em outros bairros. Porque tinha guerra. Aí tinha medo de ser confundido”*. E.14, homem, lado B, 19 anos
- *“Transito livremente pela cidade. Menos em dois bairros, por motivos pessoais: dívidas”*. E.16, homem, lado B, 21 anos
- *“Eu vou... Cidade Industrial, Major Prates, Independência, os bairros tudo em geral... Visitar minha mãe, sair pra curtir, tomar uns goles, farrinhas...”*. E.10, homem, lado A, 18 anos
- *“Vou fazer feira. Compras. Supermercado. Roupas. Reuniões escolares. Muito difícil sair, ir em festa. Show só no parque de exposições. Pra falar a verdade em Montes Claros não tem quase nada pra gente se divertir. Só o cinema e é caro. Ficar em casa ganha muito mais”*. E.6, mulher, lado A, 24 anos

3.3.6 O estigma

O estigma é algo que os moradores reconhecem como presente em suas vidas sendo que atualmente relatam estar menos frequente que há algumas décadas. Alguns moradores, por outro lado, afirmam nunca terem sido discriminados pelo seu local de residência. Esta categoria foi a que os moradores mostrou maior facilidade para falar sobre.

- *“Lá fora, bastante! Emprego. Chega num lugar, faz a entrevista, ‘gostei de você’. Chega na ficha que tem que preencher bairro e eles já falam que preencheram a vaga. Teve uma época que ninguém conseguia emprego”*. E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“Aqui o povo não vem muito aqui por conta de preconceito, de favela, não sei o quê. Mais em vista disso aí”*. E.9, homem, lado A, 24 anos
- *“Na faculdade, teve um problema. Eu tô andando, ao invés dele me chamar pelo meu nome, não, ele grita: ‘Ou, ou, ou do Feijão!’ e eu passei por ele e fingi que nem conhecia e aí eu fiquei um tempão sem conversar com ele. Tem a brincadeira que eles fazem do helicóptero que passa aqui em cima e que eles chamam de arroz”*. E.1, mulher, lado B, 34 anos
- *“Falam que não pega bem eu falar que eu sou daqui. Que vai me atrapalhar profissionalmente. Ah, mas eu aí penso: eu nasci aqui, eu cresci aqui, ah...”*. E.4, mulher, lado A, 20 anos
- *“Já tive namorados que não queriam que eu morasse aqui. Que queriam pagar aluguel fora. E um [...] que não podia vir aqui, que não tinha coragem de vir”*. E.1, mulher, lado B, 34 anos
- *“Tinha que dar o endereço de outro bairro. Eu vendia Avon, tinha que pegar no Esplanada, porque o carro não entra aqui. Quer mais? Mototáxi não entra aqui. O preconceito é feio. A começar pelo SAMU. SAMU só entra aqui se vier a polícia. Preconceito tá na saúde. O bombeiro é o único que entra aqui”*. E.3, mulher, lado A, 56 anos
- *“Ah, já! Mototáxi. Eles tipo tiram. Cê pede pra vir e eles não vêm. Falam que tem medo: ‘não vou, não’. Os taxistas também não vêm”*. E.10, homem, lado A, 18 anos
- *“Eu falo São João. Nem que não é. Esse bairro tem tanto nome que a gente nem sabe”*. E.8, mulher, lado B, 18 anos

- *“A gente fala assim do trabalho, mas não é só no trabalho. Mesmo na brincadeira num lugar a pessoa fala ‘mora na favela’. Eles não sabem falar assim ‘Cidade Conferência Cristo Rei, São João’. Eles falam tipo numa gozação, ‘favela’. A gente vai levando, mas que é chato é. Uns falam favela, outros falam Feijão Semeado”*. E.15, homem, lado B, 37 anos
- *“Aonde é que fala que é favela não valoriza a gente não. Até de nome... você vai arrumar um emprego, e falam: ‘Cê mora não é perto da escola técnica não?’ Cê fala ‘É’. Acaba o valor da pessoa”*. E.14, homem, lado B, 19 anos
- *“Acontece em trabalho mesmo. As colegas da gente mesmo falam assim. Que nada cê mora é dentro da favela. Quando a gente fala que mora no Alto São João eles falam: ‘Que nada cê mora é na favela do Alto São João’. A gente faz de conta que não está nem escutando”*. E.6, mulher, lado A, 24 anos
- *“No serviço. Procurando serviço; falei que era daqui. Ia pegar, entendeu? Depois falou que era daqui...”*. E.14, homem, lado B, 19 anos
- *“Já. A polícia fala que a gente é bandido. Perseguido. Falando que a gente é bandido. Tipo até forja. Comigo nunca, mas com amigos meus já”*. E.16, homem, lado B, 21 anos
- *“Não, até hoje graças a Deus não. Estou muito bem.”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos
- *“Quem discrimina a gente aqui é a polícia. Eles não querem saber quem é marginal ou não, agridem todos pela rua. Muitas pessoas também tem medo da gente quando se fala que é do Feijão, não querem conversa. Mototáxi também tem medo de entrar aqui, tem os horários em que circulam, em outros te deixam na metade do caminho, por medo”*. E.16, homem, lado B, 21 anos

O estigma se manifesta mediante preconceito, piadas discriminatórias, abuso da atuação policial, uso de apelidos para se referir ao bairro ao invés do nome e também por ações tais como a recusa em ir até o bairro (instituições, serviços, mototáxis, etc.) e a dificuldade em conseguir emprego ao dizer o local de residência. As respostas dos moradores são de diversas ordens: dizer-se morador de outro bairro, fingir que não escutou o que foi dito, adoção de postura de indiferença com o agressor, dentre outras.

3.3.7 O “Feijão” X Outros bairros

Em comparação com os outros bairros de Montes Claros, o Cidade Conferência Cristo Rei é visto ora como mais precário, ora como da mesma forma, ora como melhor do que os demais. De certa forma, nesta categoria se reafirma o sentimento de pertença ao se comparar e olhar positivamente para seu lugar.

- *“Já morei em vários bairros: Bonfim, Santa Efigênia, São Judas, Maracanã, Renascença, Cristo Rei, (...) Me mudei pra cá pra constituir família. (...) Os outros bairros tem lojas, supermercados, shoppings e presidente que assumem a possibilidade de levar benefícios; coisas que o Cristo Rei não possui, em especial um presidente que leve benefícios. Falta prefeito que se preocupe com a classe pobre”.* E.5, mulher, lado B, 65 anos
- *“Diferença alguma”.* E.11, homem, lado A, 52 anos
- *“Uma coisa só: tudo favela”.* E.14, homem, lado B, 19 anos
- *“É muito notório. As ruas largas, o pessoal não fica na porta da rua. A polícia não fica 24h perturbando. Monitoramento agora é pelo face”.* E.1, mulher, lado B, 34 anos
- *“Bairro menor. Os outros são maiores”.* E.4, mulher, lado A, 20 anos
- *“Eu olho tudo para morar num bairro: comércio, Xerox, mercearia, eu olho tudo isso. Depois a distância. Quanto eu vou gastar. Primeiro saúde, educação e urbanização. O Ipiranga por exemplo, é enorme. Sem lugar pra tirar Xerox, sem frutaria, falta praça.”* E.2, mulher, lado A, 43 anos
- *“Tranquilos. Não mexo com ninguém e ninguém mexe comigo. Não sei explicar diferenças. Não vou em outros para poder conhecer e explicar melhor”.* E.9, homem, lado A, 24 anos
- *“Fica mais perto do centro. Não vejo outra”.* E.10, homem, lado A, 18 anos

O sentimento de pertença com relação ao local de residência faz com que os moradores busquem se identificar com o panorama urbano, de forma positiva. A maior parte dos moradores em cada um dos subgrupos acredita que o local de residência é um local agradável, incluído na cidade e pensam-no como necessitando de melhorias.

3.3.8 A cidade

A cidade de Montes Claros, tomada como parâmetro para comparações pelos moradores, é vista como uma cidade boa para se morar. Entretanto, após o comentário inicial que afirma a pertença à cidade, os moradores se dedicam a sinalizar o que de errado há, demonstrando aspectos a serem modificados e/ou os problemas existentes.

- *“Cidade boa para morar, mas marcada por muitos homicídios, tráfico e outras coisas ligadas ao tráfico”*. E.9, homem, lado A, 24 anos
- *“A cidade de Montes Claros não tem prefeito que cuide dela. Ele cuida do bairro em que mora, mas a cidade fica jogada, cheia de buracos, cheia de lixo, falta iluminação, esgoto, cuidado”*. E.3, mulher, lado A, 56 anos
- *“Cidade boa de viver”*. E.7, mulher, lado B, 21 anos
- *“Cidade boa. Nada a reclamar dela não”*. E.10, homem, lado A, 18 anos
- *“Eu gosto daqui, mas... as ruas do centro são piores que uma favela. Muito estreitas. Uma colega do Rio esteve aqui e falou que aqui parece a Rocinha do Rio...”* E.1, mulher, lado B, 34 anos

Os moradores entrevistados percebem a cidade de Montes Claros de forma semelhante a que perceberam seu local de residência: reconhecem que há aspectos positivos, mas em seguida sinalizam os pontos falhos. Esta forma de dizer da cidade mostrando uma aproximação com o bairro permite ver discursivamente que os moradores se sentem com relação à cidade da mesma forma que veem seu bairro.

3.4 Síntese analítica

O estudo das representações sociais foi feito tomando a articulação proposta por Guareschi (2000), uma vez que se tomaram as cognições individuais, os indivíduos entrevistados um a um, ainda que referenciados a um contexto social macro e articulou-se na forma de texto as falas formais (entrevista estruturada, em profundidade) e informais (conversas que surgiram durante as entrevistas, participações informais de terceiros), conforme o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Modos e meios das representações

Meios (médium) / Modos (mode)	Gestos, rituais, movimentos, etc.	Texto	Imagem	Som
Hábitos, costumes				
Cognições individuais		X		
Comunicação informal		X		
Comunicação formal		X		

Fonte: Guareschi, 2000, p.253

Mediante a transcrição das falas e concomitante análise, e como se percebe pelos recortes das falas dos moradores, o bairro Cidade Conferência Cristo Rei é visto de maneira positiva, ou seja, os problemas identificados não influenciam negativamente a visão de seu local. Pode-se dizer, de forma similar, que a imagem negativa também não influi na imagem positiva, ou seja, coexistem as duas imagens do bairro, enquanto local bom pra se viver, de vínculos familiares e sociais e a imagem negativa, como lugar perigoso, de tráfico de drogas e que todos devem ficar silenciados.

Este bairro, comumente chamado de “Feijão Semeado”, “favela”, “aglomerado”, “comunidade”, ou mesmo por nomes próprios que não lhe pertencem, tais como Alto São João, apresenta população residente que se preocupa com o bairro, que mesmo diante dos problemas se dedicam a defendê-lo e a lutar contra o estigma que por vezes marca suas vivências. O próprio apelido dado ao bairro se por um lado traz o negativo do estigma, traz, por outro, o positivo da colheita, da fartura, do plantio. Feijão semeado é lavoura que se apresenta para a colheita, que se apresenta enquanto possibilidade de vida, de um saber fazer com o que insiste em se mostrar (o estigma) e com aquilo que não se mostra e pelo qual os moradores lutam (reconhecimento).

Embora não se tenha mensurado por esta pesquisa o grau de coesão social da comunidade, as respostas apresentadas pelos moradores entrevistados denotam que há uma organização a nível afetivo, de reconhecimento enquanto parte do local, inclusive podendo aumentar a satisfação, mobilização e participação dos moradores em ações que beneficiam o seu local de residência, conforme mostra Elvas e Moniz (2010). Para elas, o sentimento de pertença se

relaciona com as relações que se estabelecem a nível micro e com a rede de suporte que se forma. Juntamente com isso há também uma identidade com o bairro, que se inter-relaciona com o sentimento de pertença e dá a configuração final sobre a forma como os moradores se sentem com relação ao seu local de residência.

Esta vinculação afetiva, identitária e de pertença foi vista no momento das entrevistas tanto na fala em si (conteúdo), mediante o uso de verbos e expressões tais como “gostar”, “cuidar”, “tudo de bom pro bairro”, “penso em melhoras”, quanto na forma de falar, de se posicionar diante da entrevista: alguns moradores chamaram transeuntes para se juntarem e também responderem, ou convidavam seus familiares para auxiliar nas respostas e para participarem, de forma que em algumas entrevistas ouvem-se muitas vozes falando ao mesmo tempo, dificultando isolar a fala do entrevistado inicial.

“A melhoria da qualidade e satisfação de vida percebida através do sentimento de pertença a uma comunidade é directamente influenciada, por componentes específicas e dominantes da vida, como a *família*, os *amigos*, a *escola*, o *próprio*, os *vizinhos* e o *bairro*” (ELVAS; MONIZ, 2010, p.462), sendo que o sentimento de pertença é um componente do sentimento de comunidade, e favorece maior sentimento de controle e influência sobre o grupo, de modo a satisfazer as necessidades demandadas. As entrevistas no Cidade Conferência Cristo Rei, mesmo tendo sido realizadas em datas e locais diferentes, apresentam fio condutor comum verificado nas respostas dos moradores que demandaram maior atuação institucional (Prefeitura, Ministério Público, Fica Vivo!, Mediação, Escolas, UNIMONTES, etc.) para sanar as necessidades verificadas por eles no seu cotidiano: limpeza urbana, instalação de rede de esgoto, implantação de áreas de lazer, realização de atividades culturais e esportivas, implantação de estabelecimentos de saúde e policiamento dentro do bairro.

Estes aspectos, de certa forma, vão ao encontro do que é esperado para espaços sociais marcados pela estigmatização territorial, como é o caso do “Feijão Semeado”. Wacquant (2006) postula a dissolução do conceito de lugar e a formalização da noção de espaço como uma característica forte dos lugares depreciados. O sentimento de pertença observado no bairro estudado mostra que permanece firme o apego dos moradores com seu local de residência, com suas redes de solidariedade lá estabelecidas (amigos e familiares), quase não havendo a depreciação lateral, onde os moradores se engajam num processo de depreciação mútua. Nas entrevistas exploratórias e em uma das entrevistas foi citada a fofoca como um

fator negativo. No entanto, embora este seja um dos mecanismos de estigmatização que Elias e Scotson (2002) tratam e que faça parte da depreciação lateral que Wacquant (2008) assinala, parece que no caso do Cidade Conferência Cristo Rei, tais situações ocorrem em apenas algumas relações, não sendo ponto forte e característico das pessoas do bairro em questão.

Moreira e Hespanhol (2011, p.53), na mesma esteira que Wacquant (2008), apresenta o lugar como “a base da reprodução da vida”, analisável através da tríade habitante-lugar-identidade, pelos processos de globalização X local, e se configurando em palco das vivências, das construções e dos acontecimentos em sua dimensão real. Nesse sentido, “se torna fundamental considerá-lo [o lugar] como uma construção tecida por relações sociais no espaço vivido, garantindo uma rede de significações e sentido, tecidos pela história e cultura” (p.53). Portador de múltiplos sentidos, o lugar, no caso o Cidade Conferência Cristo Rei, passa pelo colorido individual, mas que se faz em articulação com o macrossocial, com o que é da ordem do global. Outra característica trazida pelos autores é que o lugar permite a copresença, a interação com dinâmicas de conflito, de mudança.

A dimensão de conflito observada no “Feijão Semeado” se deve à presença marcante do tráfico de drogas, que tanto coloca os moradores uns contra os outros (sobretudo, os envolvidos diretamente com a criminalidade), dificultando o trânsito de parte deles pelo bairro e pela cidade, quanto favorece o aumento do estigma historicamente verificado com o bairro.

Dados apresentados pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS, 2009) apontam para um número elevado de crimes circunscritos em determinadas áreas das cidades relacionados ao tráfico em áreas de risco, o que impossibilitam a circulação de alguns jovens por determinadas áreas da cidade. Tal fato é o que possibilitou a criação da política pública de segurança no estado, sendo que Montes Claros foi uma das escolhidas devido ao elevado índice de criminalidade. O bairro Cidade Conferência Cristo Rei foi um dos que recebeu o Núcleo de Prevenção à Criminalidade, tendo sido implantando no ano de 2008.

Os conflitos com relação ao tráfico fizeram com que o bairro fosse dividido em duas facções (ROCHA; MARTINS, 2006; SANTOS, 2011), divisão corroborada na fala dos entrevistados. Divisão esta que se por um lado, secciona o bairro em duas partes principais e em mais outras subdivisões (as “bocas” e becos), por outro não interfere nas imagens do bairro. Como se verifica nas falas dos entrevistados, as representações sociais, as imagens de si que eles

configuraram pouco foi afetada pela divisão territorial dentro do bairro. É certo que a questão do poder é central para a discussão sobre os territórios. Inclusive, Souza (1996, p.80) propõe a seguinte definição

um território corresponde, essencialmente, a um espaço “recortado”, delimitado segundo relações de poder. Isto é, um território define-se enquanto tal como sendo o espaço de exercício de um poder (estatal ou não). A *territorialização* de um espaço por um determinado poder equivale ao seu controle por este.

Souza (1996) aponta que a apropriação de favelas pelo crime organizado, pelo tráfico encontra nestes locais pontos de apoio e refúgios ideais devido ao ordenamento espacial lá verificado: geralmente são locais de ruas estreitas, estrutura espacial labiríntica e alta densidade populacional. Além disso, sua presença se faz forte na medida em que o Estado se retira, mediante a diminuição dos investimentos sociais. Tais locais passam do estigma de “antro de marginais”, “pobres” e “vagabundos” para o de “desordeiros” (da ordem pública, territorial) e seus moradores vistos como “coniventes” com o crime.

A situação se complexifica quando se observa que o crime é visto de fora como fator de desordem, mas, internamente no bairro, o mesmo pode ser visto como organizador, ordenador, não apenas do território, mas também dos modos de vida que lá se estabelecem. Mais complexo ainda se faz mediante a inserção de outros poderes neste contexto: o poder dos moradores, o poder dos grupos sociais/associações, o poder da Polícia (que no caso do “Feijão Semeado”, tem se feito pelas entradas no bairro, pelas abordagens aos moradores e pelo monitoramento virtual assinalado em uma das entrevistas “pelo face²¹”), o poder das instituições, etc. que coaduna com a ideia dos micropoderes relatados por Foucault (1979, 2004) quando fala do poder de cada um e do poder por intermédio da resistência.

Assim, o território do bairro Cidade Conferência Cristo Rei, pode ser visto de maneira multiescalar²² e multidimensional, verificável pelos múltiplos poderes que nele influenciam e também numa temporalidade que não é pela via da continuidade (COELHO NETO, 2003).

²¹ Em uma das entrevistas, o morador afirma que a polícia agora está fazendo o monitoramento do bairro também pelo facebook, utilizando esta rede social para buscar datas e locais de festas, pontos de encontro e organizações que os moradores estejam fazendo.

²² Este conceito implica em considerar três características básicas para os territórios: i) flexibilidade, ii) descontinuidade e superposição. Já o conceito de multidimensionalidade implica em considerar as múltiplas dimensões do território e do poder: dimensão material, imaterial, político-econômica, cultural-simbólica, consideração pelo papel das representações, valores, sentimento de pertença, pelas construções, desconstruções e reconstruções (COELHO NETO, 2003).

Este quadro representativo do bairro até então demonstrado, que perpassa pelo sentimento de pertença, configurando a ideia de lugar, mesmo diante do tráfego e demais problemas sociais verificados no bairro, se constituem em uma faceta do Cidade Conferência Cristo Rei. Dois aspectos ainda se fazem necessários ressaltar: o estigma e a relação dos moradores com a cidade da qual fazem parte.

Sobre o estigma, os moradores registram-no como algo que faz (ou fez) parte do seu cotidiano. O estigma de morar no “Feijão Semeado” é verificado mediante a falta de tratamento ritualístico que Goffman (1988) refere ser comum às relações sociais, um respeito que é ministrado ao seu grupo de iguais e que, considera-se que o morador do bairro é indigno dele. É verificado em privações objetivas, tais como a negação do emprego, também descrita por Goffman (1988) e Elias e Scotson (2000) como uma forma de cerceamento às oportunidades por um grupo. O estigma se mostra mediante a utilização de termos pejorativos, discriminatórios, vexatórios, apresentados inclusive no espaço público.

Apesar da presença marcante do estigma, os moradores conseguiram formalizar uma identidade vinculada ao bairro e apresentam sentimento de pertença ao mesmo. Obviamente esta vinculação não se faz de maneira perfeita, a ponto dos moradores se sentirem valorizados e reconhecidos por residirem em tal local. Até mesmo porque o estigma sempre ocorre fora do bairro (o bairro e as relações de vizinhança servindo como fonte protetiva, relatada por Goffman, 1988), em outros ambientes da cidade, em outros contextos e bairros.

Esta estigmatização vinda de fora não impede os moradores de circularem livremente pela cidade e da mesma forma que representam a si mesmos também representam a cidade. As representações sociais marcadas pelo imaginário do “gostar” também se faz presente ao dizer da cidade de Montes Claros e dos outros bairros. É um gostar que permite ver que há pontos falhos também nos outros espaços da cidade e que, assim como o seu “lugar”, também carecem de atenção do poder público.

CONCLUSÃO

Este trabalho, organizado em três capítulos, apresentou um percurso de pesquisa que vai desde os aspectos teóricos até os empíricos. O primeiro capítulo consistiu na apresentação das ideias dos teóricos acerca do estigma, iniciando-se por Goffman (1988) e seus posteriores leitores, Elias e Scotson (2000) e Wacquant (2005, 2006, 2008), que propõe a adjetivação “territorial”. São elencadas as contribuições de cada um deles e as principais características do estigma, que se fazem presentes ainda hoje, deixando marcas depreciativas em pessoas e territórios. Realizou-se interlocução teórica entre o desenvolvimento, sobretudo o socioespacial, com os estigmas e com questões tais como poder e desigualdades sociais, que são importante substrato para as relações sociais de espaço. O segundo capítulo focou na apresentação da Teoria das Representações Sociais. Aqui também se fez um esforço teórico de buscar diversos autores que tratassem da temática, sendo que o foco foi dado à obra de Moscovici (1989, 1995, 2012) e Jodelet (199), os quais mostram que a representação social é formada pelo saber do senso comum, o saber cotidiano, por vezes desvalorizado, mas portador de grande riqueza e possível de ser verificado nas crenças, opiniões, imagens, na comunicação cotidiana, nas produções artísticas, dentre outros. Neste capítulo buscou-se ainda estabelecer as contribuições das Ciências Sociais e da Psicologia/Psicanálise para o desenvolvimento da teoria das representações sociais, bem como articular esta com a questão do espaço urbano, do estigma e do poder. O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, os dados coletados e a análise e discussão dos mesmos, mediante a apresentação de gráficos, tabelas e recortes de falas dos moradores do Cidade Conferência Cristo Rei, ilustrativas de cada categoria, sendo que, o estudo de representações sociais, espacialmente focadas em um território estigmatizado, apresenta conclusões significativas, tais como o poder que o tráfico de drogas exerce no território, a coexistência de visão positiva e negativa dos moradores quanto ao bairro, o forte sentimento de pertença, desejo de mudança das condições de vida e do bairro, a presença (histórica) de estigma e uma aproximação (física e subjetiva) ao espaço urbano de Montes Claros.

Levantou-se inicialmente os seguintes objetivos *i)* Identificar a representação que os moradores de um bairro estigmatizado, o Cidade Conferência Cristo Rei, popularmente conhecido como “Feijão Semeado”, têm com relação ao seu lugar de residência e às suas relações interpessoais neste contexto; *ii)* Identificar as representações que os moradores

fazem de seu lugar, de seu bairro no que se refere aos aspectos positivos e negativos; *iii*) Problematicar a questão do estigma junto aos entrevistados de modo a identificar suas percepções acerca do mesmo, e *iv*) Compreender as relações interpessoais dentro do bairro e com os demais espaços da cidade.

Tais objetivos foram operacionalizados da seguinte maneira: realização de levantamento teórico acerca dos núcleos conceituais da pesquisa (estigmas, representações sociais, território/espaço/lugar, poder, desenvolvimento, dentre outros), coleta de dados secundários em bancos de dados de pesquisas anteriores e junto ao IBGE e 11ª RISP, realização de entrevistas exploratórias com moradores e profissionais do bairro, aplicação de questionário na área central de Montes Claros a uma amostra aleatória, elaboração e aplicação de entrevistas em profundidade a 16 moradores do Cidade Conferência Cristo Rei, escolhidos mediante a construção de quotas e na última etapa, transcrição e análise das entrevistas por intermédio da análise de conteúdo.

Assim sendo, por meio de uma investigação de aspectos quantitativos e qualitativos buscou-se conhecer a realidade do Cidade Conferência Cristo Rei, aprofundando em questões específicas da vivência dos moradores. Assim é que se buscou conhecer quais são as representações sociais que os moradores têm com relação ao bairro, quais são os aspectos que eles veem como positivos e negativos, e como se dão as relações interpessoais (na vizinhança, de transeuntes de outros bairros dentro do “Feijão Semeado” e destes moradores no espaço urbano montesclarenses).

Dados de pesquisas anteriores e também da parte exploratória desta pesquisa apontam para a existência de forte estigma com relação ao bairro, visto, sobretudo no nome atribuído ao mesmo: ao invés de ser reconhecido socialmente como “Cidade Conferência Cristo Rei”, nome relatado nas pesquisas científicas e adotado pelo IBGE, a população montesclarenses opta por nomeá-lo como “Feijão Semeado” ou simplesmente “favela”. Inclusive, há moradores de Montes Claros que sabem da existência do “Feijão Semeado”, mas relatam desconhecer um bairro chamado “Cidade Conferência Cristo Rei”.

No presente trabalho, a tarefa de pesquisar estigma e representações sociais com base num estudo de caso do “Feijão Semeado” se mostrou complexa, tanto teórica quanto

empiricamente. Teórica, no sentido de que tais conceitos se inter-relacionam com inúmeros outros (poder, desenvolvimento, segregação, exclusão social, dentre outros), o que torna impossível articular todos em um mesmo trabalho e daí a necessidade de escolha do arcabouço mais adequado. No aspecto empírico, assim como toda pesquisa, o trabalho de campo se mostra às vezes dificultado institucionalmente, ou aparecem tantas informações relevantes, que é necessário ater-se firmemente aos objetivos para deles não se desviar. No caso do bairro em questão havia ainda a dificuldade de incentivar os moradores a falar de seu local de residência, uma vez que o mesmo é um território do tráfico, sujeito às retaliações e reprimendas dos que com ele são diretamente envolvidos.

Foi possível perceber que as representações sociais dos moradores do Cidade Conferência Cristo Rei perpassam por duas ordens valorativas: uma visão positiva, engendrada pelo sentimento de pertença que os moradores nutrem com relação ao bairro, e uma visão negativa, fundamentada na existência de problemas reais e que dificultam o desenvolvimento do bairro.

No aspecto positivo encontra-se o apreço pelo bairro, o convívio interpessoal, o cuidado com seu local de residência e a identificação de pontos positivos específicos (proximidade à área central, presença de transporte público, serviços de saúde e educação no entorno) verificados mediante o uso de palavras de carinho dirigidas ao bairro: cuidar, gostar, bom pra se viver, “não penso em mudar”... No aspecto negativo aparecem os problemas sociais tais como: ausência de opções de lazer dentro do bairro, ausência de cursos/atividades artísticas e esportivas, rede de saúde fragilizada, e, obviamente, o tráfico.

O tráfico é visto como um problema, mas não é tido como circunscrito ao bairro, como pensam os demais moradores de Montes Claros que tendem a ver o “Feijão Semeado” unicamente por este aspecto. Os moradores do bairro reconhecem o tráfico enquanto problema, juntamente com a criminalidade e violência dele decorrentes, mas afirmam que os mesmos problemas também se repetem em outros bairros da cidade, em outras cidades e em outros países, inserindo a problemática do tráfico num contexto global enquanto um problema que requer a atenção do poder público.

Grande parte do estigma com relação ao bairro se deve a este problema e tem resultado historicamente em cerceamentos e constrangimentos vários a que estão submetidos os

moradores em seu contato com “os estabelecidos”, os residentes de outros bairros, que se veem valorativamente como melhores do que eles. De acordo com os moradores, o estigma se manifesta por meio de brincadeiras depreciativas, negação de empregos, intervenções policiais abusivas, dentre outros. A forma de resposta tem sido múltipla e vai desde o enfrentamento direto, por meio de resposta verbal ou apresentação de comprovante de residência de outros bairros, até as estratégias mais sutis, tais como fingir que não ouviu os insultos ou indiferença, o que denota uma privação no campo simbólico, um retraimento da palavra.

Excetuando a questão do estigma, as relações dos moradores com os demais habitantes de Montes Claros se dão de forma tranquila (afinal, não são tão desacreditados assim) e os moradores do Cidade Conferência Cristo Rei transitam bem pela cidade, para realizar compras, passeios, visitas, utilizar rede de saúde e educação de outros bairros. Inclusive, a forma como dizem de seu bairro, de sua vizinhança é utilizada de forma muito semelhante para dizer da cidade. Ou seja, apesar da presença do estigma e de restrições de ordem socioeconômica, os moradores do “Feijão Semeado” mantêm apreço pela cidade e conseguem perceber tanto os aspectos positivos quanto negativos também no contexto maior, da cidade.

Duas premissas norteadoras haviam sido levantadas no início da pesquisa: *i)* Apesar do reconhecimento social do bairro Cidade Conferência Cristo Rei ocorrer mediante a estigmatização territorial num processo de reconhecimento negativo, os moradores percebem aspectos positivos no seu local de residência e sentem-se desvalorizados devido ao estigma e *ii)* Em consonância com o estigma atribuído, os moradores do bairro também percebem o seu local de residência de forma negativa.

Pode-se concluir que a primeira premissa é a que mais se mostra verdadeira. Os moradores relatam os aspectos positivos do bairro, mostram seu sentimento de pertença e gostam de residir em tal local. Reconhecem que há problemas e comparam-nos com contextos sociais mais amplos, para além de seu bairro. Reconhecem ainda que são estigmatizados e por este aspecto se sentem desrespeitados, desvalorizados. No entanto, não permanecem na via negativa, que seria também se desvalorizar. Os moradores preferem se apegar ao local de residência, às relações que estabeleceram, que construíram ao longo dos anos (há moradores que residem lá desde que nasceram, há outros que moram há mais de 40 anos, mesmo tendo

residido em outros locais, há os que mudaram recentemente e gostam de lá, etc.) e preferindo valorizar as experiências que tem vivenciado ao longo dos anos. Não se mostram ingênuos, “alienados”: reconhecem também o que há de negativo, o que há de faltoso, e deste lugar demandam melhorias para o bairro, num pensar coletivo: querem lazer, esporte, saúde, cultura, e querem isso *dentro* do bairro, *acessível* a todos os moradores.

Por intermédio desta pesquisa verificou-se que há uma difícil tarefa a que se dedicam os moradores do Cidade Conferência Cristo Rei: a de vencer o estigma de ser favelado, de ser do “Feijão Semeado”. Ou seja, é a tarefa de se fazer reconhecer enquanto um bairro da cidade de Montes Claros em sua singularidade, mesclando tanto aspectos positivos e socialmente valorizados quanto aspectos problemáticos, que ao invés de serem tomados como fonte de mais estigmas, devem ser olhados enquanto problemas sociais e para eles buscar solução. O objetivo é favorecer cada vez mais o desenvolvimento socioespacial do bairro; e, como se sabe, para que isso ocorra há que se ter justiça social e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS:

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2006.

BALSA, Casimiro Manuel Marques. Espaço e exclusão, espaços de exclusão. In: _____ . (org). **Relações sociais de espaço** – homenagem a Jean Remy. Lisboa: CEOS - Investigações Sociológicas, Colibri, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, Howard. Conferência: A Escola de Chicago. **Revista Maná**. V.2, n.2.,1996. Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008> Acesso em: junho.2013

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____ (coord.). **A miséria do mundo**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRESCIANI, Maria Stela (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

CAMPA, Ricardo. A época das incertezas e as transformações do Estado contemporâneo. São Paulo: Difel/Instituto Italiano di Cultura, 1985.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.15, n.4, p.679-684, out/dez.2006.

CASTEL, Robert. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSA, Casimiro Manuel Marques; BONETI, Lindomar Weslenn; SOULET, Marc-Henri (orgs.). Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

_____ . **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8. ed. Petropolis: Vozes, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CODATO, Lucimar Aparecida Britto; NAKAMA, Luzia. Pesquisa em saúde: metodologia quantitativa ou qualitativa? **Revista Espaço para a Saúde**. Londrina, v.8, n.1, p.34-35, dez.2006 34. Disponível em: <[http:// ww.ccs.uel.br/espacoparasaude](http://ww.ccs.uel.br/espacoparasaude)>

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço/poder. **GEOgraphia**. v.15, n.29, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3.ed. Editora Ática: São Paulo, 1995.

COSTA, Wilse Arena; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Teoria das Representações Sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. **Rev.Educ.Pública**. v.8.n.13, jan - jun.UFMT. 1999. p .250-280. Disponível em: < http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev13/as_teorias_das_repres.html> Acesso em: jun.2012.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. **Psicologia da Educação** - Um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação – Ênfase nas abordagens interacionistas do psiquismo humano. Belo Horizonte: Editora Lê, 2001.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório. **Revista Educação e Seleção**. n.14, 1986. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/107.pdf>> Acesso em: 16.out.2012.

DEPAULE, Jean-Charles; TOPALOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

DUARTE, Sebastião Junior Henrique; MAMEDE, Marli Villela; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. **Revista Saúde e Sociedade**. v.18, n.4, 2009.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE17/RBDE17_03_FRANCOIS_DUBET.pdf>. Acesso em 15.jul.2013.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1978.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELVAS, Suzana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**. n.3, v.XXVIII, 2010.

FERNANDES, Antonio Teixeira. **Espaço social e suas representações**. VI Colóquio Ibérico de Geografia. Porto, 14 a 17.set.1992.

FERRARI, Ilka Franco. Agressividade e violência. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v.18, n.2, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade. **Verve**. n.5, 2004.

FRANÇA, Iara Soares de. **Indicadores sociais e econômicos para uma leitura do processo de fragmentação do espaço urbano e desigualdade social na cidade média de Montes Claros/MG**. In: Anais do Colóquio Recursos na luta contra a pobreza. 26 a 28 ago.2010. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.unimontes.br/images/trabalhos/5_formas/19_iara_soares_de_franca.pdf>. Acesso em: out.2012.

FRANÇA, Iara Soares de; PEREIRA, Anete Marília; MEDEIROS, Douglas Leite; SOUTO, Iara Vanessa Pereira. A centralidade de Montes Claros enquanto cidade média no norte de Minas Gerais: considerações sobre os fluxos populacionais e a polarização nos serviços de educação e saúde. III Congresso de Desenvolvimento Social. 2012. Disponível em: <<http://www.congressods.com.br/segundo/images/trabalhos/cidade/Iara%20Soares%20de%20Franca.pdf>> Acesso em: 05.jan.2013.

FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.23, n.68, out.2008.

FREUD, Sigmund. Romances familiares (1908). In: __ **Edições standard das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.IX.

_____. A dissolução do complexo de Édipo (1924). In: __ **Edições standard das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.XIX.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Temas de Psicologia da SBP**. v.8, n.3, São Paulo, 2000.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **IBGE estados**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>> Acesso em jan.2013.

_____. **Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais, primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 21.dez.2011a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006960012162011001721999177.pdf>> Acesso em: dez.2012.

_____. **Aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf>. Acesso em: dez.2012.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ . (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1989.

KIM, Jung Eun; LOUREIRO, Paulo Roberto A.; MOREIRA, Tito Belchior S.; SACHSIDA, Adolfo. Criminalidade feminina: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília. **Revista Economia e Desenvolvimento**. Recife (PE), v. 8, n.1, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/economia/article/viewFile/4867/3671>>. Acesso em set.2013.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. A cidade do contraste: da periferia à periferia. In: _____ . **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros – MG**. Montes Claros: UNIMONTES, 2008.

LEITE, Marcos Esdras; BRITO, Jorge Luiz Silva; LEITE, Manoel Reinaldo. SIG aplicado ao estudo comparativo de favelas: o caso de uma cidade média. In: **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v.1, n.2, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n2/SIG%20APLICADO%20AO%20ESTUDO%20COMPARATIVO%20DE%20FAVELAS.pdf>> Acesso em: nov.2012.

LOPES, José Rogério. Cidade, subjetividade e território: representações de moradores de favelas. **Interações (online)**. v.8, n.1, Campo Grande, 2007.

MACHADO, Maria Salette Kern. O imaginário urbano. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

MACHADO, Roberto. A genealogia do poder. In: _____ . **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAIA, Adriana Silva. **Efeitos do programa bolsa família na redução da pobreza e distribuição de renda**. Crato, CE: Trabalho de Conclusão de curso (graduação), Universidade Regional do Cariri (URCA). 2007. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf>>. Acesso em 31.ago.2013

MELO, Zélia Maria de. Estigmas: espaço para a exclusão social. **Revista Symposium**. UCPE. Ano 4, número especial, dez.2000. Disponível em: < <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/2457/2457.PDF>>. Acesso em:

_____. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. 2005. Disponível em: <http://efp-ava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/282783,563,5E1/Assets/NB/pdf/nb_m07t03.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.) **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOLINER, Pascal. As condições de emergência de uma representação social. Trad. Angela M. ° Almeida com a colaboração de Adriana Giavoni, Diana Lúcia Moura Pinho e Patrícia

Cristiane Gomes da Costa. Do original: MOLINER, Pascal. Les conditions d'émersion d'une représentation sociale. In: _____. **Images et représentations sociales**. Grenoble: PUG, 1996.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**. n.14, v.2, 2011.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1989.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.) **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A psicanálise: sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

NEIBURG, Federico. Apresentação à edição brasileira: a sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

NOGUEIRA, Marcus Otávio Mariâni. Processos de subjetivação e controle: alcances e limites de uma intervenção. In: BRETTAS, Kris; MORAES, Renato Almeida de. **Olhares sobre a prevenção à criminalidade**. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. Disponível em: <<http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/936d394e644a6e7298ad713d3fedc423.pdf>>. Acesso em: 10.jun.2013.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **RBCS**. v.12, n.33, São Paulo. fev. 1997. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04>. Acesso em: 15.mar.2012.

PIMENTEL FILHO, Ernesto; VASCONCELOS, Edson. Foucault: da microfísica à biopolítica. **Revista Aulas: Dossiê Foucault**. N.3, dez.2006/mar.2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. **Estatísticas e indicadores: População**. Disponível em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&tax=20040&lang=pt_BR&pg=7742&taxp=0&>. Acesso em: jan.2013.

RIDÃO, Adriana; MENCK, Felipe; SILVA, Gercicleide; CARDOSO, Jéferson; MELO, Juliana, KUROKAWA, Karen; CARVALHAES, Flávia Fernanda. Mulheres no crime: análise psicossocial dos contextos de vulnerabilidade de adolescentes do sexo feminino de classes populares no cometimento de atos ilícitos. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1..AdrianaCia.pdf>>. Acesso em set.2013.

RITTER, Carlos; FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Novo conceitual para as periferias urbanas. **Revista Geografar**. Revista Eletronica do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFPR. 2009. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/view/14334/9644>. Acesso em: 10.out.2010.

ROCHA, Rosilene Oliveira; MARTINS, Herbert Toledo. **A estigmatização da pobreza: o caso da comunidade Cidade Conferência Cristo Rei em Montes Claros**. Relatório parcial sobre a Aglomeração Cidade Conferência Cristo Rei. Universidade Estadual de Montes – UNIMONTES. Departamento de Geociência. Montes Claros, junho de 2006. p,1-15. Disponível em: <<http://www.coloquiointernacional.unimontes.br/2008/arquivos/145rosileneoliveirarocha.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

RODRIGUES, Luciene. Itinerário da construção das abordagens de desenvolvimento. **Argumentos** - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes: Dossiê Desenvolvimento Social. n.3. Montes Claros: UNIMONTES, 2009.

RODRIGUES, Luciene; GONÇALVES, Maria Elizete; BALSÁ, Casimiro Manuel Marques; TEIXEIRA, Gilmaria Emília. **Análise multidimensional da pobreza, vulnerabilidade e risco social para famílias de baixa renda do município de Montes Claros (MG)**. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2012/arquivos/An%C3%A1lise%20multidimensional%20da%20pobreza.pdf>>. Acesso em jan.2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, Lilian Maria. **A vivência de uma comunidade em situação de vulnerabilidade social e as práticas da ESF**: o caso da comunidade Cidade Conferência Cristo Rei. 2011. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS. **Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo!**. Belo Horizonte: SEDS, julho. 2009. Disponível em: <<http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Programa-de-Controle-de-Homic%C3%ADdios-%E2%80%93-Fica-Vivo.pdf>> Acesso em: 10/07/2013.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social na obra de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**. n.13, Porto Alegre. jul.2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/13/13art8.pdf>>. Acesso em 12.mai.2012

SIQUEIRA, Ranyella Cristina de; CARDOSO JR, Hélio Rebello. Discussão conceitual de estigma aludindo o conceito fundador de Goffman e de autores que pautaram suas ideias a partir dele. **IV Simpósio Internacional de Educação e Filosofia** – Educação e Biopolítica, desafios contemporâneos. UNESP, Marília/SP, 2011a. Disponível em: <<http://www.fundepe.com/novo/ivsief/trabalhos/3320%20Ranyella%20Cristina%20de%20Siqueira.pdf>> Acesso em: 05.jun.2013.

_____. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**. [online] v.2, n.1, pp. 92-113. 2011b. Disponível em: <http://imagonautas.gceis.net/sites/imagonautas.gceis.net/files/images/6_de_siqueira_y_cardoso.pdf>

SOLERA, Carlos Rafael Rodríguez. Sete grandes debates sobre desigualdade social. In: CATTANI, Antonio David; DÍAZ, Laura Mota (orgs.). **Desigualdades na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. pp.207-233.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA FILHO, Edson Alves de. Análise de representações sociais. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense,1993.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.) **Textos em representações sociais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

VALENTIN, Fernando Farias; PINEZI, Ana Keila Mosca. Indivíduo e sociedade no pensamento da escola de Chicago. **I Congresso Internacional Interdisciplinar em Humanidades e Ciências Sociais** – I CONINTER. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONINTER/GT15%20Pensamento%20social%20contempor%20neo/INDIV%20CDDUO%20E%20SOCIEDADE%20NO%20PENSAMENTO%20SOCIAL%20DA%20ESCOLA%20DE%20CHICAGO%20-%20Trabalho%20completo.pdf>>. Acesso em 10.agosto.2013

VASCONCELLOS, Maria Drosilla. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n.78, abr.2002.

VIANA, Moacir da Cunha (Ed.). **Novo dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Didática Paulista, 2011.

WACQUANT, Loic. Marginalidade avançada no novo milênio. **Configurações**. v.1, n.1, 2005. pp.59-69. Disponível em: < <http://cics.uminho.pt/wp-content/uploads/2011/07/Loic-Wacquant-Marginalidade1.pdf>>. Acesso em: 28.out.2011.

_____. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. Sociologia. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, vol.XI, Porto, 2006.

_____. O corpo, o gueto e o Estado penal. **Etnográfica**. v.12, n.2, nov.2008. pp.455-486. Disponível em: < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v12n2/v12n2a10.pdf>>. Acesso em: 10.jun.2013.

YIN, Robert King. **Case study research: design and methods** = “Estudo de Caso”. 1994. Tradução e síntese Ricardo Lopes Pinto. Adaptação de Gilberto de Andrade Martins, [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm>. Acesso em: 24/08/2013.